

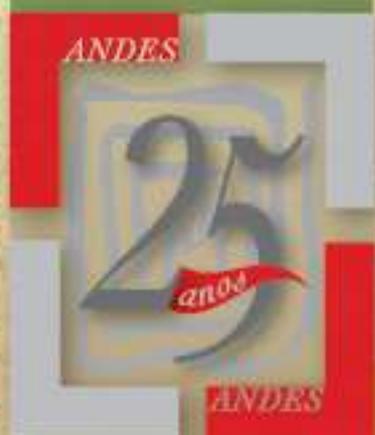
UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

37

Ano XV - N° 37 - Março de 2006
ISSN 1517-1779



Luta e Resistência



EDIÇÃO ESPECIAL

SUMÁRIO



6 EDITORIAL

ENTREVISTA

- 10 • **Militância política e sindical:** Marina Barbosa Pinto, Márcio Antônio de Oliveira e Antônio de Pádua Bosi.

SINDICALISMO EM DEBATE

- 23 • **Um duplo desafio**

João Bernardo

- 31 • **Autonomia e democracia diante da concepção de universidade empreendedora**

Carmen Sílvia da Silva Sá e Sandra Simone Morais Pacheco

- 41 • **O ANDES e a valorização da luta sindical**

Mariângela Nather

49 MEMÓRIA

EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE

- 59 • **Dívida pública e educação superior brasileira**

Kátia Lima e Sônia Lúcio R. de Lima

- 73 • **Universidade *shopping center***

Ronaldo Rosas Reis e José Rodrigues

- 81 • **A Educação na contemporaneidade: mercantilização e privatização?**

Olgáises Maués

TEMAS CONTEMPORÂNEOS

- 95 • **100 años de Neruda**

Oscar Aguilera

- 103 • **Dois armadilhas que ameaçam a esquerda brasileira**

Valerio Arcary

- 111 • **O zapatismo, a esperança equilibrista e os novos movimentos sociais**

Ana Magda Carvalho

Militância política e sindical

Nesta edição especial dos 25 anos do ANDES, **Universidade e Sociedade** entrevista a presidente do ANDES, Marina Barbosa Pinto, seu primeiro secretário, Márcio Antônio de Oliveira, e Antônio de Pádua Bosi, tesoureiro da entidade.

A partir da trajetória pessoal, os entrevistados falaram sobre seu ingresso no movimento docente, a experiência pessoal no Sindicato, os desafios do movimento docente e do ANDES e foram indagados sobre as qualidades que consideram fundamentais para os futuros dirigentes e militantes sindicais.

Embora com trajetórias de vida diferentes, com uma vivência particular dos eventos das últimas décadas no Brasil, os caminhos desses personagens se cruzam na interpretação que fazem do passado e do presente, enriquecida com a experiência de quem conhece os meandros da política.

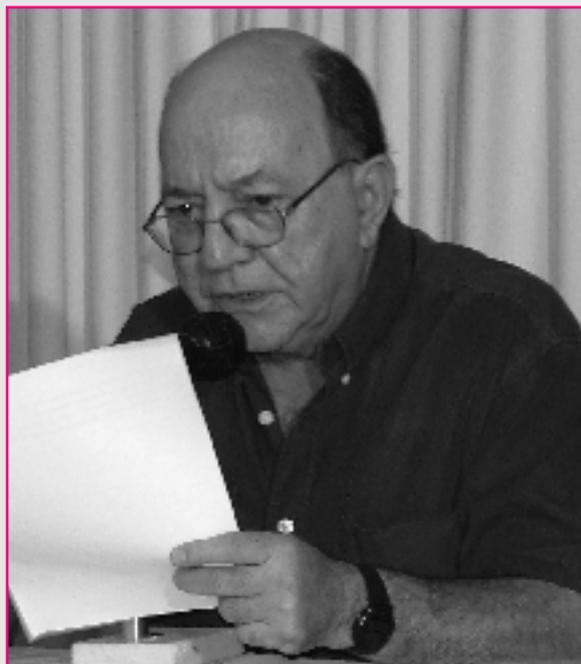
Marina, Márcio e Bosi destacam a democracia sindical garantida pelas instâncias deliberativas do ANDES - assembleias, congressos e CONADs - como um dos fatores que garante a força das reivindicações do movimento docente e que dá credibilidade ao ANDES, um diferencial em tempos de crise institucional generalizada, instâncias que devem ser preservadas a despeito de quaisquer propostas pretensamente inovadoras.

Eles comungam também da mesma inquietude, da mesma indignação e da mesma certeza: **é preciso mudar os destinos do nosso País.**

O encontro com a política e o sindicalismo

Márcio - A maioria de nós, militantes, teve as suas primeiras experiências políticas ainda como estudantes universitários. Comigo não foi diferente, lá pelos idos do início da década de 60. Militei, primeiro, na JUC e a partir dela nos espaços estudantis (DA, DCE) da FAFILE.

O fato mais marcante foi termos liderado em Juiz de Fora, meus companheiros e eu, a “greve do terço”, a primeira manifestação nacional pela defesa da universidade pública e gratuita e pela sua democratização com a participação paritária de cada segmento da comunidade nos órgãos da universidade. Isso coincidia com a luta, num mundo bipolarizado, pela autodeterminação dos povos representada pela revolução cubana; no Brasil, com a luta pelas reformas de base - Jango havia sido confirmado como presidente do Brasil após o plebiscito que aboliu o parlamentarismo. Em 1964, veio o golpe militar e passamos a viver meio que como expatriados dentro da própria universidade e com medo, já como professor em 1965, silenciados para sobreviver, mas continuando a militar, nas aulas, na reflexão contínua em grupos de estudos e de resistência. Apesar de ser rotulado como “partidão”, na verdade a militância era mais próxima do grupo AP - Ação Popular, porém sem organicidade. A ditadura, mais áspera ainda e dolorosa no final da década de 60 e no início da de 70, não pôde escamotear as suas contradições e absurdos com a crise mundial do petróleo e a reordenação do capital, lá pela metade daquela última década. A América Latina sofria, tingida de cores sangrentas. Allende derrubado no Chile e ascensão de Pinochet e, logo depois a ditadura militar na Argentina. É neste quadro que se dá a reviravolta brasileira. O resto é sabido: os operários do ABC começaram a se organizar, na luta por um novo sindicalismo; o



Márcio Antônio de Oliveira

“ *Foi o movimento docente, a luta conjunta com os trabalhadores que nos deu a coragem para a ultrapassagem necessária para enfrentar os desafios. E assim continua sendo.* ”

Márcio Antônio de Oliveira

país, os intelectuais, as mais diversas forças da sociedade passaram a exigir a redemocratização. Neste caldo político de lutas, surgiram as Associações de Docentes, brigando pela universidade pública e gratuita com acesso para todos, lutando por sua autonomia e democratização; ao mesmo tempo contra a selvageria nas instituições particulares. Em Juiz de Fora, companheiros da ADUFRJ, nos visitaram e trouxeram a sua experiência. A partir desses contatos, um grupo de professores criou a



Marina Barbosa Pinto

APESJF em 1978 e eu sou um dos seus fundadores. Também fui seu presidente por mais de uma vez. A partir das associações de docentes foi fundada a ANDES em 1981, a qual, em 1988, transformou-se em ANDES-SN. Um comentário antes de concluir este ponto. Eu nunca me tive como um modelo de militante em todos os sentidos. Muito mais poderia ter feito. Tenho clareza, no entanto, que hoje somos muito melhores - aqui incluo muitos companheiros com que tenho compartilhado a luta - e isso se deve à militância e ao movimento docente que nos têm ensinado. Foi o movimento docente, a luta conjunta com os trabalhadores que nos deu a coragem para a ultrapassagem necessária para enfrentar os desafios. E assim continua sendo.

Marina - Meu contato com a atuação política foi em um primeiro momento via minha inserção na igreja, atuando nos movimentos ligados às pastorais da juventude e da terra. De fato, naquela época, entre os 13 e 15 anos, não tinha a compreensão de que o que fazia era militância política. Naquele momento da minha

“*Mas a opção profissional continuava sendo investir em um projeto que tivesse como fundamento a luta pelo aperfeiçoamento das instituições sociais em benefício da sociedade e, sobretudo, daqueles que dependem inteiramente do aparato público para viver com dignidade.*”

Marina Barbosa Pinto

vida, parecia tão somente uma questão de fé.

Depois, quando passei no vestibular e ingressei na universidade, vim para a cidade grande e as perspectivas políticas se ampliaram. Centro Acadêmico, DCE, encontros e congressos da UNE e UEE, contatos com correntes políticas, escolhas partidárias, greve de 1984, o fim da ditadura e a luta pelas Diretas Já. Era a efervescência da luta pela democratização do país e foi nessa conjuntura que iniciei minha militância mais consciente. Término da faculdade, necessidade de sobrevivência sem a família por perto, razão da busca de um emprego que possibilitasse ficar na cidade grande e apostar em outros projetos. Foi por essa motivação que, na segunda metade da década de 80, tornei-me bancária, no Rio de Janeiro, um dos palcos das lutas pela democratização dos sindicatos, pela derrubada dos “pelegos históricos”. Foi na militância numa das principais categorias do cenário político-sindical do país, a de bancários, que amadureci minha militância e experimentei a luta sindical. Mas a opção profissional continuava sendo investir em um projeto que tivesse como fundamento a luta

“Li algo sobre luta de classes pela primeira vez nos panfletos e cartilhas das pastorais, mas de fato aprendi noções de política com uma formidável liderança das CEBs que infelizmente já morreu.”

Antonio de Pádua Bosi



Antonio de Pádua Bosi

pelo aperfeiçoamento das instituições sociais em benefício da sociedade e, sobretudo, daqueles que dependem inteiramente do aparato público para viver com dignidade. Já no curso da atividade docente, vieram o mestrado, o trabalho precário nas universidades, a participação em pesquisas, e a vida profissional foi se fortalecendo concomitantemente ao envolvimento na luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade. A experiência que trazia ajudou, mas foi também desafiada e aprimorada nas greves, no dia-a-dia do sindicato local, a ADUFF Seção Sindical, e do ANDES-SN, na construção do fio condutor geral da luta sindical, que é a defesa de direitos, de melhores salários e condições de trabalho e democracia nas relações trabalhistas, o que se traduz de modo muito particular no movimento docente.

Bosi - Não saberia dizer exatamente quando entrei na militância política, mas foi em Monte Carmelo, onde nasci. A primeira vez que investi meu tempo na participação ou organização de alguma coisa parecida com política foi quando estava no 2º grau. Para impedir

que nós, estudantes, realizássemos as olimpíadas da escola do nosso jeito, o diretor lançou mão de tudo ao seu alcance. Falsificou atas de reunião, boicotou nossas atividades, difamou colegas nossos. Não houve maneira. Conseguimos fazer como queríamos e, em função do desgaste, o Padre afastou-se da direção. O diretor era padre, amigo da família e acho que filiado ao PDS. Minha mãe ficou um pouco desesperada com a situação toda, mas não seguiu seus conselhos. Por conta daquele episódio me identifiquei com a experiência dos poucos petistas que existiam na cidade, em especial minha professora de geografia do 1º grau, mãe de um grande amigo. Com 17 anos, em 1984, me assumi petista e conheci pessoas absolutamente maravilhosas. Lavadeiras, trabalhadores rurais, um carteiro que é batalhador incansável (embora continue petista), militantes do MST e muitos militantes das pastorais. Acho que minha formação política começou ali, com eles. Li algo sobre luta de classes pela primeira vez nos panfletos e cartilhas das pastorais, mas de fato aprendi noções de política com uma formidável liderança das CEBs que infelizmente

já morreu. Nesse tempo todo participei da organização do Grêmio da escola, mas me entusiasmei mesmo era com as atividades do PT. Vi e participei de muitas coisas que não entendia direito, mas que achei corretas como as greves dos professores do Estado e uma ocupação de terra no pontal do Triângulo, que foi de dar medo. Tempos depois, ouvi e li muita coisa sobre os movimentos sociais e populares brasileiros da década de 1980 que estavam na contramão de um grande encolhimento político da classe trabalhadora em todo o mundo. Naquela época não tinha a dimensão do significado e importância daquelas pequenas lutas por moradia, creches, asfalto, emprego, enfim, coisas do cotidiano que se tornaram importantes como memória de lutas e de resistências de classe. Depois disso, já em 1989, quando entrei para a universidade, é que a militância política virou algo mais planejado e mais identificado com a educação pública. A universidade e o movimento estudantil eram muito sedutores. Primeiro, porque conheci muita gente, muitos pensamentos, muitas posições, e tudo isso fazia com que as minhas verdades concorressem com outras tantas. Segundo, porque o PC do B ainda não havia esterilizado os DAs e o DCE. Terceiro, porque tive professores que ensinaram a pensar a política antes de fazê-la. Por causa deles li muita coisa embaralhada, de Weber a Trotsky, até começar a temperar melhor as idéias e as práticas sem o gosto ficar estragado. Acho que foi assim que me interessei por política, mas ainda hoje os sentimentos que mais me mobilizam são parecidos com aqueles que me jogaram contra um padre que foi contra uma olimpíada escolar organizada pelos próprios alunos.

Já o movimento docente foi uma luta pra militar nele. Antes mesmo de completar a graduação em 1993 eu já tentava lecionar. Trabalhei como alfabetizador de adultos e professor da rede estadual em Minas até 1995, mas as au-

“Tive professores que ensinaram a pensar a política antes de fazê-la. Por causa deles li muita coisa embaralhada, de Weber a Trotsky, até começar a temperar melhor as idéias e as práticas sem o gosto ficar estragado.”

Antonio de Pádua Bosi

las eram sempre poucas. A primeira vez que lecionei no 3º grau foi numa faculdade particular. Ganhava por hora aula, não havia nenhum tipo de planejamento pedagógico, extensão, espaço para pesquisa e organização sindical. Em 1996 fui aprovado como professor substituto na UFU e foi então que comecei a participar do movimento docente. Foi meio esquisito porque muitos professores me conheciam do DCE e me tratavam como estudante. Pra piorar, apesar dos combativos companheiros, as assembleias estavam muito esvaziadas e a diretoria da ADUFU naquele tempo era pra lá de recuada. Ainda bem que durou pouco. Em 1997 fui aprovado em concurso para professor auxiliar no campus avançado de Catalão, da UFG, onde fiquei até 1999. Lá tinha uma luta muito justa e boa, contra os atrasos de salários e pela encampação do corpo docente, porque o campus era mantido pela prefeitura. Professores de diferentes preferências ideológicas construíram aquele movimento. Foram duas greves, uma muito forte. A ADCAC-S.Sindical foi de fato minha primeira experiência no movimento docente.

A militância sindical no ANDES

Márcio - O ANDES-SN é uma realidade. Se alguém tentasse imaginar como seria o país, a educação pública, a organização sindical etc., sem o nosso sindicato, certamente, veria que estava faltando algo. O ANDES-SN tem sido um protagonista de primeira linha em todos os sentidos. Gostaria de lembrar as iniciativas para construção da *Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira* (ainda como a ANDES), que hoje é a *Proposta do ANDES-SN para a Universidade* acrescida dos itens de carreira e educação tecnológica, a *Plataforma da Andes para a Constituinte*, a *Proposta para a LDB do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública*, a *Proposta de Carreira* etc. Tem mais, lutamos pela redemocratização do país, fomos combativos na linha de frente pelas Diretas e estivemos na luta sem tréguas pelo *impeachment* de Collor de Melo, fizemos lutas históricas pela conquista da isonomia, pela autonomia universitária. Estamos na luta pela organização sindical, na CNESF, este é outro exemplo. Nossas ações dizem respeito a interesses do campo e da cidade, em nível nacional e internacional.

No caso da universidade, a relação é mais que especial. A universidade é parte do sistema de educação pública pelo qual lutamos, integra o nosso projeto de sociedade e é *locus* do nosso trabalho, de elaboração e criação. Exatamente porque temos um sindicato que está para além do imediato e do contingente é que reconhecemos o caráter distinto da universidade; ela é diferente, não é uma empresa para superintendências e gerências, como os adoradores do mercado querem. A universidade é, por excelência o espaço da criação coletiva. Não que isto esteja acabado. Trata-se de um processo em curso iniciado pela comunidade universitária, penso que se possa dar destaque aos docentes organizados no ANDES-SN, aos quais

“*Aí vem o ANDES-SN, a todo o momento, lembrar o trabalho coletivo, relação com o povo, projetos sociais, articulação com trabalhadores, democracia e autonomia da universidade.*”

Márcio Antônio de Oliveira

se somaram os técnicos administrativos e os estudantes. A nossa compreensão de universidade abarca as instituições públicas e privadas que têm que ter compromisso com o povo e o país. E têm de ter o ensino, a pesquisa e a extensão indissociáveis. Isto é o que incomoda. Não é de hoje que governos, patrões, empresários e aventureiros têm outra visão de universidade e busquem implantá-la. Tornou-se natural para eles o mundo da exploração no qual temos que nos adaptar. Não pensamos assim. Não é que as coisas sejam fáceis. A universidade tem traços muito conservadores e muitos setores da academia têm uma concepção individualizada sobre o papel dela. Aí vem o ANDES-SN, a todo o momento, lembrar o trabalho coletivo, relação com o povo, projetos sociais, articulação com trabalhadores, democracia e autonomia da universidade. Daí os interesses diferentes sobre o nosso sindicato, o desejo dessa gente de silenciá-lo e amansá-lo. Se não fosse o ANDES-SN a universidade pública e gratuita já teria sido extinta. Não obstante, é necessário reverter o quadro em que as particulares são maioria e cujo ensino é muito ruim, sendo um dos principais motivos o domínio da autocracia e o abuso do patronato e o cerceamento da liberdade de organização dos docentes.

Quanto à relação com os movimentos so-

ciais, esta é uma marca difícil de apagar. O ANDES-SN anda com as suas pernas, às vezes para alguns de forma lenta, de forma sempre segura porque age e caminha democraticamente de acordo com as deliberações da base e de suas instâncias. Fomos importantes na renovação do movimento sindical, na criação de uma central sindical e na organização dos SPFS. Temos sido protagonistas da luta pelo sindicalismo independente. Mas temos sido também capazes de agir prontamente: a saída da CUT foi bem rápida, tão grande foi a entrega da CUT ao governo e o abandono dos princípios fundamentais que a criaram. Para o ANDES-SN, docentes, universidade, movimentos sociais e sindicais, são partes de uma totalidade que se quer transformada.

Marina - O ANDES-SN tem uma característica especial que é sua capacidade de elaboração coletiva, produto de embates de idéias e de posições políticas, mas essa elaboração não é corporativa no sentido burocrático e estreito da palavra. Ao contrário, ela tem uma dimensão que, ainda que defendendo a “corporação docente do ensino superior”, é capaz de contribuir para as demais lutas da sociedade que se colocam no campo da emancipação. A essa característica soma-se uma outra capacidade que é de atuar junto, colocar sempre o sindicato à disposição da unidade dos que querem

“O ANDES-SN tem uma característica especial que é sua capacidade de elaboração coletiva, produto de embates de idéias e de posições políticas.”

Marina Barbosa Pinto

lutar pelos direitos dos trabalhadores, tais como à terra, à saúde, ao trabalho, à vida e também por uma universidade democrática, de qualidade, pública e gratuita que servirá à construção de um outro projeto de sociedade. Esse é o ponto de ligação do sindicato com a universidade e os movimentos sociais. É quando a singularidade de cada segmento interage e capta, ao mesmo tempo em que constrói, a totalidade do processo social, debatendo posições, atuando conjuntamente e construindo o novo.

“Muitas iniciativas de reconstrução da resistência, da solidariedade e da perspectiva da classe trabalhadora tem se materializado com o protagonismo do ANDES-SN.”

Antonio de Pádua Bosi

Bosi - Um sindicato com aproximadamente 73 mil sindicalizados voluntários deve ter sua existência pautada nos interesses dos docentes em alguma medida. Somos necessariamente um sindicato de uma categoria. Isso nos faz fortes. Por mais dificuldades que tenhamos enfrentado nesses mais de 15 anos sob a pressão neoliberal no Brasil, o desempenho do ANDES-SN ajudou a impedir o desmonte das universidades públicas. Essa luta muitas vezes mobilizou diversos movimentos sociais que se aproximaram do ANDES-SN e das universidades para o intercâmbio de experiências, criando fóruns - alguns permanentes, outros não - de debate, construindo intervenções conjuntas, desenhando uma proposta de sociedade onde os direitos universais projetavam perspectivas pa-

ra todos. O assédio do neoliberalismo do governo Lula sobre os movimentos sociais de maneira geral tem construído condições para o isolamento e destruição dessas experiências. Essa situação vem sendo percebida e discutida nos últimos CONADs e Congressos e muitas iniciativas de reconstrução da resistência, da solidariedade e da perspectiva da classe traba-

lhadora tem se materializado com o protagonismo do ANDES-SN. A intenção é buscar uma saída conjunta com a classe, o que é mais difícil hoje porque além do assédio que muitos movimentos sociais sofrem do governo Lula metade da classe trabalhadora não está referenciada em sindicatos ou movimentos sociais. Este é desafio mais atual do ANDES-SN.

Os desafios do movimento docente

Márcio - O nosso sindicato tem uma característica única. É nacional e organizado pela base a partir dos locais de trabalho. As seções sindicais são autônomas na área respectiva de sua competência, dirigidas por uma diretoria local, e têm como instância máxima as assembleias gerais; no plano nacional há uma direção, a instância intermediária que é o CONAD, e o Congresso que é o órgão máximo de decisão. E faz eleições diretas. Não há a verticalidade de federações e confederações como nos sindicatos tradicionais. Além disso, o ANDES-SN abarca docentes de instituições públicas e particulares. O suporte do sindicato é a autonomia em relação ao governo, patronato, partidos e credos. Seu compromisso é com os trabalhadores, nos quais se incluem os docentes, com a universidade e com o povo que a sustenta, de forma integrada com os trabalhadores do mundo. Manter este sindicato funcionando é, pois, o principal desafio da direção. E funcionando como sindicato combativo, que ultrapassa o corporativo e o burocrático, que tem projeto de transformação da sociedade e, principalmente, faz a luta de classe.

Marina - Em primeiro lugar, o desafio é ser direção por uma definição coletiva, ou seja, o sentido da direção é dado *pele* e *no* funcionamento do sindicato que se organiza por local de trabalho, enraizado nas universidades públicas e particulares, cujas decisões são

“O sindicato se agiganta e tem protagonismo no embate social brasileiro porque é classista, defende incondicional e intransigentemente os direitos dos docentes e não se curva diante de governos, patrões ou partidos.”

Marina Barbosa Pinto

pautadas nas definições de suas instâncias - assembleias gerais, CONADs e congressos. A democracia é explicitada pelo projeto estratégico a que o sindicato se vincula e é exercida por todos aqueles que escolhem o método que preserva as instâncias deliberativas. O sindicato se agiganta e tem protagonismo no embate social brasileiro porque é classista, defende incondicional e intransigentemente os direitos dos docentes e não se curva diante de governos, patrões ou partidos. Mantém sua independência política.

O principal desafio é ser parte dessa entidade e contribuir para que ela dê curso ao ideário que sempre orientou sua trajetória de luta e, na medida em que isso ocorra, se fortaleça, na contramão da prática da política de adesão e colaboração assumida neste início de século por aqueles que não têm pejo de, abandonando

compromissos históricos com a classe dos trabalhadores, serem coadjuvantes - por absoluta falta de credibilidade política e fundamentação ética - de um governo que vem investindo contra a organização autônoma e democrática do ANDES-SN, preterindo-o em favor de entidade aventureira que reivindica, por caminhos políticos levianos, o direito de representar os interesses dos docentes.

Bosi - Acho que o maior desafio hoje, mais do que nunca, é defender a existência autônoma, independente, classista e combativa do Sindicato Nacional. A mercantilização da educação, da saúde e de diversas dimensões importantes de nossa vida é um processo muito acelerado no Brasil e que estrategicamente só vingará se sabotar a capacidade de resistência e de luta dos movimentos sociais. O governo Lula sabe disso e não tem vacilado em atacar os instrumentos de

luta da classe trabalhadora. Quando o governo Lula não consegue subordinar sindicatos e movimentos sociais aos seus interesses e torná-los operadores de sua política, como fez com a CUT, com a UNE e com diversos movimentos que foram transformados em ONGs subalternas, resta a destruição física dos oponentes. É por isso que a camarilha de servos voluntários acomodados no Proifes tem como único objetivo a destruição do ANDES-SN. Por isso acho que é fundamental a defesa de uma identidade docente firmada na valorização do trabalho e de todas as áreas do conhecimento sem submeter-nos aos critérios mercantis que tentam converter toda produção acadêmica em dinheiro. São essas condições que tornaram a natureza pública e gratuita da universidade dependente da força e da capacidade de intervenção do ANDES-SN. Não se trata mais de disputa de projetos. É pura luta de classes.

Militância do futuro

Márcio - Acho que já falei demais. O que eu disse acima penso que já dá conta. Cada um tem a sua experiência. Alerto, porém, para a necessidade de estarmos constantemente atualizando a leitura da conjuntura e verificando as transformações que estão ocorrendo. A universidade está sofrendo mudanças. O professorado hoje é diferente, como também as relações acadêmicas e de trabalho. Do docente é cobrada a produtividade e instaurou-se a competição. Necessitamos refundar o diálogo com esse professor; necessitamos que sejam retomados paradigmas e que este professor os assuma, que permitam o confronto com este mundo dos negócios. Penso que esse diálogo só terá sentido se envolver a sociedade. Vivemos um momento da conjuntura, no Brasil e na América Latina, muito especial com a ascensão ao poder de líderes de origem popular ou que militaram na esquerda. Ganham o poder com programas de

Alerto, porém, para a necessidade de estarmos constantemente atualizando a leitura da conjuntura e verificando as transformações que estão ocorrendo.”

Márcio Antônio de Oliveira

mudanças e, logo, quando assumem, passam a ser políticos pragmáticos, que chamam de política de transição para dias melhores no futuro. Não é por acaso que são elogiados por órgãos internacionais como FMI e Banco Mundial. Veja o caso Lula. Em três anos, ele fez mais pelo capital e pelas classes dominantes do que até

FHC e Collor de Melo. Para se reeleger, Lula está menos preocupado com o seu partido, hoje esfacelado devido aos escândalos até agora pouco esclarecidos, e busca cada vez mais se justificar como a única opção para o país e fará qualquer negócio para atingir seus objetivos. Há posições muito distintas em relação ao que está ocorrendo no governo ocupado por esse ex-trabalhador. De um lado, estão os que jogaram a toalha (fazem uma encenação de que é necessária uma nova política econômica, sem Palocci, sem Meirelles), mas, com Lula é que o país vai avançar. Na verdade, cansaram da guerra, se é que estiveram em algum combate, e se adaptam, se ajustam, às suas conveniências e às do governo. Com eles estão muitos oportunistas se digladiando por espaços e a direita conservadora. Há ainda uma grande massa de miseráveis que têm a atenção do governo que lhes dá bolsas educação, cestas básicas etc. É certo que há uma oposição dos partidos tradicionais. Mas o país se vê diante de uma falsa disputa porque, afinal, as hostes do governo anterior e do atual brigam pelo mesmo projeto que é o da supremacia do capital. Diferentemente, muitos não pensam assim. São críticos e combativos, percebem o que está em jogo e reconhecem a grande mistificação do lulismo. Sabem que há uma grande luta pela frente e que as dificuldades são muito grandes: um estado desmontado, os ataques ao movimento sindical, a depreciação do público e a sua submissão ao interesse privado. Sabem que só lhes resta a luta que será capaz de mudar o mundo, para os trabalhadores. Têm projeto e querem discuti-lo democraticamente e fazê-lo avançar. Este é o caminho mais difícil. Também o caminho do comprometimento. Por quê? Porque é o caminho da independência, da autonomia que nos permite estar na história coletiva, construída, vivida, muitas vezes com grandes dificuldades, de forma sofrida. Mas, uma história de todos e para todos. Vale a pena!

Marina - A universidade está muito mudada; nosso trabalho tem sofrido profundas transformações; a contra-ofensiva ideológica é brutal e tentam nos convencer de que o que tínhamos como verdade se foi... A exploração deu corpo à barbárie cotidiana; o imperialismo avança; novos governos de esquerda assumem países da América Latina e prometem mudanças; as mudanças não vêm, o que temos é o avanço de tudo aquilo contra o que lutamos e nos empenhamos em extinguir. Quadro trágico. Mas as lutas e a resistência seguem, não prevalecem os que se adaptam à ordem. Isso é um fato. A rebeldia, a contestação, a ruptura se gestam também nessa tragicidade.

“*Reafirmemos que nosso lugar é o do trabalho, o da organização coletiva, o da luta pelo fim da exploração, o da valorização do nosso fazer acadêmico, o da construção coletiva, democrática e autônoma. O sindicato é o nosso lugar.*”

Marina Barbosa Pinto

O que tenho a dizer é que não nos conformemos com o que aparentemente é natural, questionemos, encontremos, sempre, alternativa. Reafirmemos que nosso lugar é o do trabalho, o da organização coletiva, o da luta pelo fim da exploração, o da valorização do nosso fazer acadêmico, o da construção coletiva, democrática e autônoma. O sindicato é o nosso lugar. Atuar nele, movidos por esses sentimentos, nos torna dignos de olhar nos olhos de nossos filhos e nos de quem amamos e com quem partilhamos a luta por um novo ideal de vida.

“Qualquer outro método de tomada de decisão ou de orientação política que subverta o modelo de sindicato cuja representação emana do local de trabalho e de suas instâncias de base tira a força dos cerca de 73 mil sindicalizados.”

Antonio de Pádua Bosi

Bosi - Três coisas me parecem fundamentais. Lembrar-se sempre de que a condição ocupada na direção do ANDES-SN é de representação docente. As orientações da ação sindical devem sempre ser as dos CONADs, dos Congressos, das reuniões de setores. Qualquer outro método de tomada de decisão ou de orientação política que subverta o modelo de sindicato cuja representação emana do local de trabalho e de suas instâncias de base tira a força dos cerca de 73 mil sindicalizados. Estes não existem para o ANDES-SN, mas o ANDES-SN deve existir para eles. Ao lado disso, é preciso construir e dar consequência à política sindical com base numa relação de confiança com seus companheiros. Mais do que o dirigente é a direção que faz a diferença. Por fim, acho que uma visão minimamente nítida sobre os oponentes do ANDES-SN ajuda muito no encaminhamento da luta. Um sindicato que busca permanentemente representar os interesses de todos os docentes das instituições de ensino superior exige de seus dirigentes uma visão política sempre atualizada dos conflitos e das condi-

ções existentes para a articulação de nossas reivindicações no setor das IFES, das IEES e das IPES. Uma visão equivocada acerca do governo Lula, por exemplo, ou do governo Alkimin, do governo Requião, ou ainda do patronato nas IPES, pode sacrificar anos de luta e de construção de direitos dos docentes. Perder o enfrentamento devido a relação de forças é uma coisa a que todos estamos vulneráveis. Perder um enfrentamento por erro de análise política, por erro na caracterização do governo e de seus aliados, ou ainda por sectarismo e incapacidade de diálogo para reunir aliados de classe, define o destino de uma direção. Neste sentido, o ANDES-SN não é um campo para treinos. Por isso, penso que hipotecamos confiança em qualquer governo, mais cedo ou mais tarde, termina por desmoralizar o próprio movimento docente. Nossa autonomia, independência e sentimento clasista são nossa sobrevivência. Acho que devem ser sempre. **US**



Um duplo desafio

João Bernardo

Professor, escritor português, autor de *Labirintos do Fascismo e Democracia Totalitária*

Todos os problemas específicos sentidos hoje pelos docentes universitários devem-se ao fim da universidade de elite e à generalização da universidade de massas. Aliás, é curioso ver professores de esquerda, ou mesmo de extrema-esquerda, lamentarem esta evolução do ensino superior e tomarem como referência ideal a época em que a universidade se dedicava apenas a educar os futuros membros das classes dominantes, como se fosse uma degradação formar futuros membros da classe trabalhadora. Também os lacaios de antigamente disputavam a sua superioridade relativa consoante a posição social ocupada pelo patrão a quem serviam. Na situação actual os docentes universitários incluem-se com os dos outros graus de ensino na mesma categoria profissional, e a única distinção que se pode estabelecer entre eles diz respeito ao nível de qualificações que estão encarregados de ministrar aos alunos, futuros trabalhadores. Num país como o Brasil – e aliás na esmagadora maioria

dos países – é muito duvidoso que existam ainda estabelecimentos de ensino superior dedicados exclusivamente à formação das classes dominantes. As elites enviam os seus filhos e as suas filhas para escolas secundárias na Suíça e colocam-nos depois em meia dúzia de faculdades de administração localizadas nos Estados Unidos ou em França. Tudo o restante, e quaisquer que sejam as ilusões de professores e de alunos, se destina a formar força de trabalho qualificada, ou pretensamente qualificada.

Desde há muitos anos tenho vindo a apresentar, em livros e artigos¹, um modelo de análise em que os professores são considerados, em termos marxistas, como trabalhadores produtivos, com a particularidade de ser humano o produto que lhes sai das mãos. O professor, nesta perspectiva, é um trabalhador produtor de trabalhadores. Esta maneira de considerar o problema tem consequências de vulto para o estudo dos mecanismos da exploração, permitindo conceber a extorsão de mais-valia num qua-

dro muito amplo, à dimensão de toda a sociedade e de toda a vida humana. Foi aproveitando as potencialidades deste modelo que pude, mais recentemente, conceber também a integração dos ócios nos ciclos de reprodução do capital e compreender a função desempenhada pelos instrumentos electrónicos de fiscalização dos lazeres na manutenção da ordem estabelecida. Mas são outras as implicações deste modelo para as quais pretendo chamar aqui a atenção.

Enquanto trabalhadores explorados da sua mais-valia, os docentes das universidades de massas adoptaram modalidades de organização e de luta comuns aos restantes trabalhadores, e inevitavelmente se sindicalizaram e começaram a fazer greves. Todavia, tanto na forma de mobilização escolhida como nas paralisações do trabalho a que procedem, os professores parece que não se têm dado conta da especificidade que os distingue dos outros trabalhadores. Eles não são operários, fabricantes de bens materiais, nem são prestadores de um tipo de serviços que tenha uma mera função acessória para o consumidor. Eles são produtores de força de trabalho, não produtores de pessoas, mas produtores das qualificações que essas pessoas vão ter quando no futuro forem trabalhadores também.

Ora, até agora os sindicatos de docentes não aproveitaram as enormes capacidades de acção anticapitalista proporcionadas pela posição de formadores de futuros trabalhadores. Consoante o modo como os professores orientarem a instrução que dão aos alunos, assim contribuirão para produzir ou um espírito de obediência ou uma capacidade de resistência. Não me refiro aqui predominantemente ao conteúdo do que se ensina, que para esta questão é secundário. Refiro-me sobretudo à forma como se ensina, ao relacionamento vigente entre os

professores e os alunos, ao tipo de organização adoptado. Se as associações sindicais dos professores e as lutas encabeçadas pelos professores pretendessem efectivamente pôr em causa o capitalismo, não deveriam desperdiçar aquela situação estratégica.

Na verdade, porém, não se trata de uma incompreensão por parte dos professores e dos seus organismos sindicais. Em todas as empresas o capital hierarquiza os trabalhadores. A noção de classe trabalhadora é, por si mesma, um instrumento teórico de ruptura com o capital, porque uma das principais preocupações da administração de uma empresa é introduzir diferenças de níveis, de competências, de funções e de remunerações que ponham uns trabalhadores acima dos outros e os dividam a todos, impedindo que existam como classe. Nenhuma luta anticapitalista pode prosseguir sem romper essas hierarquias. O mesmo sucede nos estabelecimentos de ensino, onde proliferam variadas chefias que tantas vezes não chefiam coisa nenhuma, e os professores sabem que sem transformar estas relações hierárquicas em relações solidárias não conseguem resistir à administração pública ou aos donos das escolas privadas. No entanto, as instituições escolares não são fá-

bricas nem escritórios, e em que situação ficam as outras pessoas dessas instituições – os alunos – durante as lutas dos professores?

Até agora, de uma maneira deliberada, consciente e sistemática, aqueles mesmos professores que pretendem reforçar a solidariedade e derrubar as hierarquias capitalistas no âmbito da sua profissão têm-se esforçado por conservar os alunos numa estrita situação de disciplina e de obediência. É claro que tudo nas escolas, como aliás em quaisquer empresas, pressiona neste sentido, mesmo a arquitectura e a disposição das salas de aula, que coloca o

Até agora, de uma maneira deliberada, consciente e sistemática, aqueles mesmos professores que pretendem reforçar a solidariedade e derrubar as hierarquias capitalistas no âmbito da sua profissão têm-se esforçado por conservar os alunos numa estrita situação de disciplina e de obediência.

professor no lugar de destaque, para onde convergem os olhares. O problema é que até durante as lutas, quando eles próprios estão a violar a disciplina da instituição escolar, os professores não prescindem das exigências disciplinares relativamente aos alunos. E assim, na medida em que restringem as suas greves a reivindicações salariais e de carácter corporativo, os docentes têm mantido indisputada a sua posição hierárquica numa das áreas mais importantes da sociedade capitalista. Eles sentem-se entalados entre, por um lado, o Estado ou os donos das escolas e, por outro, os estudantes. E para muitos professores os estudantes são uma ameaça bem pior do que o Estado ou os patrões privados, já que estes, se lhes pagam mal, ao menos os reforçam na autoridade, ao passo que vêm nos alunos um perigo permanente para a hierarquia e para a disciplina. Qualquer manifestação de protesto por parte de alunos que inclua actos de indisciplina ou vexames feitos a autoridades académicas são vistos com indignação pela esmagadora maioria dos professores, se bem que tais actos não atinjam os professores enquanto pessoas; e mesmo as autoridades académicas, quando são visadas, são-no somente em virtude das funções que exercem, não enquanto membros comuns do corpo docente. Ao mesmo tempo que manifestam a sua hostilidade às formas de contestação especificamente estudantis ou, no melhor dos casos, que ficam indiferentes perante elas, os professores esquecem-se de que com uma simples greve atingem os interesses materiais da totalidade dos estudantes. Apesar disso acusam os estudantes de atraso político quando estes reclamam da suspensão das aulas.

Se os professores quisessem contestar seria-

Se os professores quisessem contestar seriamente os mecanismos do capital aproveitar-se-iam do lugar estratégico que ocupam, e nas suas greves, em vez de se limitarem a não dar aulas, dariam aulas ao contrário, alterando não só o conteúdo do ensino mas sobretudo invertendo as hierarquias, abolindo a disciplina, realmente sabotando um dos aspectos básicos das relações sociais capitalistas.

mente os mecanismos do capital aproveitar-se-iam do lugar estratégico que ocupam, e nas suas greves, em vez de se limitarem a não dar aulas, dariam aulas ao contrário, alterando não só o conteúdo do ensino mas sobretudo invertendo as hierarquias, abolindo a disciplina, realmente sabotando um dos aspectos básicos das relações sociais capitalistas. Alcançaríamos deste modo uma solidariedade entre os produtores de trabalhadores e os trabalhadores produzidos.

Na perspectiva em que abordo aqui a questão, o fracasso das lutas dos docentes é completo. Um exemplo flagrante é dado pela insurreição juvenil que se generalizou nos subúrbios das cidades francesas. Tendo em conta as suas características sociais e os seus lugares de residência, pode afirmar-se que entre esses jovens se contam maciçamente aqueles vinte por cento de analfabetos funcionais registrados nas estatísticas escolares dos países mais desenvolvidos. Já nos textos atrás mencionados, em que apresentei o modelo do ensino enquanto produção de mais-valia, eu pretendi mostrar que, em países com uma escolarização obrigatória superior a dez anos, o analfabetismo funcional de modo algum se deve a qualquer insucesso escolar mas, pelo contrário, explica-se pelo êxito alcançado por muitos alunos na resistência ao aprendizado. Adestrados para serem futuros trabalhadores numa sociedade que, tendo em conta as suas habilitações e a sua origem social, não lhes proporcionará mais do que empregos precários, aqueles jovens recusam-se liminarmente a desempenhar o papel que lhes é atribuído na encenação. Os acontecimentos em França confirmam este ponto de vista. Confirmam também, e muito lamentavelmente, a incapacidade

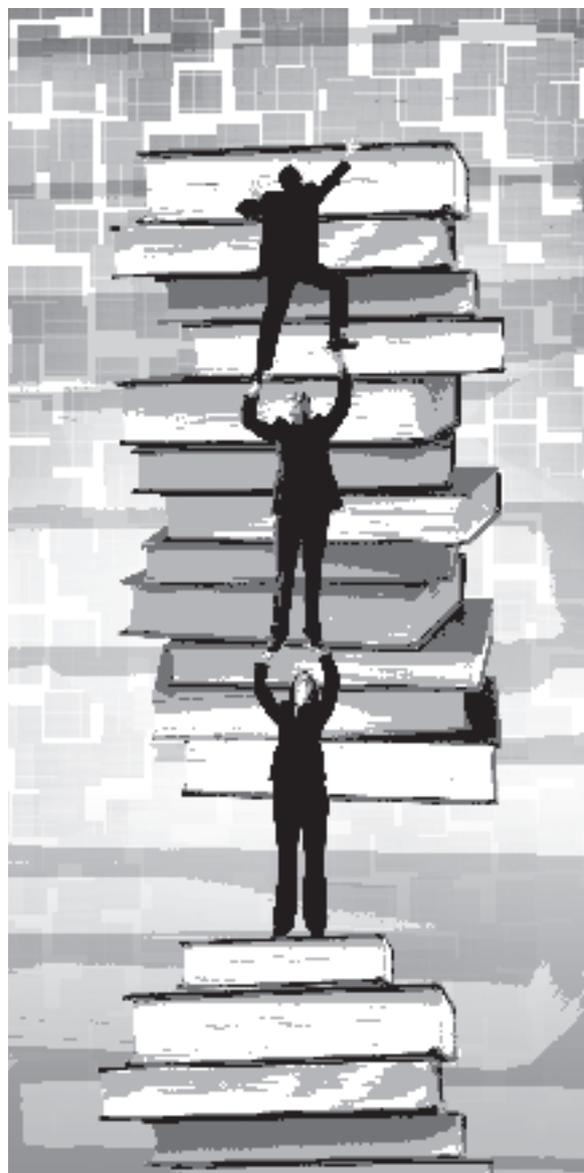
dade de os professores juntarem os seus protestos aos dos alunos rebeldes. Não muito tempo antes da insurreição dos subúrbios os professores franceses haviam-se manifestado, uma vez mais, contra a reforma neoliberal do sistema escolar, mas pelos vistos só desejam fazê-lo desde que os alunos respeitem a disciplina.

Enquanto o sindicalismo docente se manter dentro destes limites, não conseguirá ultrapassar os meros interesses corporativos. Mas esta é só uma metade da questão, aquela que diz respeito ao carácter específico dos professores enquanto trabalhadores e, portanto, ao carácter específico que se deveria exigir dos sindicatos de professores. Falta a outra metade da questão, que diz respeito a todo o tipo de sindicalismo na situação actual.

Na sua estrutura interna e na maneira como funcionam, os grandes sindicatos hierarquizados de massas explicam-se pela situação do final do século XIX e do começo do século XX, quando a esmagadora maioria dos operários das cidades tinha emigrado recentemente dos campos e não sabia desvencilhar-se na sociedade urbana e industrial. Este tipo de sindicalismo correspondeu, do lado dos trabalhadores, aos sistemas produtivos que, do lado dos patrões, foram instaurados com o taylorismo e o fordismo. À medida, porém, que se foi esgotando o fluxo migratório dos campos para as cidades e que o proletariado urbano aprendeu a conhecer e a dominar o meio em que vivia e em que laborava, o sindicalismo clássico e o taylorismo clássico foram postos em causa.

Nas décadas de 1960 e de 1970, de um e outro lado das fronteiras da guerra fria, tanto entre os países mais desenvolvidos da área de influência norte-americana como na esfera soviética e na China, os trabalhadores desencadearam um novo tipo de movimento, caracterizado principalmente por dois aspectos. Em primeiro lugar, os trabalhadores mostraram-se capazes de iniciar e conduzir as suas

A medida que o proletariado urbano aprendeu a conhecer e a dominar o meio em que vivia e em que laborava, o sindicalismo clássico e o taylorismo clássico foram postos em causa.



lutas fora das estruturas sindicais. Em segundo lugar, eles mostraram-se capazes não só de ocupar mas ainda de fazer funcionar fábricas e estabelecimentos comerciais, o que em certos países e em certas épocas os levou a responsabilizarem-se por porções muito consideráveis da economia. Conjugando ambas estas características, o que sucedeu foi que os trabalhadores, se conseguiram prescindir das direcções sindicais e gerir as suas próprias lutas, conseguiram também gerir as empresas e dispensar as adminis-

trações patronais. Ora, a capacidade de gestão demonstrada pelos trabalhadores durante aqueles movimentos surpreendeu não só as chefias sindicais, que julgavam os filiados capazes de obedecer a palavras de ordem mas não de conceber táticas e muito menos estratégias, como deixou igualmente espantados os administradores fordistas, que tinham como axioma que o trabalhador mexe as mãos mas não pensa. O sindicalismo autoritário e o taylorismo clássico foram ambos postos de parte pelos trabalhadores.

O neoliberalismo e o toyotismo limitaram-se a reconhecer a nova situação e a aproveitá-la em benefício do capital. Vendo que os sindicatos já não mobilizavam os operários mais combativos e que, por conseguinte, haviam perdido o fundamento da sua legitimidade, os governos neoliberais dispensaram as burocracias sindicais. E os administradores das empresas, vendo que os trabalhadores, além de usarem os músculos, usavam também o cérebro, e o faziam com muita eficácia, passaram a explorar não só a componente física mas ainda a componente intelectual do trabalho. A capacidade de iniciativa dos trabalhadores foi convertida pelo toyotismo em elemento da mais-valia, e para isso o autoritarismo dos dirigentes sindicais era não só inútil, mas nocivo. Nesta situação, qual o lugar que resta às burocracias sindicais?

No sistema toyotista de organização do trabalho os capitalistas podem enquadrar os assalariados no âmbito das empresas, sem precisarem de recorrer aos sindicatos. Por outro lado, a fragmentação dos regimes de trabalho suscitada pela difusão da terceirização, do sistema de trabalho temporário, dos contratos a prazo e, em geral, a precarização do estatuto profissional tornaram obsoleto o sistema sindical de gestão do mercado de trabalho. Neste quadro, em que se abre muito pouco espaço aos sindicatos enquanto representantes burocráticos dos trabalhadores, desenvolveu-se outra ver-

Desde a sua origem que os sindicatos gastaram uma parte considerável dos fundos não no apoio a greves ou outras formas de resistência anticapitalista mas em investimentos de interesse económico.

tente menos conhecida do sindicalismo, que eu analisei num pequeno livro publicado há quase vinte anos². Desde a sua origem que os sindicatos gastaram uma parte considerável dos fundos não no apoio a greves ou outras formas de resistência anticapitalista mas em investimentos de interesse económico. Foi assim que, ainda no século XIX, as burocracias social-democratas da Alemanha e da Bélgica se alçaram

aos lugares de gestão de grandes cooperativas de consumo. Este tipo de investimento continuou ao longo do século XX, e em alguns casos extremos, como em Israel, por exemplo, os sindicatos passaram a deter uma porção muitíssimo considerável da economia nacional. Enquanto administradores de empresas geridas como quaisquer outras, a situação destes gestores de origem sindical em nada difere da dos administradores comuns de um estabelecimento capitalista comum. Eles integram a classe dos gestores, e o controlo que detêm sobre as relações de produção e sobre os ritmos do trabalho assegura-lhes a capacidade de se apropriarem, como qualquer patrão, de uma porção da mais-valia. Os gestores sindicais são exploradores capitalistas.

Nos últimos anos, porém, os sindicatos têm tido oportunidade de proceder a novas modalidades de investimento. Nos Estados Unidos começou a suceder com certa frequência que os dirigentes sindicais negociem com os donos ou as administrações das empresas uma redução da taxa de crescimento dos salários ou uma redução de outros benefícios, obtendo em troca um pacote de acções da empresa correspondente ao montante dessa redução. Nominalmente, as acções são concedidas aos trabalhadores, mas como eles não recebem a possibilidade de as movimentar e como a sua gestão é entregue aos dirigentes sindicais, são estes dirigentes quem, para todos os efeitos, se apodera das acções. Ou seja, aquilo que os trabalhado-

res deixaram de ganhar converte-se em capital para os dirigentes sindicais. Não é este mesmo o mecanismo da mais-valia? Outra modalidade de investimentos sindicais, bastante semelhante quanto às suas consequências, obteve uma enorme difusão na Rússia graças às privatizações. Quando as empresas estatais foram postas à venda, a lei concedeu o direito de opção aos assalariados, o que levou à generalização de coligações formadas pelos administradores dessas empresas e pelos trabalhadores – estes representados, como não podia deixar de ser, pelos dirigentes sindicais – que adquiriram a maioria das acções das empresas. Em resultado, o mesmo conjunto de administradores de empresa e de gestores sindicais que já na época soviética dirigia *in loco* cada estabelecimento económico continua agora a dirigi-los, mas através da detenção de acções. Para isto é necessário que os trabalhadores sejam impedidos de exercer influência sobre as assembleias de accionistas, o que se consegue facilmente porque os trabalhadores possuem as acções dispersas, e só os dirigentes sindicais, graças ao seu direito de representação colectiva, podem falar em nome da maioria dos accionistas. Nunca entenderemos os mecanismos económicos modernos se ignorarmos que, além da detenção do capital através da propriedade privada, existe a sua detenção através do controlo, e que é esta que fundamenta a existência dos gestores enquanto classe dominante e exploradora. Outra modalidade, estreitamente relacionada com aquelas duas, consiste no controlo obtido pelos dirigentes sindicais, ou por administradores por eles nomeados, sobre os fundos de pensões. Deste modo as burocracias sindicais, directa ou indirectamente, tornaram-se capazes de mobilizar volumes financeiros colossais, que se contam entre os maiores em numerosos países. Isto explica que os sindicatos

Se hoje os sindicatos perderam em grande parte as suas funções de representantes burocráticos dos trabalhadores e de reguladores do mercado de trabalho, conseguiram por outro lado um êxito crescente enquanto investidores. É este processo que eu denomino capitalismo dos sindicatos.

possam ter interesses próprios de estabilidade monetária e de contenção da inflação, muitas vezes em franco antagonismo com os desejos dos trabalhadores comuns. Em suma, se hoje os sindicatos perderam em grande parte as suas funções de representantes burocráticos dos trabalhadores e de reguladores do mercado de trabalho, conseguiram por outro lado um êxito crescente enquanto investidores. É este processo que eu denomino capitalismo dos sindicatos.

O caso brasileiro insere-se no movimento geral que acabei de esboçar. As greves do ABC, que liquidaram o regime militar, não se opuseram só às direcções sindicais pelegas, mas contestaram também o aparelho sindical existente. Contra os sindicatos hierarquizados de massas herdados do getulismo, as oposições operárias defenderam um novo tipo de organização, ligada às bases e capaz de aproveitar a espontaneidade das lutas. Desde o começo do Novo Sindicalismo foi muito claro o confronto entre a tendência autoritária e verticalizante e a tendência que pretendia privilegiar os organismos de base. Acabou por triunfar, sob um nome diferente, aquilo que era afinal uma variante do sindicalismo tradicional, e a partir desse momento o destino ficou ditado. A inevitável burocratização da CUT gerou tudo o resto, e aqueles que agora lançam mãos aos cabelos, apavorados com o que está a suceder, teriam feito bem melhor se se tivessem arrependido há vinte anos, quando tinham cabeleiras mais fartas e menos brancas.

Definitivamente burocratizada e separada das bases, a CUT encontrou nas verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador o estímulo propício à sua evolução capitalista. Estas verbas permitiram que os sindicatos se encaragassem da formação profissional e da adequação dos trabalhadores à terceirização ou à sobrevivência no

desemprego, tarefas que deviam ter cabido aos patrões, mas a sua verdadeira importância situou-se a um nível mais profundo. Do mesmo modo que os fundos de pensões, os financiamentos do FAT envolveram a CUT em interesses directa e estritamente económicos e fizeram com que ela acompanhasse a tendência generalizada de expansão do capitalismo sindical. A história produz os seus próprios símbo-



los, e neste caso Delúbio Soares representa, pelo seu percurso, o desenvolvimento capitalista dos sindicatos da CUT, e depois a sua ligação, através do PT e do governo, ao capitalismo genericamente considerado. O capitalismo dos sindicatos é uma componente imprescindível dos actuais escândalos governamentais.

Não vejo que sirva para alguma coisa um organismo sindical desligar-se da CUT se continuar futuramente práticas do mesmo tipo, embora encobertas por outra linguagem. O que se afigura urgente, na minha opinião, é a ruptura com modalidades de organização e com formas de reivindicação que até hoje têm vindo a ser cegamente aceites. No caso dos docentes esta ruptura deve ser dupla, por um lado, repensando a mobilização no interior da escola, de maneira a que as lutas dos professores se liguem à rebeldia dos estudantes, em vez de a ostracizar. Por outro lado, rompendo com um tipo genérico de sindicalismo que, através da sua burocratização e dos seus interesses económicos, se converteu numa peça indispensável dos próprios mecanismos do capital.

Não se trata de um desafio, mas de dois, o que não é fácil.

NOTAS

¹ Ver sobretudo «O Proletariado como Produtor e como Produto», *Revista de Economia Política* [São Paulo], 1985, vol. 5 n.º 3 e «A Produção de Si Mesmo», *Educação em Revista* [Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte], 1989, ano IV n.º 9. Ver ainda o capítulo dedicado a esta questão em *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

² *Capital, Sindicatos, Gestores*. São Paulo: Vértice, 1987. 

Autonomia e democracia diante da concepção de universidade empreendedora

Carmen Sílvia da Silva Sá*
Sandra Simone Morais Pacheco**

*Professora assistente da Universidade do Estado da Bahia

**Professora assistente da Universidade do Estado da Bahia

Introdução

A UNEB é uma Universidade caracterizada como *multicampi*, que se espalha pelo território baiano de leste a oeste e de norte a sul, com um total de 24 *campi* e 29 departamentos. Como Universidade, ela foi criada em 1983, por decreto estadual, a partir da aglutinação de algumas faculdades isoladas e unidades de ensino. A sua expansão se deu com a criação de Núcleos em alguns municípios baianos que depois passaram a ser unidades ou departamentos. A partir de 1997, quando o governo do Estado baixou a Lei nº 7176/97¹ que reestruturou as universidades estaduais baianas, a UNEB continuou a se expandir, ao contrário das demais que se mantiveram ou com um único *campus* (Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, entre Ilhéus e Itabuna e Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS) ou com 3 *campi* (Universidade Estadual do Sudoeste Baiano - UESB, em Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié).

As graduações se concentram em grande parte na área pedagógica, sendo majoritários os cursos de Letras, Pedagogia e História. Essa atuação se coaduna com o projeto de criação

da própria Instituição, pensada como instrumento de democratização do ensino superior na formação de professores qualificados nas diferentes regiões do Estado. Hoje, a UNEB expande seus cursos superiores para áreas mais técnicas, com cursos de Enfermagem, Fonoaudiologia e Direito, mais valorizados socialmente do ponto de vista do mercado de trabalho.

A partir de 2000, a UNEB passa a atuar também na capacitação de docentes das redes municipais de ensino por todo o Estado através de um programa chamado Rede UNEB, caracterizado por parcerias entre a Instituição e as prefeituras municipais, que pagam um curso superior de dois anos para qualificar os professores atuantes em suas escolas. Esse programa tem sofrido uma grande expansão e hoje já engloba também a capacitação de docentes da rede estadual (PROESP) e a formação de professores para atuar no meio rural (PRONERA), dentre outros.

A UNEB oferece apenas dois mestrados credenciados pela CAPES e obteve, recentemente, autorização para implantar mais dois cursos. Em contrapartida, os cursos *lato sensu* auto-sustentáveis se multiplicam em progres-

são geométrica, denotando uma prioridade das sucessivas gestões na privatização interna, assim como na alocação da mão-de-obra de docentes e funcionários locais nesses empreendimentos que mitigam, em parte, os baixos salários recebidos por essas categorias.

No *campus* de Salvador está localizada a Administração Central da Universidade e quatro departamentos. É relevante o fato de que muitos dos *campi* do interior chegam a distar de 500 a 900 km da capital. Esse modelo descentralizado, de característica *multicampi*, tem justificado uma das práticas mais lesivas à democratização da Universidade: segundo a administração central, o dispêndio na convocação dos seus Conselhos - o de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Superior -, justifica a baixa frequência nas reuniões ordinárias. As consequências disso podem ser sentidas ao se acompanhar as publicações do Diário Oficial do Estado onde o número de atos *ad referendum* da reitoria, tratando de assuntos cruciais da Universidade, extrapola os limites do bom senso e da gestão efetivamente participativa.

Nesse sentido é interessante sublinhar que a criação dos *campi* da UNEB ao longo dos anos tem se dado por esse expediente, referendado pelo Conselho Superior, às vezes muito depois da efetivação do *campus* cujos cursos são implantados quase sempre a partir de demandas municipais, atendendo a pedidos de políticos situacionistas das diversas regiões baianas.

A despeito de sua expansão e da criação de novos cursos, bem como do aumento do número de ingressantes por turmas no processo seletivo vestibular, a UNEB não obteve nenhum incremento do percentual orçamentário destinado às universidades estaduais baianas, o que denota a falta de compromisso dos gestores internos e externos, no que tange à qualidade dos cursos criados. Dessa forma, a UNEB tem recebido do total do orçamento anual,

repassado pela fonte do tesouro estadual, cerca de 38% do total, enquanto a UEFS (um só *campi*) recebe cerca de 28%, a UESC (um só *campi*) cerca de 16% e a UESB (três *campi*), 18%.

Como resultado dessa política expansionista, a UNEB tem encerrado os últimos anos com alto déficit orçamentário, que tem interferido negativamente no seu funcionamento. Têm sido bastante comum, a cada ano, cortes de luz, água e telefone em diversos *campi*². São também comuns paralisações de estudantes reivindicando espaço físico próprio - vários *campi* funcionam em escolas municipais ou estaduais emprestadas - bibliotecas e acervo bibliográfico, laboratórios, restaurantes e residências universitárias, bem como contratação de professores efetivos e mais qualificados.

O movimento docente que passou por um processo de evasão no final da década de 90, se reestruturou a partir de 2000 através da deflagração de uma série de movimentos grevistas que visa-

ram aglutinar esforços na categoria docente para garantir a resistência ao sucateamento e à conseqüente privatização da UNEB enquanto bem social e coletivo da sociedade baiana. As históricas greves realizadas tiveram como mote principal a luta pela garantia da gratuidade na UNEB, assim como, esses movimentos encamparam também reivindicações salariais e melhorias nas condições de trabalho docente.

Muitos avanços foram conseguidos pelo movimento docente no que tange à visibilidade e discussão dos problemas da UNEB, entretanto, essa é uma árdua luta: se por um lado aglutinou e propiciou a emergência de um plano de carreira condizente com os anseios da categoria, por outro causou o isolamento interno no enfretamento da gestão governista que vem administrando a Instituição, já que os segmentos discente e técnico-administrativo constituídos têm colocado suas entidades a serviço dos interesses da reitoria em variadas

Os cursos na UNEB são implantados quase sempre a partir de demandas municipais, atendendo a pedidos de políticos situacionistas das diversas regiões baianas.

demandas por ela colocadas.

Para isso tem contribuído a forma personalista dos oito anos de gestão da Profa. Ivete Sacramento (1998-2005), que a despeito do conservadorismo que imprimiu à sua gestão, angariou simpatias dentro de setores progressistas da comunidade pela sua condição de mulher, afro-descendente e remotamente participante de grupos ligados ao movimento negro.

Nessa conjuntura e particularmente nesse momento em que o país passa por uma séria crise política que coloca em xeque as ideologias e as práticas da chamada esquerda brasileira, a articulação que gerou a indicação de duas professoras militantes ativas do movimento docente, sem conchavo e sem composição com grupos de diferentes matizes ideológicos, se reveste de importância e significado. Apesar do modelo privatista de Universidade ter avançado sobre a prática docente e conquistado os que querem resolver seus problemas profissionais e financeiros via prática individual, foi possível denunciar e incrementar a discussão política inerente à prática universitária. A constatação desse fato não afasta, entretanto, a necessidade de uma reflexão mais ampla sobre o papel desempenhado pelo movimento na validação de eleições cujas características são notadamente antidemocráticas, com o uso ostensivo da máquina administrativa na perpetuação dos gestores e de diferenciados instrumentos de poder, que vão de distribuição de cargos de confiança entre familiares de funcionários - conformando uma rede de apoio técnico eminentemente familiar - a concessões clientelistas a parcelas influentes da comunidade.

As gestões que se sucedem desde a implantação da UNEB têm um padrão específico de prática, que se vincula a um projeto político marcadamente subserviente ao governo do Estado e que não tem levado ao crescimento aca-

dêmico/qualitativo da Instituição. O que se quer refletir, a partir desse ponto, é como se articula, a cada processo eleitoral, a rede que mantém esse grupo no poder sem rompimentos políticos que venham a dar uma nova dinâmica à vida institucional, já que esse padrão vem se repetindo no curso das eleições realizadas em 1989, 1993, 1997, 2001 e 2005.

A análise do último processo pode auxiliar na compreensão de onde nos situamos dentro dessa estrutura e porque não temos conseguido guindar ao poder o grupo político que sustenta o MD, enquanto principal baluarte da Universidade Pública, gratuita e de qualidade.

As gestões que se sucedem desde a implantação da UNEB têm um padrão específico de prática, que se vincula a um projeto político marcadamente subserviente ao governo do Estado.

A emergência do processo extencionista/privatista fundado na concepção de Universidade empreendedora

O modelo de Universidade que guia a prática acadêmica da UNEB é fortemente marcado pelas atividades de ensino. A partir da observação de indicadores, como os resultados de captação de recursos através das agências de fomento oficiais (CNPq, FAPESB etc.),

percebe-se que a pesquisa é ainda uma realidade a ser perseguida. Isso após 22 anos de funcionamento como Instituição de ensino superior.

A extensão é um pilar institucional que teve um forte incremento nas duas últimas gestões. Não por simples coincidência, a pró-reitoria de extensão - PROEX - foi gerenciada durante esse tempo pelo reitor eleito no pleito que ora procuramos analisar. As características dessa gestão fortaleceram um tipo de projeto extencionista de cunho populista, com uma ênfase marcante na quantidade de ações em detrimento da qualidade das intervenções, sem limites às áreas de atuação dos cursos da UNEB e muitas vezes sem envolvimento dos diversos Departamentos da Instituição na execução dos projetos. Somando-se isso ao estímulo a cursos de extensão pagos, gerenciados por fundações

privadas (oficialmente três dessas Instituições atuam dentro da UNEB) e compreende-se que o que emerge dessa realidade é uma atuação quase independente dessa instância, configurando uma prática universitária paralela, onde se implanta uma autonomia sem responsabilidade institucional com as atividades fins da Universidade.

Em nome da popularização da UNEB, o que se viu foi sua transformação em um balcão de negócios de qualidade bastante duvidosa. As parcerias interinstitucionais, realizadas com órgãos públicos ou privados, fecha a equação de uma prática educacional bastante conveniente para a situação de escorcha financeira em que vivem as IES públicas: de um lado viabilizam-se projetos de extensão “parados” a espera de recursos com a captação de recursos externos para a realização dos mesmos, por outro, permite aos professores e funcionários da Instituição o reforço de seus parques salários através desse expediente, que parece ser bastante interessante quando se olha do ponto de vista individual (até professores de dedicação exclusiva referendam assim seu trabalho extra, na mesma Instituição) mas na verdade, é um minadouro da responsabilização do Estado com a Universidade Pública.

Mediando a relação entre todos os atores envolvidos na miríade de possibilidades dessa captação de recursos, duas coisas invariáveis: a necessidade de chancelar as práticas através da marca “Universidade” e a presença das fundações com todas as suas imprecisões e falta de transparência.

Temos assim uma parte da UNEB que funciona mal, não tem recursos, é “pobre”, e outra que contrasta com essa realidade, onde o dinheiro é tanto, que se dispensa a prestação de contas de docentes, discentes e de servidores técnico-administrativos que atuam em projetos, que viajam para eventos, que promovem encontros e seminários, dentre outras atividades acadêmicas. Esta UNEB está alocada, prin-

Em nome da popularização da UNEB, o que se viu foi sua transformação em um balcão de negócios de qualidade bastante duvidosa.

cipalmente, na Pró-Reitoria de Extensão - PROEX - que mesmo não sendo gestora, consegue atender a todas as demandas da comunidade acadêmica que não são possíveis de se realizar por falta de verbas institucionais. O “milagre” é patrocinado pela Pró-Reitoria que administra convênios e projetos, cujos recursos ingressam na Universidade através de “Fundações de Apoio”. Essas fundações são também responsáveis pela administração de recursos que ingressam na Universidade por meio de cursos de extensão e de cursos de pós-graduação *lato sensu* “autofinanciáveis”. Esses cursos chegam a cobrar mensalidades exorbitantes e na sua maioria não são projetos oriundos dos departamentos, muitos têm qualidade questionável e não trazem benefício algum para a Universidade enquanto Instituição. É interessante registrar que as fundações estão sob o comando de alguns docentes que pertencem ao quadro da Universidade e, inclusive, ocupam cargos importantes na administração.

É a partir desse referencial de empreendedorismo que ocorreu a eleição para a Pró-Reitoria em 2005, com a anuência de boa parte dos professores do quadro docente, de grande parcela dos funcionários e de um movimento estudantil oficial amarrado nos favores e na viabilização de projetos institucionais, cunhados erroneamente como favores pontuais de um gestor público.

Casuísmos na construção do processo de consulta

Em 2005, estranhamente, o processo de consulta foi atrasado ao máximo e se iniciou com a criação de uma comissão para estabelecer as normas eleitorais *Ad Referendum* do CONSU³. A comissão foi composta por um membro de cada segmento da comunidade: um diretor de departamento, um técnico-administrativo e um discente, todos membros do CONSU. Esta composição seria absolutamen-

te normal desde que os conselheiros representassem suas bases a partir de discussões internas, o que não tem sido prática na nossa Universidade. Após a famigerada Lei nº 7176/97, os docentes não têm representação no CONSU uma vez que se interpreta, de forma casuística, que diretores de departamento são professores e, portanto, não há necessidade de representação indicada pela ADUNEB. Dentro da composição do Conselho só as entidades alinhadas politicamente com a reitoria têm representação.

Embora a tipologia do voto estivesse amarrada na Lei nº 7176/97 (percentual igual ao proposto na LDB: 70 – 15 – 15), desta vez, também estranhamente, foi feita a solicitação à comunidade para que, em um curto espaço de tempo, se pronunciasse sobre o tipo de voto e encaminhasse suas propostas ao CONSU. A ADUNEB realizou assembléia docente com este item em pauta e foi deliberado indicar o voto universal. Foi o único segmento que convocou sua base para decidir e encaminhou o resultado para o CONSU.

As normas eleitorais elaboradas pela comissão⁴ foram aprovadas. Quanto à tipologia do voto, o CONSU decidiu desconsiderar a legislação, mas também não acatou a proposta de voto universal, aprovando o voto paritário (peso 33,33% para cada um dos segmentos). Além de mudança na paridade dos votos, garantiu-se o direito a voto a funcionários não pertencentes ao quadro efetivo, por exemplo, comissionados há dez anos e servidores em regime especial (precários) contratados até dois meses antes da eleição⁵. Garantiu-se também o direito a voto a todos os discentes participantes dos programas especiais de formação e de capacitação docente, que se espalham por todo o Estado e que muitas vezes não têm contato com a vida acadêmica dos departamentos. Os estudantes dos cursos de especialização

“autofinanciáveis”, que não passam por processo seletivo para admissão e os professores substitutos e visitantes também foram contemplados com o direito a voto.

Estabeleceu-se um exíguo espaço de tempo para a campanha eleitoral (15 dias úteis), o que inviabilizou a discussão e o debate em boa parte da Universidade.

A intencionalidade dos atos aprovados no

CONSU quanto ao pleito ficou explicitada quando foi homologada a chapa oficial e aprovados expedientes que favoreceram claramente os dois integrantes da chapa, cada um com suas especificidades: um pró-reitor/membro do Conselho e uma Diretora de Departamento/gestora/membro do Conselho. É interessante observar que a presença dessa última na empreitada surgiu como consequência de um acordo político entre as forças conservadoras da situação e um grupo de 27 diretores,

alguns com trajetórias de militância na esquerda e nos movimentos sociais. Como os diretores formam o grupo majoritário do Conselho e somou-se a eles os aliados ocupantes de cargos de confiança, como os pró-reitores, as regras exaradas do conclave se adequavam aos interesses da composição recém-formada.

Campanha

Uma das primeiras derrotas da chapa de oposição (Carmen Sá/Sandra Pacheco) foi a tentativa de garantir o máximo de debates oficiais: a Chapa 2 (Lourivaldo Valentim/Amélia Maraux) não queria debate algum porque durante oito anos de gestão, obviamente, o Pró-Reitor de Extensão já havia feito sua campanha. Conseguimos, no máximo, depois de muitos embates, garantir três debates em uma Universidade com 24 *Campi*!

O Movimento Docente, ao lançar a chapa de oposição, tinha clara noção da desigualdade de condições, mas discutiu e definiu marcar

O Movimento Docente, ao lançar a chapa de oposição, tinha clara noção da desigualdade de condições, mas discutiu e definiu marcar sua posição e buscar debate de idéias e projetos de Universidade durante o processo eleitoral.

sua posição e, minimamente, buscar um debate de idéias e projetos de Universidade durante o processo eleitoral. Entretanto, os discursos da chapa da situação foram, simplesmente, a explicitação de números de projetos, programas e pessoas atendidas pela PROEX, assim como a tentativa de desvincular-se da reitora, politicamente desgastada após oito anos de gestão, com o slogan “a mudança já começou: diálogo, diversidade e compromisso social”.

Paradoxalmente, o programa⁶ distribuído pela Chapa 2 - em quantidade tão grande que sobrava em todos os setores da Universidade, com alta qualidade gráfica, nas cores utilizadas pelas propagandas do Governo do Estado -, em tudo se assemelhava ao programa divulgado na época da reeleição da atual reitora. Vale ressaltar que em todas as 41 páginas do programa, nenhuma vez a palavra **gratuita** qualificava a Universidade Pública proposta por eles. Ao serem questionados sobre a ausência de palavra tão significativa, se apressaram a emitir um programa reduzido onde se lia:

“Defender a Universidade Pública significa comprometer-se com os valores republicanos, no interior dos quais prevalece o bem comum e o interesse coletivo, o que na realidade brasileira e baiana atual, (grifo nosso) também significa garantir a gratuidade.”

Como se percebe, o máximo de compromisso com a gratuidade está posta como uma preocupação pontual, conforme demonstra nosso grifo, pois, para quem comunga com o pensamento dos governantes da Bahia, a manutenção do ensino superior pelo Estado é um luxo, que pode ser cortado a qualquer tempo. No programa também merece destaque:

“... instituir normas concernentes à revalidação de títulos obtidos em países estrangeiros e registro de diplomas emitidos por instituições privadas não universitárias (grifo nosso), atendidas as exigências legais.” (p. 23)

Isso parece um compromisso para resolver o problema de parte dos docentes que se encontram com dificuldade de revalidar títulos obtidos em mestrados e doutorados realizados em

instituições não reconhecidas pela CAPES. Outro ponto do programa chama a atenção e dá a exata medida do tipo de projeto que a Chapa 2 realmente quer implementar: uma Universidade que **anuncia e vende seus produtos**:

“... dar maior visibilidade às ações desenvolvidas pela Universidade através de programas de marketing.” (p. 29)

O mais contraditório dessa campanha não foi a cúpula do DCE apoiar o Professor Valentin antes mesmo da candidatura ser lançada e tentar desqualificar a chapa de oposição, pois essas atitudes são esperadas de “estudantes profissionais” que se mantêm por longo tempo nas Universidades apenas para usufruir de diversas formas da estrutura do Diretório, mas a quase unanimidade dos diretores que, sem consultar suas plenárias, assinaram documento de apoio à candidatura da situação em nome dos Departamentos.

De nossa parte, apesar da falta de tempo e de recursos, a campanha foi extremamente positiva, pois nos colocou em contato com a realidade concreta da Universidade ao visitarmos 16 dos 24 *campi* espalhados de norte a sul e de leste a oeste do Estado. Pudemos, também, com muitos anos de experiência acadêmica e conhecendo de perto os principais envolvidos no jogo político da administração da Universidade, desvelar para a comunidade o mito daqueles que discursam usando o social como pano de fundo, mas que dirigem a Universidade sem diálogo e não reconhecem a diversidade, pois impõem suas decisões a todos, particularmente àqueles que desenvolveram relações de dependência às suas políticas assistencialistas.

Resultados do processo

O resultado oficial do processo divulgado pela Comissão Eleitoral⁷ foi rearranjado por segmento (docente, discente e técnico-administrativo) para facilitar a análise a que nos propusemos.

A Chapa 1 só obteve maioria dos votos no DEDC de Alagoinhas, no DCH de Jacobina e

nos DCHT de Bom Jesus da Lapa e de Ipiaú. Em Alagoinhas e Jacobina esperávamos bons resultados, pois muitos docentes militantes no MD se concentram nesses departamentos - historicamente dos mais antigos e engajados. Os resultados de Bom Jesus da Lapa também eram esperados por causa da militância ativa de seus docentes, apesar de ser um departamento relativamente novo, mas o resultado de Ipiaú nos surpreendeu por ser um dos *campi* mais novos, não termos conseguido visitá-lo e contarmos, basicamente, com um docente militante. Vale observar que nos outros *campi* novos, criados sem discussão na Universidade, cujos diretores foram indicados e não eleitos, não conseguimos obter um único voto. Talvez esse resultado se deva ao fato de a maior parte dos professores serem substitutos ou estarem em estágio probatório, temerem represálias ou não conhecerem a realidade da Universidade, além do que, não houve tempo para a campanha nessas localidades.

A Chapa 1 conseguiu obter maior número de votos dos técnico-administrativos em Bom Jesus da Lapa. A hegemonia da Chapa 2 nesse segmento foi tanta que em 12 dos 24 *campi* todos os votos apurados foram para ela e a Chapa 1 não obteve nenhum voto em 13 deles. A justificativa para essa inexpressiva votação no interior, com a única exceção do DTCS de Juazeiro, poderia ser o fato de não sermos tão conhecidas quanto o Pró-Reitor de Extensão. Se isso fosse verdadeiro, na capital essa justificativa não se sustentaria. Até mesmo nos departamentos em que trabalhamos e somos respeitadas por nossa atuação profissional, obtivemos poucos votos. Talvez parte dos servidores votaram na Chapa 2 por conveniência pessoal, pois parentes são acomodados em empresas terceirizadas, estágios, contratos temporários etc. e, dessa forma, ficam comprometidos com seus superiores, gerando uma relação de cumplicidade. É ainda possível que tenha sido feito excelente trabalho de convencimento de um servidor a outro ou mesmo de professores e diretores.

Os discentes foram separados por tipo de



cursos: os regulares e os de capacitação e de especialização que são “autofinanciáveis”. A quantidade de votos dados às Chapas 1 e 2 são bem distintas nos dois tipos de estudantes. Entre aqueles que vivenciam a Universidade observou-se praticamente um empate entre as duas chapas, enquanto no grupo de discentes que, muitas vezes, sequer tem contato com o departamento e sua comunidade, o percentual de votos na Chapa 2 superou os 70%. O bom desempenho da Chapa 1 entre os estudantes dos cursos regulares reflete a realidade do movimento estudantil da UNEB: um grupo que - por desconhecimento, omissão ou conivência, aceita as decisões tomadas na cúpula do DCE e outro formado por estudantes que, organizados em DA's e CA's independentes, ou em grupos dissidentes, questionam a forma como a Universidade vem sendo administrada. Esse último grupo se mobilizou e encampou as propostas da Chapa 1 - *Uma outra UNEB é possível* - apesar de todas as dificuldades. Por ou-

tro lado, os representantes, ex-representantes e até pessoas que não têm vínculo com a Universidade, que gravitam em torno do DCE, estiveram, literalmente, fazendo campanha cerada para a chapa situacionista. Os resultados evidenciam que nos departamentos onde houve votação expressiva dos estudantes de cursos regulares para a Chapa 2 foi, principalmente, porque não conseguimos visitar ou porque eram locais onde havia pessoas muito envolvidas diretamente com aquela chapa.

Conclusão

A abstenção de um grande número de docentes, cerca de 500, é bastante reveladora de uma prática consolidada ao longo dos anos na UNEB: muitos profissionais se dedicam a outros empregos, como clínicas, escritórios, outras empresas públicas, faculdades particulares e não se interessam em saber o que se passa dentro da Universidade. Querem tão somente usufruir do regime de 40 horas sem dedicação exclusiva, que permite ao docente comparecer apenas para ministrar aulas, às vezes apenas o número mínimo previsto que é de 12 horas, e não se inserem nas questões acadêmicas e nas vivências políticas da Universidade.

A avaliação que fazemos sobre os cerca de 600 votos que a categoria docente deu ao professor Valentim é de que alguns docentes estejam interessados em tocar seus projetos pessoais nas áreas de ensino, pesquisa e extensão e acreditam que o melhor caminho é através da captação de recursos via fundações de apoio, ponto fundamental da Universidade enquanto empreendimento, proposta claramente expressa no projeto do grupo hegemônico. Outros são aqueles que já participam do mesmo grupo político, ministram ou coordenam cursos de especialização pagos e programas de capacitação – que chegam a números impressio-

nantes⁸ recebendo *pro-labore* por turmas, aumentando significativamente sua renda. Um outro fator pode ter contribuído para a caracterização da votação do segmento docente: uma parte expressiva trabalha em universidades particulares e associa nossos nomes ao Sindicato (ADUNEB) e este às greves deflagradas nos últimos cinco anos, que tiveram como uma das conseqüências, atrasos nos calendários acadêmicos em relação ao ano civil. Para essas pessoas, isso dificulta o equacionamento de suas cargas horárias dentro e fora da UNEB e compromete as férias familiares.

Essa despolitização do significado do movimento docente enquanto instância coletiva de luta dos interesses da Universidade como um todo é altamente providencial em contextos populistas. Com a ênfase nas paralisações, enquanto fator de descrédito da sociedade para com essas instituições, o sucateamento passa a ser responsabilidade dos que acreditam no financiamento público. As parcerias público-privadas, baluarte do projeto neoliberal para as universidades, tomam assim, o lugar da solução para os grandes problemas enfrentados nas instituições públicas, fazendo surgir uma gama de gestores empreendedores, “anteados” com o processo de globali-

zação, ainda que esses mitiguem, deliberadamente ou não, a real conseqüência dessa prática para a existência da Universidade Pública enquanto bem social. Esse processo de privatização, travestido de busca pela excelência, tem se ampliado no campo universitário e as discussões entre os segmentos têm sido incipientes e marcadas por buscas de soluções parciais.

Outra questão que precisa ser pensada no âmbito das IES públicas é a tipologia do voto nas eleições dos gestores. Esse assunto é polêmico, principalmente porque parte do segmento docente, amparado no dispositivo da LDB

As parcerias público-privadas, baluarte do projeto neoliberal para as universidades, tomam assim, o lugar da solução para os grandes problemas enfrentados nas instituições públicas.

(percentual 70-15-15) acredita ser o principal detentor da decisão de quem, oriundo das hostes desse segmento, deve gerir as diversas instâncias acadêmicas e administrativas das instituições. Como há abertura na legislação para mudança a partir de decisões dos Conselhos Superiores e se legislando em nome da autonomia muda-se esse percentual - e consequentemente a paridade entre os segmentos - a depender das conveniências dos grupos políticos que se encontram no poder, geralmente legislando com maioria nesses Conselhos.

A partir da experiência aqui relatada tornam-se claras as manipulações políticas possíveis que se seguem à concepção de voto paritário em detrimento do voto universal. A idéia de voto paritário significa, de alguma forma, uma visão de que alguns segmentos têm mais legitimidade que outros na definição dos gestores das instituições públicas, sendo que a balança pende geralmente entre os docentes e os técnicos-administrativos. Esse assunto, de natureza bastante complexa, precisa ser rediscutido nessa conjuntura porque passam as IES públicas, pois envolve o próprio compromisso da classe docente com a manutenção da gratuidade nessas Instituições.

Do ponto de vista da autonomia, mais que garantir que os processos eleitorais sejam realmente democráticos e inclusivos, é preciso ampliar a compreensão sobre as formas de cooptação embutidas nas práticas privatistas, que usualmente se colocam como salvadoras do conhecimento produzido na Universidade, quando, na verdade, são manipulações que favorecem o particular em detrimento do público. O achatamento salarial, a inviabilização das práticas universitárias, a baixa produção científica e a falta de compromisso com a qualificação docente são estratégias de esvaziamento do sentido da Universidade como bem público e é preciso que es-

Mais que garantir que os processos eleitorais sejam realmente democráticos e inclusivos, é preciso ampliar a compreensão sobre as formas de cooptação embutidas nas práticas privatistas.

tejam alertas para o significado de “salvação” que representa a presença ostensiva dos cursos de extensão e pós-graduação pagos e, principalmente, a presença das fundações de apoio intermediando as relações interinstitucionais.

O que se precisa garantir não é o simples funcionamento da Universidade enquanto tal e sim o cumprimento de seu papel social. Na realidade que abordamos, é visível o deslocamento da verdadeira autonomia da UNEB para mecanismos de atrelamento com o governo do Estado da Bahia, de forma que os desmandos por parte

desse e a subserviência por parte daquela, conforma uma correlação de forças que têm, ao longo dos anos, impedido a Instituição de crescer qualitativamente, com o compromisso e a responsabilidade que a sociedade baiana merece.

NOTAS

- 1 Lei estadual que reestrutura as universidades estaduais baianas no âmbito administrativo (setembro de 1997).
- 2 ADUNEB fax - Boletim da Associação dos Docentes da UNEB (ADUNEB) “O Caos na UNEB”, n. 136, dez. 2005.
- 3 Portaria nº 1775/2005 - DOE 19.08.2005.
- 4 Resolução nº 345/2005 - DOE 20.09.2005.
- 5 Portaria nº 2131/2005 - DOE 04.10.2005.
- 6 Programa da Chapa 2 à eleição da UNEB/2005.
- 7 Ato nº 2/05 - DOE 17.11.2005.
- 8 Relatórios de Atividades Anuais da UNEB 2003 e 2004. 

O ANDES e a valorização da luta sindical

Mariângela Nather

Jornalista

O jornalismo e a ciência têm traços comuns. A objetividade e a busca da verdade na investigação da realidade. No jornalismo, como na ciência, a verdade é o objeto de desejo, um ideal, como é na política, a democracia, o governo do povo.

A paixão não é uma boa medida, nem para o jornalismo, nem para a ciência. Mas é da natureza da política e do sindicalismo *estar* apaixonado. Não é a paixão cega, irresponsável, mas a paixão que move a ação, do pensar e do agir com consciência pública, e que na vida sindical toma a forma de luta pela justiça social.

O objetivo deste artigo é modesto: neste ano em que o ANDES completa 25 anos, relembrar a trajetória do movimento sindical, as dificuldades do passado e do presente na luta do trabalhador brasileiro, em especial dos docentes do ensino superior, sob o olhar de uma pessoa curiosa, jornalista, interessada e preocupada com as questões do nosso tempo, que nem se sabe ainda como rotular, se moderno, pós-moderno ou só moderninho.

É também uma singela homenagem ao professor Osvaldo de Oliveira Maciel, primeiro presidente do ANDES, que não se furtou da luta quando seu mundo cruzou com o mundo do trabalho.

Sindicalismo, movimento docente e ANDES

A subordinação dos sindicatos ao Estado, desde Vargas, deixou marcas profundas na história do país. A estrutura sindical verticalizada, assistencialista e festiva é uma herança maldita. É maldita porque extremamente articulada. Passou por diversos governos e se manteve praticamente intacta. Mesmo quando seria possível *tentar* quebrar sua espinha dorsal, a unicidade sindical e a obrigatoriedade da contribuição, ao longo dos anos 90, prevaleceu o estatuto varguista.

O movimento sindical dos anos 70/80, com os méritos devidos, acabaria acontecendo mais cedo ou mais tarde. Não fosse assim, o sindicalismo 'autêntico' não teria se acomodado com tanta rapidez à estrutura vigente. Na verdade, em situações de extrema opressão, o protagonista que desencadeia o movimento de ruptura pode estar em qualquer lugar. Estar no lugar certo, na hora certa, saber ouvir e saber falar, faz lideranças e muitos liderados. E presidentes também...

Na história do sindicalismo, o funcionalismo teve que enfrentar um obstáculo ainda maior, a condição de ser 'Estado'. Ser poder, sem ter poder de fato, ter uma condição privilegiada, sem usufruir de privilégios. A categoria sempre teve sua história marcada por privações de represen-

tatividade, embora isso não tenha sido um impeditivo à organização do funcionalismo e à luta sindical, mas ela teve que seguir um caminho diferenciado e muito mais difícil.

A participação do funcionalismo, em especial dos professores das IES públicas, foi fundamental no movimento de resistência ao regime militar. Estudiosos do sindicalismo brasileiro (Maria Hermínia Tavares de Almeida, Leôncio Martins Rodrigues, Salvador Sandoval) demonstram que o movimento docente teve um papel importante no processo de abertura política e juntamente com outros setores do funcionalismo e do setor de serviços (bancários, motoristas do transporte coletivo, metroviários) teve um peso considerável na atividade grevista dos anos 80.

O saudoso professor Osvaldo Maciel, fundador do ANDES em 1981, um desses homens destemidos, impulsionados pela indignação, sindicalista sem insígnia, teve participação na greve deflagrada em 1980, primeira experiência sindical docente unificada nacionalmente e em 1981, quando foi deflagrada a primeira greve por salário e plano de carreira, uma greve histórica de 84 dias.

Nessa época, o ANDES aglutinava as lutas das associações docentes que vinham levantando a bandeira pela educação pública e gratuita para todos, em oposição à política privatista do regime militar, como demonstram os documentos do Conselho Nacional das Associações Docentes - CONAD.

A sucessão de paralisações ao longo dos anos 80 e as bandeiras de luta pela democratização e pela defesa do ensino público demonstram que o movimento sindical dos professores das IES em associações docentes, se fortalecia nos porões da ditadura e já se constituía como um sujeito político importante na história do país.

Uma das conquistas dos movimentos sociais na Constituinte, que contou com a participação do movimento docente, foi o direito de sindicalização de parte do funcionalismo, o que permitiu a criação de centenas de sindicatos pelo país logo após a promulgação da Constituição de 88.

Em 1989, o ANDES passa a ter representação nacional (ANDES-SN), com Sadi Dal Rosso na presidência.

Nesses 25 anos, com mais de 73 mil associados, quase a totalidade de docentes das IES públicas, o ANDES conquistou seu espaço na história do sindicalismo brasileiro.

No conjunto do movimento sindical houve algumas mudanças qualitativas nesse período, que modificaram as relações entre os atores envolvidos nos conflitos do trabalho. Muitas resistências foram vencidas, inclusive na relação entre sindicatos e a chamada grande imprensa e entre ela e os profissionais da imprensa sindical.

O trabalho e a seriedade dos sindicatos que substituíram a prática colaboracionista por formas democráticas de gestão e atuação político-sindical responsável fazem parte dessa mudança.

O fortalecimento da luta sindical com a criação das centrais sindicais foi relevante, embora o agigantamento das centrais, que agora querem engolir os sindicatos e tomar para si a representatividade dos trabalhadores, como previsto na reforma sindical¹, demonstra um novo campo de luta para o sindicalismo brasileiro que se pretende autônomo.

Enquanto no setor privado os reflexos da reestruturação produtiva demandam ações pontuais em resposta ao dinamismo do capitalismo financeiro, no setor público a situação é igualmente difícil. O movimento vem sofrendo as con-

As universidades públicas são um foco de resistência das políticas anti-sociais. Mesmo com suas limitações (defasagem salarial, defasagem de pessoal, estrutura precária de trabalho etc.), continuam como referência nacional e internacional, reclamadas por milhares de jovens que querem uma formação de qualidade.

sequências de uma política sistemática de desresponsabilização do Estado. Não houve trégua nesses anos: reforma administrativa, reforma previdenciária, terceirização dos serviços, contratação temporária, privatização de estatais.

De qualquer maneira, em meio à saraivada de ataques ao funcionalismo, o movimento docente não se intimidou e nem se imobilizou.

As universidades públicas são um foco de resistência das políticas anti-sociais. Mesmo com suas limitações (defasagem salarial, defasagem de pessoal, estrutura precária de trabalho etc.), continuam como referência nacional e internacional, reclamadas por milhares de jovens que querem uma formação de qualidade e também por profissionais que gostariam de fazer parte desse universo.

O funcionalismo público é uma pedra no sapato do governo. Ótimo. A sociedade ganha com isso.

Comunicação e sindicalismo

A comunicação é um elemento importante de luta sindical.

Os frankfurtianos não foram os primeiros a denunciar a relação nociva entre mídia e poder, mas é inegável que estratégias adequadas de comunicação são fundamentais para qualquer instituição, já que a comunicação é uma poderosa ferramenta para a transmissão de idéias, programas, análises de conjuntura e, como não, de propostas políticas.

Declaração do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, quando ele ainda não era essa figura austera do homem que controla com mãos de ferro as contas do governo, era prefeito de Ribeirão Preto, causou certo desconforto entre os correligionários petistas, ao defender abertamente e com intransigência a necessidade dos governos investirem pesado em comunicação e marketing, como ele próprio fez com muita competência e que lhe rendeu um segundo mandato na cidade.

A história de qualquer sindicato é o retrato vivo da história de luta do trabalhador brasileiro.

Não causa surpresa, que o governo federal tenha destinado, oficialmente, mais de R\$320 milhões do orçamento de 2006 em publicidade institucional, como também não, o envolvimento de profissionais da comunicação nas denúncias de ‘caixa dois’ e lavagem de dinheiro das campanhas eleitorais do PT.

E também não causa estranheza que um presidente da república conceda entrevista exclusiva à emissora com maior audiência da TV brasileira², cuja influência sobre o eleitorado brasileiro é notória. Essa subserviência ao poder instituído causa constrangimento nos profissionais de imprensa que levam a sério a ética profissional.

Evidentemente, a perspectiva adotada neste trabalho se refere à comunicação não instrumentalizada, aquela que comunica, informa e forma, a comunicação a serviço do interesse público.

A história da imprensa sindical se confunde com a própria história dos homens e mulheres que fizeram sindicalismo muito antes de se pensar em sindicato. Naturalmente, os desbravadores da imprensa sindical tinham prática e militância política e bem menos profissionalismo.

A convivência com pequenos sindicatos de cidades de médio e pequeno porte mostra uma realidade penosa, que lembra esse passado: dificuldades para ‘rodar’ um panfleto, para redigir um edital e conseguir dinheiro para publicá-lo, pagar o aluguel da sede, contratar profissionais, dar comida para o comando de greve, evitar a pancadaria de grevistas e não grevistas.

Oswaldo Maciel, em entrevista de 1995, fala da primeira vez que o ANDES produziu um boletim, em abril de 1981: ‘nós criamos um boletim, naquela época o ANDES não tinha boletim, feito de noite, secreto, meio escondido’.

Essa história se repete com uma frequência e atualidade desconcertantes.

A história de qualquer sindicato é o retrato vivo da história de luta do trabalhador brasileiro.

A imprensa sindical do funcionalismo teve que enfrentar, juntamente com os sindicatos, a

ambigüidade que permeia a relação Estado/servidor, já relatada anteriormente. As barreiras ainda não foram vencidas.

Superar a reticência da grande imprensa - as assessorias de imprensa até pouco tempo eram consideradas uma segunda categoria dentro do jornalismo, iguais à figura do porta-voz do governo; a imprensa sindical estava num local ainda menos confortável, associada à imagem negativa do sindicalismo;

Superar a reserva no interior do próprio funcionalismo - quebrar a resistência de certos segmentos dentro do próprio funcionalismo, enfrentar o receio de perseguição política, a ilegalidade na organização sindical antes de 88; depois, a ausência de uma legislação específica sobre o direito de greve no serviço público e mais ameaças;

Superar o preconceito contra o movimento sindical - a generalização em torno do peleguismo é muito forte, e justificável; mesmo hoje, há quem prefira qualificar os sindicatos como 'grupos de interesse', distinguindo-os de outros movimentos, como as ONGs, pretensamente desinteressadas;

Superar o preconceito quanto ao serviço público - associado à burocracia, má qualidade dos serviços, atendimento deficiente e ruim, essas imagens de descaso povoam o imaginário há gerações, como se a precariedade e o sucateamento da máquina pública fossem responsabilidade dos servidores.

Na experiência profissional com sindicatos de servidores públicos, dizia que o sindicalismo no setor público *anda* sozinho. O conflito governo/funcionalismo interessa à grande imprensa, sempre puxa boas matérias (manchetes, denúncias etc.). Muito mais que qualquer outra categoria profissional. A questão que se coloca para a imprensa sindical do funcionalismo não é como atrair a atenção da grande impren-

O conflito governo/funcionalismo interessa à grande imprensa, sempre puxa boas matérias. A questão que se coloca para a imprensa sindical do funcionalismo não é como atrair a atenção da grande imprensa, mas como fazer com que ela leve mais do que procura.

sa, *mas como fazer com que ela leve mais do que procura.*

Como enfrentar os interesses políticos, partidários, a superficialidade que marca o noticiário e superar o preconceito?

Muitas pessoas não têm clareza quanto ao papel do movimento grevista, por exemplo. Não sabem que greve é o último recurso num processo de negociação. Os riscos são grandes: o movimento pode tomar um rumo inesperado e o resultado pode não atingir as expectativas da categoria, minando a capacidade de mobilização e a própria credibilidade da instituição.

Não há sindicato que consiga sustentar uma greve prolongada - 30, 40, 50, 100 dias - sem que as

reivindicações sejam claras, precisas, possíveis de serem concretizadas e normalmente justas.

As longas paralisações, sobretudo numa área importante como a educação superior, demonstram a inflexibilidade e a arbitrariedade dos governos. Não fosse o movimento docente, qual não seria a situação da educação no Brasil, hoje.

A paralisação das IFES por 112 dias em 2005 e a proposta de 0,1%, que nem ao menos se concretizou!, é um exemplo claro da intransigência do governo atual e do descompromisso com a educação pública. Repetindo: não fossem as reivindicações justas, claras e *possíveis de serem concretizadas*, o movimento grevista teria sucumbido nas primeiras negativas de negociação.

Mas a grande imprensa não tem preocupação com esse tipo de reflexão, faz a crítica, quando faz, e pronto.

O ANDES, desde aquele primeiro boletim amador, vem aprimorando os canais de comunicação com suas bases, imprensa e sociedade.

O investimento é grande.

Os profissionais de comunicação, sobretudo os assessores de imprensa, devem ser preparados, precisam conhecer a estrutura e enten-

der o funcionamento da instituição, inteirar-se da sua história, conhecer as bandeiras de luta, diferenciar as correntes políticas e sindicais dentro do movimento, acompanhar o cotidiano da entidade, dominar o vocabulário e ‘acertar’ a linguagem e com esse conhecimento realizar seu trabalho (elaboração e execução de material de imprensa).

Se um repórter pode ser comparado a um especialista em generalidades - nos veículos da maior parte da imprensa brasileira, o mesmo jornalista é requisitado para cobrir furto, desfile de *miss* comerciária, briga de galo, briga de casal, cultura -, isso é inadmissível para um assessor de imprensa, que deve conhecer com profundidade seu universo de trabalho para que a comunicação seja efetiva.

A assessoria de imprensa segue a rotina dos sindicatos. Participar de reuniões e eventos, lutar contra a falta de interesse dos meios de comunicação de ouvir e dar o mesmo espaço para os atores envolvidos no conflito; no funcionalismo, cobrir longas reuniões, a maioria infrutífera, acostumar-se aos atrasos constantes das autoridades, tolerar a arrogância daqueles que assumem cargos no governo e são absorvidos pelo poder fazem parte desse trabalho.

A representação nacional é um desafio constante tanto para os sindicatos, quanto para as suas assessorias. A mobilização local com condução da executiva e negociações fora do local e do central, o que é muito comum, exige muita organização e canais de comunicação eficazes para a mobilização (local, regional, nacional) da categoria.

Outra dificuldade é que alguns dirigentes ainda confundem as coisas. Acham que os profissionais da imprensa devem levantar a faixa de ‘aumento já!’ e participar de passeata. Não funciona assim. É por isso que a rotatividade de jornalistas é grande nos sindicatos: primeiro, porque se confunde investimento com gasto, a área de comunicação é a primeira na lista de cortes; segundo, não se prepara o profissional para atuação segmentada e terceiro, se espera do profissional um comportamento ativista, não político.

É por isso também que poucos sindicatos conseguem alcançar seu público e comunicar-se com ele.

O dia-a-dia de uma entidade sindical combativa exige profissionalismo.

Quando um sindicato consegue superar esses obstáculos e crescer se está diante de uma instituição sólida. E é sempre uma grata surpresa quando se percebe que uma instituição se fortaleceu com independência, mesmo com as divergências internas - conviver com as diferenças é muuuuuuito difícil - e que há um projeto político que sobrevive às mudanças de diretoria.

Esse parece ser o caso do ANDES, que une luta sindical e luta política nesses tempos de ostensiva campanha contra o serviço público, um trabalho de resistência, que merece respeito. Destaca-se a estrutura de comunicação diversificada, profissional e de bom gosto. O cuidado com a estética revela muito de uma diretoria.

Os docentes têm acesso a produtos diversificados (boletins, cadernos, jornais, material de divulgação de eventos, material de apoio, informes, comunicados) e canais de comunicação próprios (impressos, rádio e internet), que fazem a cobertura da diretiva e do movimento docente, e um *site* rico em história e informação, diariamente alimentado, coisa rara de se encontrar, mesmo em grandes instituições.

A revista *Universidade e Sociedade*, com dez anos de publicação ininterrupta e com um padrão de qualidade inegável, é um espaço privilegiado para a reflexão dos temas contemporâneos. Deve ser mencionada a preocupação do conselho editorial com o reconhecimento do meio acadêmico e científico, com Qualis A. Essa é uma conquista do ANDES, os 10 anos são mais importantes que a avaliação da Capes.

Quando se fala na ditadura, que está virando página morta dos livros secundaristas de história do Brasil, mas vivo na memória daqueles que *realmente* sofreram nas mãos do regime militar, é que se percebe quão é importante a liberdade, no sentido largo, e como é importante ter espaços de participação na vida associativa e na vida pública e canais de comu-

nicação para a manifestação das nossas idéias.

Esses espaços criados e mantidos pelo ANDES devem ser valorizados. Sem esses espaços e canais de comunicação a luta sindical e política teriam poucas chances de sucesso.

Os novos e os conhecidos desafios da luta sindical

Lendo uma antiga entrevista do Prof. Osvaldo, quando a gente encontra algo que estava meio pensado e não formulado, ele dizia que no passado havia um inimigo concreto, a ditadura. A luta se fazia nesse contexto de cerceamento de liberdade, de castração dos direitos civis e políticos, e por isso a frente geral contra a ditadura era relativamente mais fácil, o movimento docente conseguia o apoio dos professores, dos estudantes e da sociedade.

Mas, e hoje? Qual a unidade da luta?

A opressão é sentida e vivenciada, mas não existe um ‘inimigo’ explícito. Há apatia, medo do futuro e muito mais medo do desemprego.

Algumas pessoas têm insistido, com certa propriedade, na associação desses nossos tempos com o ‘neoliberalismo’; mas como algo tão ...impreciso, abstrato, talvez... mexe com as pessoas?

Os problemas contemporâneos precisam ser formulados e problematizados de uma maneira que seja inteligível para a maioria das pessoas, eles precisam de forma e conteúdo, e esse discurso não tem conseguido convencer, nem mobilizar a sociedade. E é um erro quem pensa que não é necessária essa aproximação e insiste em fórmulas pobres de significado.

Não dá pra fugir dessa reflexão.

Na prática, os sindicatos têm que resolver as grandes questões e não descuidar das pequenas, essas batalhas do dia-a-dia, muitas, diversificadas, burocráticas, jurídicas, que movimentam o cotidiano das entidades sindicais.

As grandes questões dizem respeito ao mo-

Os problemas contemporâneos precisam ser formulados e problematizados de uma maneira que seja inteligível para a maioria das pessoas, eles precisam de forma e conteúdo, e esse discurso não tem conseguido convencer, nem mobilizar a sociedade.

vimento sindical, indistintamente.

O desemprego, a informalidade, esse conjunto de efeitos da reestruturação produtiva, ‘inovações’ no campo da exploração do trabalho. Giovanni Alves³ fala em nova ofensiva do capital no trabalho, num texto bem didático e comunicativo, um desses artigos que consegue desnudar seu autor e ser melhor que uma obra inteira.

A reforma trabalhista e a reforma sindical - preparadas pelo governo petista - formam uma unidade indissolúvel, cujo objetivo é a flexibilização das leis trabalhistas e a precarização do trabalho, com controle estatal, coordenado pelas centrais sindicais, que pelo projeto ficarão responsáveis pelo direciona-

mento da luta sindical. Uma versão requeitada do sindicalismo de Estado.

O assistencialismo nos sindicatos, mercidamente criticado, volta com força redobrada, na diversificação de serviços, convênios, grandes festas com milhões de expectadores ávidos pelos sorteios de casas, apartamentos, carros e agora com os projetos sociais que, infelizmente, vem se sobrepondo às políticas sociais.

A pelegada continua com o mesmo objetivo: tirar vantagem pessoal da posição que ocupa. O projeto ‘político’ do pelego é comer às custas da categoria em restaurante chique, tirar foto ao lado de autoridades, comprar um apartamento na praia e ter funcionários para dar ordens e ser obedecido, porque no fundo ele sonha ser patrão e como adora adulação, receber tapinhas de agradecimento nas costas, quando resolve um problema particular ou faz alguma coisa útil pela categoria que representa. Conforme vai ‘crescendo’, sonha aparecer na televisão e ser dirigente de central sindical, e começa a achar que é tão competente e trabalhador que merece coisa melhor.

No serviço público a luta é de sobrevivência. Continuar existindo. E remar contra a ma-

ré das parcerias público-privadas.

Na educação superior, sobretudo pública, há tantas frentes de luta!

Somam-se às lutas próprias da categoria - recuperação dos salários, política salarial, carreira, paridade entre ativos e aposentados, isonomia - conter o avanço da precarização nas universidades públicas, com a terceirização, os contratos temporários, a cobrança de mensalidade, a redução dos recursos para pesquisa e extensão, a ameaça à autonomia universitária.

O ANDES tem pela frente a difícil discussão sobre a regulamentação do direito de greve no serviço público, especificamente nas IES públicas. Essa discussão se arrasta por décadas e só voltou à cena com o desgaste político do governo petista, devido às constantes mobilizações promovidas pelo ANDES, um dos sindicatos mais atuantes do país.

O debate de temas recentes, como o ProUni e a política de cotas, gera muitas especulações e essa é uma arma contra o movimento sindical.

Nas questões associadas à proposta de reforma universitária, o ANDES tem um papel fundamental.

Seria incorreto afirmar que o ANDES congrega uma parcela da intelectualidade em nosso país?

Os docentes e pesquisadores acabam com a missão, não ingrata, de estar na vanguarda e à frente dessas discussões.

O mais difícil é que o governo federal age rápido, evita o confronto político e não se envergonha de utilizar todo seu aparato para impor sua vontade, quer dizer, a vontade de quem está por trás dele. A figura do rolo compressor, muito antiga e utilizada na imprensa sindical - é ainda apropriada para exemplificar a truculência do governo.

A ação do governo exige rapidez na tomada de posição e uma

comunicação eficaz, quando na verdade demandaria um trabalho longo de discussão, reflexão, publicização e deliberação.

Você tem que ir às vezes contra os desejos e os sonhos das pessoas. Como colocar frente a frente o direito legítimo de cursar uma universidade, de sonhar com um futuro diferente e os projetos que se apresentam como soluções democráticas? Como demonstrar e convencer com argumentos factíveis, que as consequências de certas políticas, como o ProUni, só serão percebidas a longo prazo, porque estão obscurecidas sob um discurso demagógico de acesso ao ensino superior das camadas menos favorecidas da sociedade?

Vale lembrar, que durante a década de 90 houve uma explosão de IES privadas. A falta de controle na criação de instituições e cursos superiores acabou criando uma situação que o ProUni pretende resolver: resguardar os interesses privados na educação, ou seja, resolver o problema da capacidade ociosa dessas escolas.

Na medida que essas políticas envolvem recursos públicos e privados, a tendência é que essa discussão aproxime as IES públicas e privadas, que as diferenças entre elas sejam minimizadas e que se abra um novo campo de luta sindical.

O financiamento público na educação está no centro dessa discussão.

A conjuntura é hostil e inibe a formulação de um projeto amplo de luta sindical.

Essas são questões difíceis e o movimento dos trabalhadores deve ter respostas para elas.

Dessas respostas e da eficiência na comunicação dependem a força e a legitimidade das reivindicações, o apoio social nas mobilizações sindicais e a transformação da realidade.

O movimento docente, como se vê, é obrigado a atacar em diversas frentes e manter a unidade da luta.

O ANDES tem pela frente a difícil discussão sobre a regulamentação do direito de greve no serviço público, especificamente nas IES públicas. Essa discussão se arrasta por décadas e só voltou à cena com o desgaste político do governo petista, devido às constantes mobilizações promovidas pelo ANDES, um dos sindicatos mais atuantes do país.

Valorização da luta sindical

A avaliação de uma entidade sindical deve levar em conta sua estrutura, os níveis de associação, o patrimônio, as conquistas, a capacidade de mobilização, a destinação dos investimentos, sempre na direção da diversificação dos instrumentos de luta sindical e nunca da desconstrução do que foi construído ao longo da sua história.

Outra boa categoria de análise é a coerência.

A consciência da necessidade de uma ética pública e uma ética privada consonantes parece que vem crescendo, em meio a um discurso confuso sobre a diluição dessas esferas, de discussão de espaços e competências.

É preciso distingui-las muito bem e o ANDES faz esse trabalho. Felizmente.

Mas voltando a questão da coerência, como isso é percebido pelas pessoas? Na leitura da realidade. Discursar sobre a importância do trabalho voluntário e ignorar a divisão de tarefas na vida privada, defender o interesse dos trabalhadores e não registrar os próprios funcionários, contribuir com uma das maiores cargas tributárias do mundo que não retorna como financiamento público na área social, defender a liberdade, mas impor a liberdade com guerra e em nome da liberdade privar os cidadãos dos direitos civis, como está acontecendo nos Estados Unidos e em países da coalizão, com desfaçatez, desde os eventos do 11 de Setembro.

A desfiliação à CUT em 2005 vai nessa direção. Foi uma opção pela coerência e não pela conveniência.

O movimento sindical brasileiro enfrenta sérias dificuldades - antigas, reformadas e novas questões -, mas alguns sindicatos têm conseguido avançar na análise contemporânea e adequar sua atuação e seu discurso às mudanças no campo da luta sindical. É o caso do ANDES.

Não há perspectivas concretas de mudança na política ou na economia. Não positivas. Não a curto prazo.

Mas há uma história. 25 anos de história. Uma história de luta e militância sindical, e também de renúncia. Essa história demonstra que não foi vã

a luta de Osvaldo Maciel, de Sadi Dal Rosso, de João, de Maria, de José... e de todos aqueles que acreditaram e que acreditam que lutar vale a pena. E que abandonar a luta não modifica a realidade.

Essa história deve servir de estímulo à participação e de fortalecimento do ANDES.

Como diz Dal Rosso, '... hoje as lutas sociais estão mais difíceis. Mas não é o fim, pois enquanto houver trabalhador assalariado, haverá espaço para o movimento sindical'.

A luta continua, indefinidamente, enquanto não formos capazes de construir um mundo melhor para se viver.

A superação das dificuldades vai de encontro a novos desafios e é preciso cada vez mais competência e preparo para a luta, e investir mais e mais na comunicação é fundamental.

A luta do ANDES é maior que a defesa do salário dos docentes, é maior que a defesa do funcionalismo ou de uma parcela do funcionalismo. O ANDES faz a defesa do serviço público, faz a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade para todos.

Uma frase encontrada escondidinha no site do ANDES, talvez de autoria desconhecida, é corporativa, o que não é crime, e de uma beleza que merece destaque: "amanhã, como hoje, a verdadeira história do Brasil contemporâneo, só será realmente verdadeira se a memória do movimento docente superior estiver acesa".

NOTAS

¹ As informações contidas neste artigo foram obtidas no portal do ANDES, www.andes.org.br.

² Veiculada em 1/1/2006, no programa 'Fantástico' da Rede Globo.

³ ALVES, Giovanni. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil. In: TEIXEIRA, Franco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 109-161. 

florianópolis
1-5 DE FEVEREIRO

1982

10

CONGRESSO

pauta:
1. avaliação do movimento
2. programa de luta
3. estatuto definitivo
4. eleição da 1ª diretoria

Informações:
APUFSC TEL. (0482) 33-28-44
campus universitário - trindade
cep 88000 florianópolis

ANDES

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

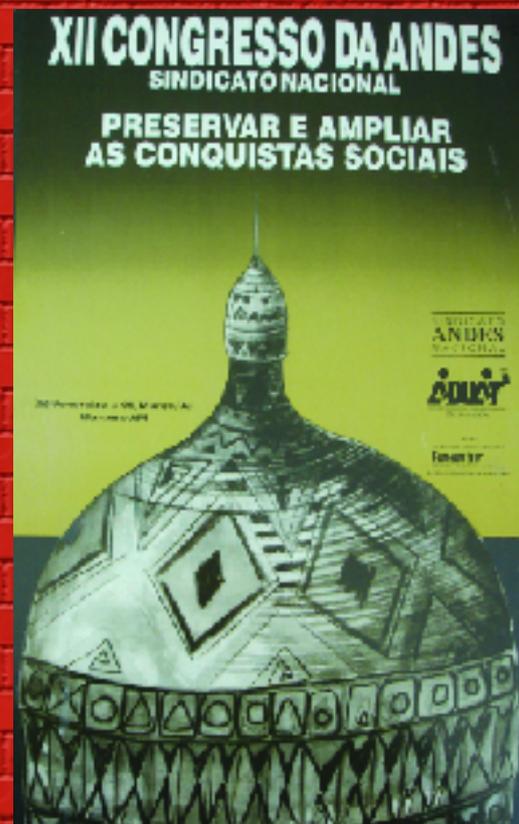
Ao longo dos seus 25 anos, o ANDES tem investido na promoção de eventos em todo o país para discutir assuntos candentes da vida nacional e internacional.

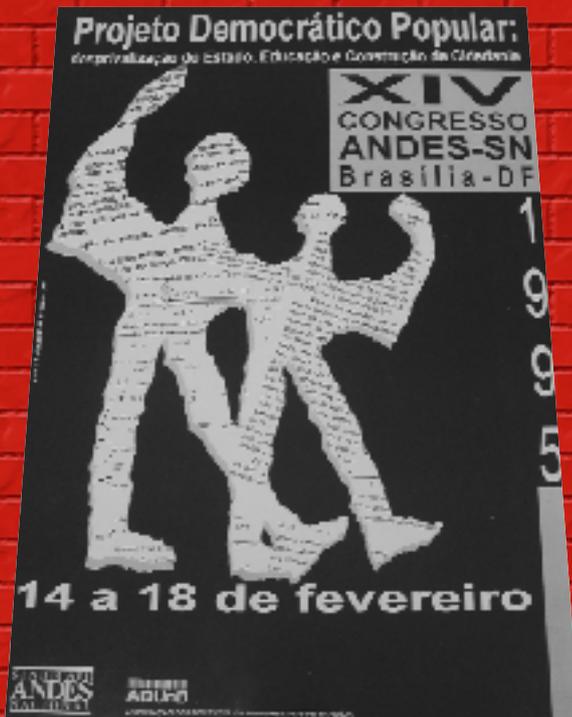
Desde o primeiro congresso, em fevereiro de 1981 na cidade de Florianópolis, esses eventos registram muitas lutas e ações pontuais, mas também lutas históricas do movimento docente e

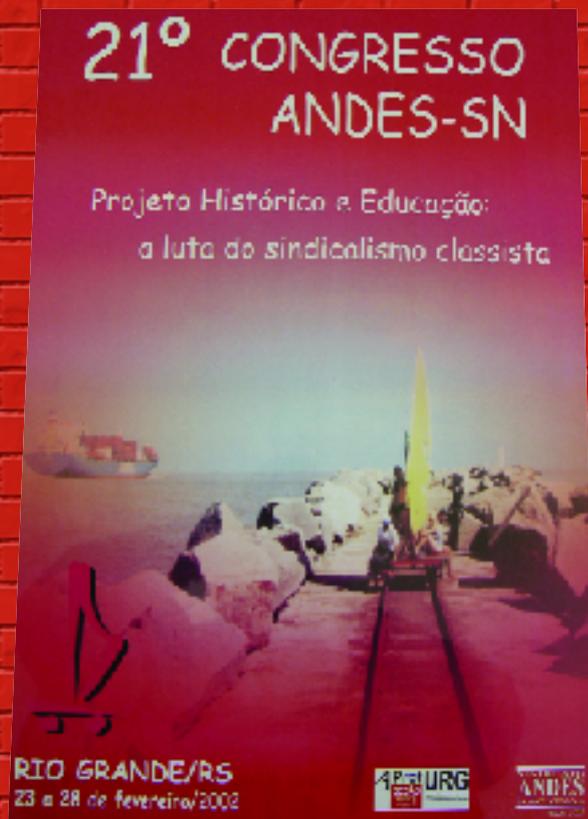


do ANDES pela educação pública e pelo ensino superior público, gratuito e de qualidade social.

As imagens dessa seção, reprodução dos cartazes de alguns desses eventos, são referências importantes da história do ANDES e do seu compromisso com a Universidade.







43º CONAD

**Serviço público é preciso.
Educação para superação da barbárie**

14 a 16 de dezembro de 2001
Brasília-DF

ANDES
NACIONAL

Filado

37º CONAD

*Uma nova sede, inquietação.
Plenários fora das salas.*

37º CONAD DO ANDES • SN

Belo Horizonte • MG, 20 a 21 de novembro de 1996

SINDCEFET • MG

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

38º CONAD

**UNIVERSIDADE E
A CRISE NACIONAL**

DE 25 A 27 DE JUNHO DE 1999
RIO DE JANEIRO RJ

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

30 anos de
1969-1999



Dívida pública e educação superior brasileira¹

Kátia Lima*
Sônia Lúcio R. de Lima**

*Kátia Lima, doutora em Educação, professora-pesquisadora da Universidade Federal Fluminense

**Sônia Lúcio R. de Lima, doutora em Planejamento Urbano, professora-pesquisadora da Universidade Federal Fluminense

Introdução

De acordo com o boletim n. 8 do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC), o pagamento da dívida pública² continuará sendo a tônica do Orçamento Geral da União para 2006. Em análise bastante precisa do Projeto de Lei Orçamentária Federal, os autores da pesquisa, publicada neste boletim, demonstram que embora haja a previsão de redução orçamentária para diversas políticas sociais em 2006, o montante destinado para o pagamento de juros e encargos da dívida (superávit primário) crescerá 52,2% em relação a 2005, passando de R\$ 117,9 bilhões para R\$ 179,5 bilhões³.

Estes dados indicam que, mais uma vez, o Projeto de Lei Orçamentária/2006 corrobora o que vem sendo praticado desde 2004: a priorização do ajuste fiscal em detrimento do financiamento público das políticas sociais, o que mantém o Brasil no patamar de um dos países mais desiguais do planeta. Ao mesmo tempo é importante ressaltar que nesta previsão orçamentária, a diminuição de recursos em políticas sociais altamente necessárias para a classe trabalhadora é acompanhada por um aumento de recursos em políticas sociais focalizadas, em

especial para o Programa Bolsa Família, em consonância com as políticas elaboradas, difundidas e monitoradas pelos organismos internacionais do capital, especialmente Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Fatos que revelam o caráter fiscalista e eleitoreiro do plano de governo para este ano.

Como entendemos que este plano orçamentário e seus efeitos sociais não podem ser compreendidos como algo inevitável, produzido em decorrência da pressão de um mercado impessoal e abstrato, nem como algo que é fruto, simplesmente, das ações isoladas do Ministro da Economia, conforme difundido por alguns representantes de movimentos sociais, consideramos de fundamental importância decifrar os principais determinantes e/ou condicionantes desta opção política do governo Lula da Silva.

Significado político e econômico da dívida pública

A análise do significado político e econômico da dívida pública brasileira, externa e interna, e suas conseqüências para a redução do financiamento público das políticas sociais

deve partir da retomada do conceito de capitalismo dependente elaborado por Florestan Fernandes (1975). Este conceito constitui-se como importante instrumental analítico para compreensão da forma de inserção do país na economia mundial e da configuração da luta de classes em nossa formação econômico-social, uma inserção subordinada aos interesses econômicos e políticos dos países imperialistas. No entanto, essa subordinação não deve ser compreendida como uma imposição “de fora”, mas articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira em reproduzir, internamente, relações de dominação ideológica e exploração econômica.

Estas referências ajudam a perceber que, em países periféricos e dependentes como o nosso, a questão da dívida pública assume um caráter particular. Encontram-se na raiz destas características particulares a forma de inserção da economia brasileira na economia mundial e o aprofundamento desta forma de inserção no atual estágio da acumulação capitalista, por meio do qual o capital, para fazer face a sua crise, utiliza-se de um conjunto de estratégias entre as quais se incluem a reforma do Estado, a reestruturação da produção e a crescente internacionalização da economia.

Desde épocas remotas, os governos brasileiros solicitam novos empréstimos para cobrir os juros não pagos dos empréstimos anteriormente realizados. Estes empréstimos beneficiavam tanto os banqueiros internacionais (dívida externa), como a burguesia brasileira (dívida interna), que repartia com o conjunto da sociedade o pagamento destes juros das dívidas. Este processo será aprofundado enormemente com a instauração do regime burguês militar, fazendo com que este padrão de desenvolvimento impulsionasse os países centrais a realizarem uma incorporação devastadora dos países periféricos ao seu projeto expansionista.

Além deste aspecto histórico, há outro que precisa ser ressaltado em nossas análises. Desde as crises, internacional e nacional, dos anos 80, a política de financiar os déficits externos

com poupança do exterior resultou em tomar mais empréstimos para pagar os anteriores, atraindo os capitais, principalmente especulativos, com altas taxas de juros, tendo-se que convertê-los em moeda nacional para introduzi-los na economia. Esta política tem gerado uma acentuação na relação entre dívida interna e dívida externa e um aprofundamento da dependência, demonstrando, assim, a íntima relação entre imperialismo e capitalismo dependente.

O neoliberalismo agravou este processo com as reformas, manifestação mais evidente da dominação imperialista na atualidade, garantindo a expropriação de seus excedentes econômicos, sob a direção política da burguesia brasileira, parceira do capital internacional, e da burocracia sindical e partidária dos trabalhadores convertida à ordem do capital.

Dívida pública brasileira nos anos de neoliberalismo: Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva

Ao longo do governo Cardoso, os cortes de verbas públicas nas áreas sociais; o aprofundamento da política de privatização; as altas taxas de juros; o contingenciamento do Orçamento Geral da União para o pagamento das dívidas externa e interna, sob a direção dos organismos internacionais do capital, ampliavam o desemprego e as desigualdades econômicas no país. Esses organismos realizam um conjunto de empréstimos aos países periféricos, como o Brasil, condicionando-os à execução de reformas econômicas e políticas ordenadas pela redução da alocação da verba pública para as políticas sociais, sob a aparência de uma suposta resolução da crise fiscal do Estado. O Estado, na periferia do sistema, deve financiar e implementar políticas focalizadas no “alívio da pobreza extrema” e efetivar um conjunto de parcerias com o setor privado, brasileiro e internacional, para o financiamento e implementação das políticas consideradas como setores não exclusivos do Estado, identificadas pelo conceito de público não-estatal, expresso no

Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado no governo Cardoso (Brasil/MARE, 1995).

É neste setor de atividades não exclusivas do Estado que está a educação superior. A partir de 1995, o governo Cardoso imprimirá uma determinada concepção de educação superior, entendendo-a como um conjunto complexo de instituições públicas e privadas, do qual as universidades são partes do sistema, mas que não devem responder a todas as demandas da sociedade em matéria de ensino pós-médio, conforme expressão do Banco Mundial. Este discurso fundamentará a política de privatização da educação superior, via diversificação das instituições e diversificação de suas fontes de financiamento, fazendo com que

“de modo complementar ao MARE, na questão da Reforma do Estado, mas com uma atuação incisiva no propósito de profunda reestruturação do sistema de educação superior, o MEC tenha se destacado pelo implemento de uma série de medidas de ordem legal (LDB, Decretos, Portarias, envio ao Congresso Nacional de Medidas Provisórias, Propostas de Emendas Constitucionais), além de articulado àquele Ministério e aos Ministérios da área econômica, contingenciar recursos de custeio e capital, desautorizar o preenchimento, via concurso, das vagas docentes e de funcionários, congelar salários de docentes e funcionários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)” (SILVA JR; SGUISSARD, 1999, p.46).

Uma importante referência da crescente desresponsabilização do Estado com a educação foi a aprovação do Plano Nacional de Educação durante o governo Cardoso. O PNE foi aprovado com nove vetos presidenciais, anu-



lando os sub-itens do *Plano* que promoviam alterações ou ampliavam recursos financeiros para a educação, sendo que a maioria dos vetos estava diretamente relacionada com a educação superior, a saber: 1) a proposta de ampliação da oferta de ensino público, de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novas instituições privadas de educação superior; 2) a proposta de assegurar, na esfera federal, através de legislação, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, constituído, entre outras fontes, por, pelo menos 75% dos recursos da União vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e destinados à manutenção e expansão da rede de instituições federais; 3) o indicativo de ampliação do programa de crédito educativo, associando-o ao processo de avaliação das instituições

privadas e agregando contribuições federais e estaduais, e, tanto quanto possível, das próprias instituições beneficiadas, de modo a atender a, no mínimo, 30% da população matriculada no setor privado, com prioridade para os estudantes de menor renda; 4) a ampliação do financiamento público para pesquisa científica e tecnológica, através das agências federais e fundações estaduais de amparo à pesquisa e da colaboração com as empresas públicas e privadas, de forma a triplicar, em dez anos, os recursos atualmente destinados a esta finalidade; 5) a elevação, na década, através de esforço conjunto da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, do percentual de gastos públicos em relação ao PIB, aplicados em educação, para atingir o mínimo de 7%. Para tanto, os recursos devem ser ampliados, anu-

almente, à razão de 0,5% do PIB, nos quatro primeiros anos do Plano e de 0,6% no quinto ano; 6) a garantia de recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de aposentados e pensionistas do ensino público na esfera federal, excluindo estes gastos das despesas consideradas como manutenção de desenvolvimento do ensino e 7) a orientação dos orçamentos nas três esferas governamentais, de modo a cumprir as vinculações e subvinculações constitucionais, e alocar, no prazo de dois anos, em todos os níveis e modalidades de ensino, valores por aluno, que correspondam a padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente.

Todos estes vetos estavam relacionados com o fato de que, estes artigos, segundo avaliação do governo Cardoso, “contrariam o in-

A desresponsabilização do Estado com a educação superior ocorre, portanto, através da redução de verbas públicas para o seu financiamento e, simultaneamente, do estímulo ao empresariamento deste nível de ensino, seja pela abertura de novos cursos privados e/ou da imposição de uma lógica empresarial à formação profissional.

teresse público”, na medida em que ferem o estabelecido nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. A desresponsabilização do Estado com a educação superior ocorre, portanto, através da redução de verbas públicas para o seu financiamento e, simultaneamente, do estímulo ao empresariamento deste nível de ensino, seja pela abertura de novos cursos privados e/ou da imposição de uma lógica empresarial à formação profissional. Este duplo mecanismo fica evidente quando analisamos o quadro abaixo indicado. No último ano do governo Cardoso foram gastos R\$13.222.750 com a educação, enquanto o pagamento dos encargos da dívida pública, externa e interna, computou um total de R\$ 119.547.325⁴.

Diante deste quadro, um conjunto de movimentos sociais, or-

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2002 - GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Orçamento (itens selecionados)	Previsto (R\$ mil) (Dotação Anual)	Realizado (R\$ mil) (Valores Liquidados)	Liquidado (%)
Segurança Pública	2.516.590	2.202.449	87,52
Assistência Social	6.611.338	6.513.151	98,51
Saúde	26.969.885	25.434.639	94,31
Educação	14.656.465	13.222.750	90,22
Cultura	377.703	239.527	63,42
Urbanismo	797.140	486.549	61,04
Habitação	226.099	127.169	56,24
Saneamento	248.984	97.143	39,02
Gestão Ambiental	2.831.396	1.264.882	44,67
Ciência e Tecnologia	2.198.179	1.506.710	68,54
Agricultura	8.615.611	5.500.405	63,84
Organização Agrária	1.580.406	1.380.606	87,36
Energia	8.323.374	7.819.225	93,94
Transporte	7.645.246	5.142.471	67,26
TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS	83.598.416	70.937.676	84,86
SERVIÇO DA DÍVIDA	123.953.016	119.547.325	96,45
Serviço da Dívida Interna	97.379.893	95.286.001	97,85
Serviço da Dívida Externa	26.573.123	24.261.324	91,30

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e Outros Demonstrativos, Dezembro, pág. 12. Disponível no site: http://www.stn.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/gestao_orcamentaria.asp

ganizados através da Campanha Jubileu Brasil⁵, realizou em setembro de 2000, um Plebiscito Nacional da Dívida, quando seis milhões de brasileiros exigiram a suspensão do pagamento da dívida e a realização de uma auditoria dos contratos até então realizados. Entretanto, o governo Cardoso ignorou a realização do Plebiscito e manteve seus acordos e contratos com os organismos internacionais, especialmente o FMI⁶.

Duas ações articuladas aos organismos internacionais foram realizadas ao final do segundo governo Cardoso: em setembro de 2001, o governo estabeleceu um novo acordo com o FMI, referente ao período entre setembro de 2001 a dezembro de 2002, indicando o aumento do superávit primário (3,5% do PIB para 2003 e 2004) e, em dezembro de 2002, enviou uma *Carta de Intenção* ao Fundo avaliando suas principais ações e apresentando as ações que já estavam sendo assumidas pelo novo bloco no poder que conduziria o país a partir de 2003, a Coligação Lula Presidente.

O projeto de ajuste fiscal, reformas estruturais e de configuração da educação como um serviço não exclusivo do Estado, como um serviço público não-estatal, atravessou o governo Cardoso e está sendo aprofundado no governo Lula da Silva, através de uma nova geração de reformas neoliberais. Este projeto está expresso na *Carta ao Povo Brasileiro*, divulgada em junho de 2002, no *Programa de Governo elaborado pela Coligação Lula Presidente* e em todas as *Cartas do Governo Brasileiro ao FMI*, desde a última *Carta do Governo Cardoso*, elaborada por Pedro Malan e Armínio Fraga Neto, até as *Cartas* encaminhadas por Antonio Palocci e Henrique Meirelles.

Em relação à educação, o governo Lula da Silva vem operacionalizando a seguinte pauta de ação po-

lítica: a) o estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e a execução da política educacional brasileira: do combate ao analfabetismo à educação fundamental, do ensino médio e da educação superior e b) a abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização das tecnologias da informação e da comunicação na educação, através da educação superior a distância (Lima, 2005).

É fundamental, portanto, a compreensão de que a reformulação da educação superior em curso está inserida em um processo mais amplo de reordenamento do Estado capitalista. Um processo que atravessou o governo Collor/Itamar, ganhou nova racionalidade no governo Cardoso e que está sendo aprofundado no governo Lula da Silva, constituído pelo seguinte pressuposto básico: a educação está inserida no setor de serviços não exclusivos do Estado. Na medida em que a educação é um “bem público” e as instituições públicas e privadas prestam este serviço público (não estatal), será naturalizada a alocação de verbas públicas para as instituições privadas e o financiamento privado para as instituições públicas, diluindo as fronteiras entre público e privado e justificando o corte de verbas públicas para a educação brasileira.

A tabela seguinte, elaborada pelo Jubileu Brasil, demonstra a destinação dos gastos federais para as áreas sociais e para o pagamento de encargos da dívida pública, externa e interna, em 2003, evidenciando, por um lado, o privilégio do pagamento da dívida pública em detrimento das áreas sociais e, por outro, que os valores programados para este financiamento, ainda que reduzidos, não foram sequer executados em sua totalidade, configurando mais uma estratégia para (re) alocação

O projeto de ajuste fiscal, reformas estruturais e de configuração da educação como um serviço não exclusivo do Estado, como um serviço público não-estatal, atravessou o governo Cardoso e está sendo aprofundado no governo Lula da Silva, através de uma nova geração de reformas neoliberais.

GOVERNO FEDERAL - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2003

Itens Selecionados	Programado (R\$ mil)	Realizado (R\$ mil)	% Realizado
Segurança Pública	2.826.061	2.405.122	85,11
Assistência Social	9.240.408	8.416.353	91,08
Saúde	28.025.667	27.171.847	96,95
Educação	14.940.246	14.224.272	95,21
Cultura	353.383	231.343	65,47
Urbanismo	915.500	342.852	37,45
Habitação	370.449	122.255	33,00
Saneamento	225.233	58.683	26,05
Gestão Ambiental	2.409.727	947.750	39,33
Ciência e Tecnologia	2.133.580	1.993.197	93,42
Agricultura	9.367.547	6.505.713	69,45
Organização Agrária	1.609.738	1.429.517	88,80
Energia	4.435.304	3.905.492	88,05
Transporte	5.743.839	3.048.097	53,07
TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS	82.596.682	70.802.493	85,72
SERVIÇO DA DÍVIDA	167.331.866	132.491.140	79,18
Serviço da Dívida Interna	136.327.172	107.579.138	78,91
Serviço da Dívida Externa	31.004.694	24.912.002	80,35

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e Outros Demonstrativos - www.stn.fazenda.gov.br.

Obs: O serviço da dívida externa refere-se à dívida externa pública.

de verba pública para o pagamento da dívida.

Ao final desse mesmo ano, o superávit primário foi maior do que o acordado com o FMI: 4,3% do PIB. O resultado desta austeridade fiscal e orçamentária, que ainda inclui a manutenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira/CPMF, o fato de que a tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física não foi corrigida e que houve aumento da taxa de juros do Banco Central, foi a permanência da estagnação econômica e o aumento do desemprego.

Esta pauta de ação política do governo Lula da Silva pode ser localizada nos seguintes documentos elaborados pelo Banco Mundial, em 2003: *O Banco Mundial no Brasil: uma parceria de resultados* e *Políticas para um Brasil Justo, Sustentável e Competitivo*.

O primeiro documento, *O Banco Mundial no Brasil: uma parceria de resultados* apresenta a ampliação do investimento privado como uma das principais atribuições do Banco Mundial no Brasil. Para garantir o investimento

privado internacional, o Banco destaca suas análises e recomendações sobre ajuste fiscal e reformas estruturais, especialmente em relação à reforma da previdência social e do sistema financeiro, enfatizando como ações políticas centrais da primeira geração de reformas estruturais, realizadas ao longo da década de 1990, a reforma do Estado brasileiro e a abertura econômica, e que a segunda geração de reformas do setor público, a ser executada pelo Governo Lula da Silva, deverá dedicar-se à redução dos gastos com esse setor, através de disciplina fiscal que venha garantir o aumento da credibilidade do país diante dos investidores internacionais (Banco Mundial, 2003a).

No documento *Políticas para um Brasil Justo, Sustentável e Competitivo*, o Banco reafirma a importância das reformas estruturais conjugadas com políticas sociais “para os mais pobres” como o eixo central do novo governo brasileiro. Nesta concepção, um *Brasil mais justo* é aquele que executa medidas de transparência social, fazendo novamente referência,

principalmente, às reformas da previdência social e do sistema de impostos (reforma tributária). Um *Brasil mais sustentável* é aquele que estimula o aumento dos níveis de produtividade, incentivando e ampliando a ação dos setores privados. E um *Brasil mais competitivo*, deve realizar reformas que visem à confiança dos investidores internacionais nos projetos econômicos brasileiros. O Banco também propõe o aumento do superávit primário, assim como o FMI, e a independência do Banco Central, tudo isso, conjugado com um movimento de ampliação do capital social, ou seja, de “concessão da participação dos mais pobres” para criação de um clima de consenso nacional ou pacto social em torno das reformas estruturais a serem aprofundadas (Banco Mundial, 2003b).

As avaliações e indicações do Banco Mundial serão devidamente adaptadas às políticas brasileiras através de dois documentos elaborados pelo Ministério da Fazenda. O primeiro, intitulado *Política Econômica e Reformas Estruturais*⁷, datado de abril de 2003, e o segundo documento, elaborado em novembro de 2003, intitulado *Gastos sociais do governo central: 2001 e 2002*⁸. Ambos constituem-se em coletâneas das análises e conceitos defendidos pelo FMI e pelo Banco Mundial, reafirmando a necessidade de manutenção do superávit primário. Em relação às políticas sociais e à redução/alívio da pobreza, os documentos consideram (1) que as verbas públicas estão direcionadas para os “não pobres” e que são mal administradas; (2) a necessidade de financiamento público focalizado nas políticas que atendem aos segmentos mais pauperizados da população.

No início de 2004, o governo anunciou uma nova restrição à liberação de recursos no valor de R\$ 6 bilhões, bem como manteve a meta de superávit de 4,25% do PIB para pagamento (de parte dos juros) das dívidas. Ao final de 2004, 71% dos gastos da União foram usados na redução do endividamento e apenas 19% se destinaram aos investimentos sociais⁹. Deste percentual, vale ressaltar a sistemática diminuição dos valores em relação ao primeiro ano do go-

verno Lula da Silva. Se, a título de ilustração, em 2003 o governo Lula da Silva executou 95,21 % do orçamento da área de educação, em 2004 foi executado, somente, 93,67% do valor autorizado.

Em 2005, este quadro não foi alterado. Até agosto de 2005, apenas 40,75% dos recursos totais do orçamento haviam sido gastos com as áreas sociais. Especificamente em relação à área de educação, somente foi utilizado 40,39% do orçamento previsto.

Para 2006, o indicativo é de continuidade e aprofundamento do corte de financiamento público para as áreas sociais, na medida em que o governo Lula da Silva coloca na pauta política o dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias que implementa a proposta do deputado Delfim Neto para promover o déficit nominal zero.

“A proposta de trabalhar com déficit nominal zero, feita ao governo pelo deputado Delfim Neto (PP/SP), inclui o aumento da desvinculação de receitas, o que tem gerado uma grande crítica por parte dos economistas não-ortodoxos e dos movimentos sociais de uma maneira geral. O que essa proposta pretende é manter a lógica da prevalência da dívida financeira sobre a dívida social. A vinculação de receitas, principalmente dos programas da área social, evita que observemos execuções orçamentárias tão baixas de questões cruciais para a maioria da população. Enquanto isso, o superávit primário vai além do previsto e os serviços das dívidas interna e externa continuam sendo pagos, ainda que não diminua o seu estoque na mesma proporção do sacrifício imposto à maioria da população pela insuficiência dos programas sociais” (INESC, 2005)¹¹.

Ao final de 2005, o governo Lula da Silva anuncia a antecipação do pagamento de US\$ 15,5 bilhões ao Fundo Monetário Internacional, que deveriam ser pagos até 2007. Este pagamento antecipado, entretanto, não significa ruptura com a agenda neoliberal negociada entre o Fundo e o governo brasileiro. A manutenção desta agenda está expressa tanto na Lei

Orçamentária de 2006, enviada pelo governo ao Congresso Nacional limitando os gastos sociais a 17% do PIB para o próximo ano, como em documento recente disponibilizado pelo Ministério da Fazenda:

“O pagamento antecipado ao FMI não altera o bom relacionamento entre o Brasil e a instituição. Além das relações normais previstas no Artigo IV do Estatuto do Fundo, o Brasil continuará desenvolvendo projetos conjuntos que deverão ter impacto importante em muitos países membros, notadamente no que concerne ao Projeto Piloto de Investimento e à implementação do Manual de Contas Públicas. Além disso, o Brasil dará prosseguimento ao diálogo sobre a conveniência de desenvolver mecanismos que fortaleçam a arquitetura financeira mundial e amenizem os impactos de choques sobre a conta de capital das economias abertas ¹²”.

Conversão da dívida por investimento em educação: considerações para o debate

É neste contexto que a proposta de conversão da dívida por investimento em educação é apresentada. Esta proposta foi sistematizada em novembro de 2003, pela UNESCO, através do documento *Conversão de Dívida por Educação*¹³. O documento relata

que esta proposta foi apresentada na Conferência Geral da UNESCO daquele ano, no Encontro Ministerial da Organização dos Estados Americanos/OEA e no Encontro da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a educação, a ciência e a cultura/OEI e está pautada na compreensão sobre a necessidade do “alívio à pobreza extrema” e a importância de investimento em educação para criação de um clima de coesão ou pacto social em torno das reformas estruturais elaboradas, difundidas e monitoradas nos países periféricos por estes organismos internacionais. ¹⁴

“O reconhecimento da insustentabilidade da dívida dos países em desenvolvimento já foi feito pelas instituições de Bretton Woods (i.e. Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), ao lançarem a Iniciativa HIPC (Países Pobres Altamente Endividados), que visa à redução do endividamento externo de países pobres, colocando a questão da redução da dívida no marco mais amplo de combate à pobreza” (UNESCO, 2003).

Uma das principais argumentações da UNESCO em relação à conversão da dívida por investimentos em educação está assim expressa:

“A troca de uma pequena parcela da dívida por investimentos em educação aumenta a capacidade do país devedor em honrar o



restante da dívida no longo-prazo. A lógica por trás desta afirmação é a seguinte: pesquisas empíricas nas ciências econômicas já demonstraram há muito tempo que o nível de educação (anos de escolaridade + qualidade do ensino) representa, no longo-prazo, um fator central para a determinação da taxa de crescimento econômico (...). Ademais, **a melhoria educacional implica em um processo de crescimento baseado no aumento da produtividade interna, o que aumenta a capacidade nacional de realizar superávits comerciais, melhorando o perfil das contas públicas**” (UNESCO, 2003, grifos nossos).

Fica evidente, portanto, que a defesa da conversão da dívida por investimentos em educação está baseada em dois elementos centrais: a possibilidade de que os países devedores, segundo a concepção dos organismos internacionais, assumam, ainda que parcialmente, o pagamento das dívidas e uma concepção de educação nos marcos, tanto da produtividade econômica, como da coesão ou pacto social em torno do projeto burguês de sociabilidade.

Em janeiro de 2005, durante o 29º Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/CNTE lança, oficialmente, o movimento pela conversão da dívida externa em recursos para a educação¹⁵. Esta proposta é incorporada pelo MEC e, em 23 de junho de 2005, o então Ministro da Educação, Tarso Genro, lança, em Brasília, o Comitê Social da Conversão da Dívida em Educação, responsável pela análise de modalidades de conversão da dívida brasileira por investimentos em educação¹⁶.

Argumentando com a pos-

sibilidade de “promover enfoques inovadores para o financiamento da educação – incluindo o serviço sustentável da dívida (ou mesmo seu alívio)”, o documento síntese, intitulado *Conversão de partes do serviço da dívida externa por investimentos em educação*¹⁷, apresenta as seguintes modalidades de conversão: perdão de parcela da dívida, com o compromisso do país devedor de que investirá em educação; compra, por investidores privados, de títulos da dívida; rolagem da dívida e operação triangular, isto é, o credor aceita refinanciar ou perdoar partes da dívida de um ou dos dois países mediante a prestação de cooperação educacional de um deles em benefício do outro.

Em 28 de junho de 2005, o MEC organiza, em São Paulo, o *Seminário Educação e Investimento: Conversão da Dívida para o Desenvolvimento*. A partir desta data, vários eventos são realizados sobre a temática e contam com a presença e o apoio do governo brasileiro: em outubro, a 33ª Conferência Geral da UNESCO aprova formalmente a proposta de conversão; no mesmo mês, a Cúpula de Salamanca (Espanha), reunindo os chefes de estado e governo dos países ibero-americanos, assume o compromisso de buscar o maior apoio possível junto a credores bilaterais (governos) e multilaterais (organismos financeiros) para a conversão da dívida externa por investimentos em educação; em novembro, durante a 4ª Cúpula das Américas e em dezembro, na 6ª Reunião de ministros da Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa, Portugal, a temática da conversão da dívida é novamente apresentada.

Estes debates estão absolutamente afinados com as propostas dos países imperialistas para o

A defesa da conversão da dívida por investimentos em educação está baseada em dois elementos: a possibilidade de que os países devedores assumam, ainda que parcialmente, o pagamento das dívidas e uma concepção de educação nos marcos, tanto da produtividade econômica, como da coesão ou pacto social em torno do projeto burguês de sociabilidade.

“alívio da pobreza” no contexto mundial. Uma importante referência destas propostas ocorreu na Cúpula de Gleneagles, na Escócia, em julho de 2005, quando os países do G-8 (Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra, Japão, Itália, Canadá e Rússia) decidiram pelo “alívio” da dívida dos países periféricos, em particular dos países africanos. Na oportunidade, os principais países membros do Clube de Paris anunciaram sua “disposição” em aumentar a “ajuda ao desenvolvimento” (incluindo a educação) em US\$ 50 bilhões de dólares até 2010. Tal “disposição” foi saudada, em declaração conjunta, pelos chefes de estado e/ou de governo do Brasil, China, Índia, México e África do Sul, participantes da Cúpula do G-8 em Gleneagles¹⁸, desconsiderando que ações no sentido de “aliviar” a dívida dos países supostamente devedores estão sendo propostas pelos países imperialistas desde a crise da dívida da década de 1980, sem alterar a histórica apropriação dos excedentes econômicos produzidos pelos trabalhadores dos países periféricos. O que se apresenta nestas propostas, portanto, é a aparência de um capitalismo humanizado ou reformado que, em sua essência, não rompe com o aprofundamento da hierarquização planetária que caracteriza o atual estágio de acumulação capitalista.

A Campanha Jubileu Brasil apresenta duas importantes críticas em relação à proposta de conversão da dívida externa em investimentos na educação: em primeiro lugar, considera que a proposta acaba por reconhecer a dívida pública dos países periféricos como legítima. Para o conjunto de entidades que compõem a Campanha Jubileu Brasil, aceitar a conversão da dívida significa concordar com o argumento dos países imperialistas de que somos, de fato, devedores. Um segundo aspecto diz respeito às condições impostas pelos países credores durante as negociações desta conversão, isto é, em que medida a conversão só acontecerá de acordo com as condições impostas por cada país credor e/ou cada organismo internacional, representantes dos interesses do capital internacional.



Além destes elementos fundamentais, a Campanha Jubileu Brasil analisa que, na realidade, quando os países credores indicam a possibilidade de cancelamento de parte da dívida, omitem que (a) a dívida pública dos países periféricos já foi paga; (b) os países devedores que poderão ter suas dívidas parcialmente canceladas são aqueles que estão com o pagamento da dívida atualizado, critério que ratifica a lógica de submissão dos países periféricos aos ditames dos países imperialistas; (c) as condicionalidades impostas pelos organismos internacionais serão mantidas: os governos dos países supostamente devedores deverão se comprometer com uma agenda econômica e política que mantenha as privatizações dos serviços públicos, a liberalização

indiscriminada do mercado e do comércio, a abertura das economias e os investimentos estrangeiros como eixos norteadores; (d) a proposta do G-8 cobre somente 38 de mais de 160 países do Sul vergados por dívidas reclamadas pelos financiadores internacionais; (e) os valores a serem cancelados são mínimos quando comparados com a arrecadação dos países do G-8 e das instituições financeiras internacionais.

Em seis de dezembro de 2005, a Campanha Jubileu Brasil realizou, no Rio de Janeiro, o Seminário Nacional *Os Desafios da Dívida Externa e Interna para a Sociedade Civil* com o objetivo de debater como o endividamento está afetando o Emprego, o Meio Ambiente, o Modelo Tributário, a Previdência, a Taxa de Juros e os Direitos Sociais: Saúde, Educação, Moradia, Segurança, entre outros. A auditoria da dívida foi defendida pelos organizadores do *Seminário* como um instrumento tático, visando tanto à desconstrução da concepção historicamente difundida pelos organismos internacionais e pelos diferentes governos de que o Brasil é um país devedor e de que o cancelamento da dívida levaria o país para o caos econômico, político e social, quanto à reafirmação do princípio de que somos credores e não devedores!

O ANDES/SN, presente no *Seminário Nacional*, reafirmou sua posição histórica contrária ao pagamento da dívida, analisando como esse pagamento retira o financiamento público para as áreas sociais, especialmente para a educação superior, substituído pelas parcerias público-privadas, e, simultaneamente, aprofunda a inserção capitalista dependente do país na economia mundial.

De acordo com as afirmações de diversas entidades presentes no

Seminário, a luta contra o pagamento da dívida externa deve se configurar como um dos temas centrais da agenda de lutas de parcela dos movimentos sociais e sindicais do país. Isso exige, de acordo com as resoluções encaminhadas no *Seminário*, a necessidade do fortalecimento da unidade entre os setores combativos da classe trabalhadora representados no movimento sindical e movimentos sociais, articulados pelo acúmulo de debates e lutas da Campanha Jubileu Brasil.

Considerando a importância de o ANDES/SN integrar-se com toda a sua força militante a este movimento, propomos para a avaliação coletiva algumas tarefas: (1) participar da formação e estruturação do *Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida*, cuja criação foi aprovada neste *Seminário*, com o objetivo de fortalecer a mobilização e a luta pelo cancelamento da dívida pública, externa e interna. (2) participar do debate sobre a conversão da dívida em educação a partir dos seguintes referenciais: a) definição da posição da classe trabalhadora brasileira frente ao suposto processo de negociação. Trata-se aqui de assumir o lugar de credor ou devedor da dívida; b) análise das distinções e dos antagonismos presentes nos projetos de sociedade e de educação defendidos pelo ANDES/SN e pelos proponentes da proposta de conversão.

Estes passos podem, a nosso ver, não só ajudar a desmistificar a proposta de conversão da dívida por investimento em educação, demonstrando como esta proposta omite os interesses dos países centrais em garantir, ainda que parcialmente, o pagamento de dívidas que, de fato, já foram pagas, sem romper com a exploração e o controle econômico e político que exercem nos países periféricos; como podem, também, auxiliar na soldagem de uma forte aliança dos setores autô-

O ANDES/SN reafirmou sua posição histórica contrária ao pagamento da dívida, analisando como esse pagamento retira o financiamento público para as áreas sociais, especialmente para a educação superior, substituído pelas parcerias público-privadas, e, simultaneamente, aprofunda a inserção capitalista dependente do país na economia mundial.

A proposta de conversão da dívida por investimento em educação omite os interesses dos países centrais em garantir, ainda que parcialmente, o pagamento de dívidas que, de fato, já foram pagas.

nomos e combativos da classe trabalhadora, com vistas a somar esforços pela ruptura dos acordos firmados pelo governo Lula da Silva com os organismos internacionais, pela revogação de todas as reformas neoliberais realizadas nos últimos anos (previdenciária, tributária, da educação superior) e o abandono definitivo da consecução de futuros projetos de reformas neoliberais, como a

trabalhista e a sindical.

O pano de fundo deste debate é o que dá razão de existência à dívida: a lógica do capital. Conferir a estas lutas um caráter claramente anti-capitalista “é a única alternativa para aqueles que pretendem contribuir para uma forma de sociabilidade autenticamente humana” (Tonet, 2001)¹⁹.

NOTAS

¹ Texto que subsidiou a intervenção do ANDES-SN/SR-RJ no Seminário Nacional sobre a Dívida Externa organizado pelo Jubileu Sul/Brasil em 6/12/2005.

² Por dívida pública entendemos o montante de verba solicitado pelos governos brasileiros sob a forma, tanto de empréstimos externos, em dólares, como de empréstimos em moeda nacional.

³ Para aprofundar estas análises, consultar <http://www.inesc.org.br/pt/publicacoes/boletins/boletim.php?oid=OTwh4FqhcI2iVfPuAPS1l4ySXk2fw17a> Acesso em dezembro de 2005.

⁴ Disponível em www.jubileubrasil.org.br Acesso em maio de 2005.

⁵ A Campanha Jubileu Brasil se constitui em um amplo conjunto de sindicatos e movimentos sociais, organizações populares e religiosas que atua na América Latina e Caribe, África, Ásia e Pacífico, organizando a luta contra o pagamento da dívida pública dos países periféricos, a ALCA e a militarização.

⁶ Análises sobre a realização do Plebiscito estão disponí-

veis em <http://www.jubileubrasil.org.br/dividas/contaja-foipaga.htm> Acesso em Janeiro de 2005.

⁷ Disponível em http://www.enf.ufmg.br/damar/Arquivos/Reforma_Univ/06.pdf Acesso em Março de 2005.

⁸ Disponível em www.fazenda.gov.br Acesso em dezembro de 2005.

⁹ Disponível em <http://www.inesc.org.br/pt/publicacoes/boletins/boletim.php?oid=tAb210alPg2VNESVHC MgPCdkuNMxLG74> Acesso em Dezembro de 2005.

¹⁰ Disponível em http://www.inesc.org.br/conteudo/-publicacoes/notas_tecnicas/UGrmAkG2MSCOcTzLnb ALvxyweNFrUQOF/NT%20101.pdf Acesso em dezembro de 2005.

¹¹ Disponível em http://www.inesc.org.br/conteudo/-publicacoes/notas_tecnicas/UGrmAkG2MSCOcTzLnb ALvxyweNFrUQOF/NT%20101.pdf Acesso em dezembro de 2005.

¹² Disponível em <http://www.jubileubrasil.org.br/> Acesso em dezembro de 2005.

¹³ Para conhecer o documento na íntegra, acessar <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/unescodividaporeeducacao.pdf> Acesso em dezembro de 2005.

¹⁴ As primeiras experiências de conversão de parte da dívida externa em investimentos educacionais (*debt for education swap*) foram realizadas na década de 1990, no âmbito das opções admitidas pelo *Clube de Paris* (UNESCO, 2003).

¹⁵ Informações disponíveis em <http://www.cnte.org.br/> Acesso em dezembro de 2005.

¹⁶ A listagem das entidades que compõem este comitê está disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=454&Itemid=625> Acesso em dezembro de 2005.

¹⁷ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sinteseconversaodadivida.pdf> Acesso em dezembro de 2005.

¹⁸ Disponível em http://www.mct.gov.br/clima/brasil/pdf/declara%C3%A7%C3%A3o_chefes_de_estado.pdf Acesso em dezembro de 2005.

¹⁹ Disponível em http://geocities.com/ivotonet/arquivos/universidade_publica_0_sentido_da_nossa_luta.pdf Acesso em dezembro de 2005.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. (2003^a) *Banco Mundial no Brasil: uma parceria de resultados*. 2003. Disponível em http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/-view_document/1512.html Acesso em Dezembro de 2003.
- _____. (2003b) *Brasil justo, competitivo e sustentável. Contribuições para o debate*. 2003. Disponível em

- http://www.bancomundial.org.br/index.php/-content/view_document/1512.html Acesso em Dezembro de 2003.
- BRASIL/MARE. Ministério da Administração e Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. (1995). Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/plandi.htm Acesso em Março de 2005.
- BRASIL/MCT. Ministério da Ciência e Tecnologia. (2003). *Declaração Conjunta dos Chefes de Estado e/ou de Governo do Brasil, China, Índia, México e África do Sul participantes da Cúpula do G8 em Gleneagles*. Disponível em http://www.mct.gov.br/clima/brasil/pdf/declar%C3%A7%C3%A3o_chefes_de_estado.pdf Acesso em dezembro de 2005.
- BRASIL/MEC. Ministério da Educação. (2003) *Comitê Social da Conversão da Dívida em Educação*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=452&Itemid=623> Acesso em dezembro de 2005.
- _____. (2003). *Conversão de partes do serviço da dívida externa por investimentos em educação*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/-sinteseconversaodadivida.pdf> Acesso em dezembro de 2005.
- BRASIL/Ministério da Fazenda (2003a). *Política Econômica e Reformas Estruturais*. (abril de 2003). Disponível em http://www.enf.ufmg.br/damar/Arquivos/-Reforma_Univ/06.pdf Acesso em Dezembro de 2005.
- _____. (2003b). *Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002*. (novembro de 2003). Disponível em www.fazenda.gov.br. Acesso em dezembro de 2005.
- INESC. Instituto de Estudos Sócio-Econômicos. (2005). *2005: o governo perde a última oportunidade*. Disponível em <http://www.inesc.org.br/pt/publicacoes/boletins/-boletim.php?oid=OTwh4FqhcI2iVfPuAPS1l4ySXk2fw17a> Acesso em dezembro de 2005.
- _____. (2005) *A execução orçamentária do governo federal em 2005*. Disponível em http://www.inesc.org.br/-conteudo/publicacoes/notas_tecnicas/UGrmAkG2MSCOcTzLnbALvxyweNFrUQOF/NT%20101.pdf Acesso em dezembro de 2005.
- JUBILEU BRASIL. (2005) *Dívida externa: somos credores*. Disponível em <http://www.jubileubrasil.org.br/dividas/somoscredores.pdf> Acesso em dezembro de 2005.
- _____. (2005) *A conta é salgada, mas já foi quitada*. Disponível em <http://www.jubileubrasil.org.br/dividas/-contajafopaga.htm> Acesso em dezembro de 2005.
- LIMA, Kátia. (2005) *Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva*. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Ano de conclusão: 2005.
- FERNANDES, Florestan. (1975) *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- SILVA JR., João dos Reis; SGUISSARD, Valdemar. (1999). *Novas faces da educação superior no Brasil. Reforma do Estado e mudança na produção*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.
- TONET, Ivo (2001). *Universidade pública. O sentido da nossa luta*. Disponível em http://geocities.com/ivotonet/arquivos/UNIVERSIDADE_PUBLICA_-_O_SENTIDO_DA_NOSSA_LUTA.pdf Acesso em dezembro de 2005.
- UNESCO. (2003) *Conversão da dívida por educação. Documento estratégico*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/unescodividaporeeducacao.pdf> Acesso em dezembro de 2005. 

Universidade shopping center

Ronaldo Rosas Reis*
José Rodrigues**

*Doutor em Comunicação, professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense

**Doutor em Educação, professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense

A educação superior em tempos de *Economia Competitiva*

A partir de meados da década de 1970, o capitalismo mundial passou a dar sinais críticos de mudança. Para continuar sua reprodução ampliada, o capitalismo precisava empreender uma nova metamorfose, a qual denominaremos *padrão de acumulação flexível*¹.

O feiticeiro perdera o controle do feitiço: o Estado não possuía mais os instrumentos para administrar os caprichos da economia mundial. A alternativa proposta ao Estado do Bem-Estar Social foi o neoliberalismo: um Estado forte em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e de controlar os gastos sociais, e supostamente fraco nas intervenções no mercado, que, mais uma vez, deveria ser “livre”. A estabilidade monetária, o controle do déficit público e a “inserção internacional competitiva” deveriam ser as novas metas supremas dos governos. Com efeito, o capitalismo mundial foi rompendo paulatinamente o casulo do Estado do Bem-Estar Social: Pinochet (Chile, 1973), Thatcher (Inglaterra, 1979), Reagan (EUA, 1980), Kohl (Alemanha, 1982).

No Brasil, somente na década de 1980, completou-se definitivamente a industrialização sob o padrão fordista de industrialização, praticamente quando esse já estava superado nos países centrais. Essa década também registrou, por um lado, a superação do regime militar, a ampliação dos espaços democráticos, a fundação de centrais sindicais, dos efetivos avanços sociais na Constituição de 1988. Por outro lado, a elevação da inflação aliada à ruptura do padrão de desenvolvimento brasileiro (nacional-desenvolvimentista) favoreceu a estagnação da esfera produtiva, ampliando a pobreza e a heterogeneidade da estrutura do mercado de trabalho (emprego e salários).

Com relação ao novo padrão industrial-tecnológico, pode-se estabelecer que a década de 1990 é marcada pela chamada *modernização sistêmica*². De uma maneira geral, a modernização sistêmica pode ser caracterizada pela implantação articulada de novas tecnologias produtivas e novas formas de gestão da força de trabalho, e também pela *desindustrialização por especialização regressiva*³.

É nesse cenário social, político e econômico

que os industriais reorganizarão o seu discurso hegemônico para a construção do *telos* da *Economia Competitiva*⁴. Assim, antes mesmo da eleição de Collor de Melo, a burguesia industrial, através de seu órgão de representação nacional – a Confederação Nacional da Indústria (CNI) – elaborou o documento *Competitividade Industrial: uma estratégia para o Brasil*⁵. Nesse texto, a CNI afirma que é necessário “recriar a institucionalidade, incluindo o papel do Estado”⁶. Em poucas palavras, o discurso da busca pela “competitividade internacional da indústria brasileira” passa a modelar as propostas para a reestruturação do Estado (*stricto sensu*) e também da educação.

Com efeito, a burguesia industrial entende que o sistema educacional brasileiro, considerado em seus três níveis, é um “ponto de estrangulamento” interno na busca da competitividade. Para os empresários industriais, a permanência do analfabetismo, a baixa cobertura da população escolarizável (nível secundário e superior), e a reduzida integração universidade-empresa são renitentes problemas a serem superados. Para tal, os industriais propuseram seis ações articuladas.

Em primeiro lugar, maior rigor na transferência de recursos para as universidades públicas, mediante a avaliação da qualidade. Em segundo lugar, identificação dos centros de excelência⁷. Em terceiro lugar, criação de incentivos fiscais para promover a canalização de recursos privados para o sistema público de ensino, desde que garantida a participação direta das empresas na decisão sobre a destinação desses recursos. Em quarto lugar, implementação de programas especiais de alfabetização (língua portuguesa e aritmética) voltados para a força de trabalho industrial efetivamente empregada⁸. Em quinto lugar, flexibilização no regime de dedicação exclusiva dos docentes-pes-

quisadores⁹. Finalmente, a CNI propõe ações para uma maior integração entre as empresas e as universidades (ou centros de pesquisa) de forma a garantir benefícios para a indústria, através da criação, nos centros de pesquisa e nas universidades, de conselhos definidores de linhas estratégicas de pesquisa com a participação efetiva dos empresários¹⁰. Os empresários devem, na visão da entidade, participar dos órgãos governamentais responsáveis pela formulação da política tecnológica.

Além das duas últimas ações anteriores, explicitamente voltadas aos interesses do empresariado, a Confederação indica também a necessidade de implantar, naqueles espaços científicos, uma “atitude empresarial” com a finalidade de redefinir as suas funções e objetivos, no sentido de incluir a “venda de serviços” e a “desburocratização das contratações de serviços externos”¹¹.

Enfim, a CNI propõe, desde 1988, a valorização da educação, mas uma valorização *interessada*,

como diria Antonio Gramsci. Isto é, a burguesia industrial pretende valorizar a educação e a ciência que atendam aos interesses do parque industrial, em particular, e aos interesses do capital, em geral. Em outras palavras, a educação que convém à burguesia é aquela determinada pela busca de uma *Economia Competitiva*.

Além do plano discursivo da burguesia industrial, a trajetória e a atual perspectiva da educação superior brasileira tem, também, se adequado ao quadro mais geral das transformações sócio-econômicas do capitalismo tardio. As instituições de educação superior (IES) – privadas e públicas¹² – têm buscado se moldar ao *telos* da Economia Competitiva (Cf. Silva Jr & Sguissardi, 2001, p. 269).

Nesse sentido, pode ser detectada uma nítida tendência das IES privadas de, por um la-

A burguesia industrial entende que o sistema educacional brasileiro, considerado em seus três níveis, é um “ponto de estrangulamento” interno na busca da competitividade.

do, se transformarem em efetivas empresas de ensino, e, por outro lado, de operarem o pensamento pedagógico empresarial no sentido de (con)formar uma força de trabalho de nível superior adequada ao *telos* da *Economia Competitiva*.

Ao mesmo tempo, a esfera pública vem sofrendo o mais drástico constrangimento ao crescimento da história brasileira¹³. Apesar disso, a mais remota possibilidade de controle estatal sobre a educação superior privada ou mesmo a cobrança regular de impostos e tributos parece ameaçar a liberdade de exploração do mercado educacional superior em expansão, gerando enérgicos protestos dos empresários da educação superior¹⁴.

Nesse contexto, a qualificação do corpo docente e a atividade de pesquisa - até agora considerada central na instituição universitária - acabam por serem relegadas a meras formalidades, quando não descartadas abertamente. Em outras palavras, a “identidade mesma da instituição universitária” está em processo de rápida mutação levando as universidades a se converterem em empresas prestadoras de serviço.

Um novo perfil se desenharia para as IES privadas. As instituições isoladas ou integradas dedicar-se-iam tão somente à venda de ensino de graduação; os centros universitários e as universidades tenderiam a acentuar o seu caráter local/regional de prestação de serviços vagamente associados à idéia de pesquisa aplicada e/ou consultoria, e, mesmo assim, se lhes fossem garantidas verbas públicas.

Enfim, a nova configuração do mercado de serviços educacionais e a emergência de uma “nova burguesia de serviços”¹⁵, com alta dose de competitividade, vêm produzindo nos gestores do setor privado a busca permanente por métodos e formas gerenciais correntes no mundo empresarial, ao mesmo tempo que lutam pela manutenção do finan-

A “identidade mesma da instituição universitária” está em processo de rápida mutação levando as universidades a se converterem em empresas prestadoras de serviço.

ciamento público (direto e indireto). Em poucas palavras, a lógica acadêmica de gestão universitária está sendo subsumida à teleologia do capital, através da gestão empresarial. Se estas tendências se mantiverem, desponha no horizonte da Educação Superior brasileira a Universidade Competitiva.

A universidade vai ao “shopping center”

Já em sua terceira versão, divulgada em 29 de julho de 2005, o anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Superior pouco se modi-

ficou desde que o Ministério da Educação recebeu do Grupo de Trabalho Interministerial, em fins de 2003, o documento base com idéias para enfrentar a crise atual das universidades federais e orientar o processo de reforma da universidade brasileira¹⁶.

Criado por decreto de 20 de outubro de 2003, o GTI assinala em seu documento que “o Brasil precisa de uma universidade que não apenas vença sua crise financeira, com a ajuda de medidas emergenciais, e faça pequenos ajustes no seu desenho [...como] precisa de uma revolução”. Desde então, no entanto, a única intenção anunciada foi a criação de vagas públicas em universidades privadas, através do chamado Pacto de Educação Superior para o Desenvolvimento Inclusivo (PROUNI).

A despeito do ‘apelo revolucionário’ sugerido pelo documento do GTI, a política educacional perseguida pelo atual governo tem se guiado pelo mesmo *telos* competitivista que levou o Estado brasileiro, no curso de uma década, a privatizar empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional, além da Rede Ferroviária Federal etc.

Quanto à educação superior, em linhas gerais, o atual governo aparenta conservar a avaliação do anterior de que a superação da crise

da universidade brasileira deve ser buscada no mercado. Exemplo disso é a acentuada flexibilização dos mecanismos de captação de recursos financeiros no mercado ocorrida nas universidades públicas, sobretudo na forma da implementação de cursos de pós-graduação (MBAs e outros), regidamente cobrados. Entretanto, se a prática dos cursos pagos nas universidades públicas ainda é capaz de chocar parte da sociedade pelos óbvios sinais contraditórios que eles emitem, o mesmo não ocorre com um fenômeno que há menos de uma década tem se intensificado nos principais centros urbanos do país. Trata-se da reconfiguração do espaço físico das universidades que resumimos num duplo movimento: a universidade vai ao *shopping center* e o *shopping center* ingressa no *campus* universitário.

Um breve olhar sobre os maiores *shoppings centers* do Rio de Janeiro é suficiente para observar o crescimento da tendência de incorporação de estabelecimentos educacionais privados de todos os níveis ao tradicional *mix* de lojas. De fato, diversos indicadores sócio-econômicos têm revelado que a segmentação de mercado é uma forte característica do atual estágio do capitalismo, sendo a juventude um dos segmentos para onde mais vem se expandindo o consumo. A maciça presença de jovens nos corredores dos *shopping centers*, em busca de consumo, lazer e também trabalho, atrai as empresas de educação superior, que têm ocupado o espaço do *shopping center* como verdadeiras “lojas-âncoras”.

No sentido inverso, porém de forma análoga, os *shopping centers* têm adentrado ao *campus* universitário. Além das tradicionais livrarias e lanchonetes, os *campi* oferecem postos de atendimento bancário, inclusive banco 24h, quiosques ofertando cartões de crédito, agências de veículos (incluindo *test drive* de novos

modelos)¹⁷, salões de beleza, comércio de roupa e acessórios, camelódromos etc. A própria lógica de instalação, divulgação, funcionamento e financiamento dos cursos universitários (graduação e especialização, principalmente), cada vez mais rapidamente buscam se amoldar à lógica do mercado, flexibilizando e invertendo, nessa ordem, o sentido da moderna compreensão de demanda social. Considerando a atual velocidade de ex-

pansão das lojas e outros estabelecimentos comerciais e de serviço no interior das universidades públicas, é fácil deduzir que, em breve, os atuais *campi* subsumirão integralmente à identidade dos *shoppings centers*.

Finalmente, há que se considerar ainda nesse contexto a questão do modelo de utilização dos recursos da internet adotado pelas universidades públicas, de resto semelhante ao modelo adotado por empresas comerciais e de serviços em seus “*sites-âncoras*”²⁸.

É sabido que a internet, como principal ferramenta da ‘revolução digital’, impôs uma nova dinâmica às relações de produção na univer-

sidade. De um lado, com a institucionalização¹⁹ do aparato midiático digital, a academia universalizou a produção científica e cultural, abrindo-se para um tipo de raciocínio ‘integrado’²⁰, como os de Pierre Lévy²¹ e também de Manuel Castells²², a pontificar de forma otimista sobre os efeitos ‘democráticos’, ‘transparentes’ e ‘inclusivos’ alcançados pela expansão do atual aparato tecnológico de informação e comunicação²³. De outro lado, na medida em que o modelo adotado pelas universidades se baseia, fundamentalmente, na estratégia de oferta de serviços/captação de recursos, o que neles se observa é um mercado produtor, mediante o qual a universidade, a unidade e o departamento de ensino, o núcleo de pesquisa e o docente/pesquisador se oferecem ao consumo

Com a atual velocidade de expansão das lojas e outros estabelecimentos comerciais e de serviço no interior das universidades públicas, é fácil deduzir que os atuais *campi* subsumirão integralmente à identidade dos *shoppings centers*.

conspícuo do conhecimento produzido sob a forma de mercadorias²⁴. Nesse sentido, percebe-se aqui a característica essencial da ‘revolução digital’, cuja gênese é constituinte do padrão de acumulação flexível, que é a de assegurar os interesses capitalistas em jogo. Portanto, não obstante as visões otimistas do tipo ‘integrado’, do ponto de vista estrutural os efeitos positivos da revolução digital ‘desmancham-se no ar’ quando observada “a natureza reacionária da transformação social em curso”²⁵.

Conclusão

Para concluir este breve ensaio falta responder em que medida o fenômeno analisado aqui tem sido recebido com indiferença e até uma certa naturalidade por professores e pesquisadores, contribuindo decisivamente para o declínio da educação superior pública.

Uma primeira resposta pode ser encontrada no acúmulo de cerca de três décadas de intensas campanhas de convencimento da noção de equivalência entre consumo e cidadania. Tal noção, recorrente no discurso pós-moderno de natureza conformista, tem por finalidade tornar palatável o culto ao “deus mercado”. Nesse sentido, a referida noção é operada subliminarmente em duas frentes publicitárias: mascarando as desigualdades sociais e, no limite, elidindo artificialmente as diferenças de classe. A incrível força de penetração dessa noção alcançou, nos últimos anos, o meio universitário e encontrou no mesmo segmento de acadêmicos que celebra o advento dos MBAs, elementos para se sustentar politicamente. Considerando a compra como um ato de prazer, esses acadêmicos sentem-se à vontade para justificar a “relevância social” do *shopping center* na universidade, na medida em que “atendem às necessidades humanas” da comunidade universitária e da população do entorno dos *campi*.



Da mesma forma, no vácuo do desmantelamento físico dos *campi*, a emergência de discursos otimistas e francamente favoráveis à virtualização das relações mascaram a falta de investimentos governamentais na universidade pública, decorrendo daí uma forçosa naturalização do ideário consumista-cidadão, deslocando para um plano secundário, ou mesmo enfraquecendo, o sentido geral da luta por verbas para manter a universidade pública viva.

Finalmente, não estamos muito distantes do dia em que professores, estudantes e funcionários deixarão de lado suas reivindicações históricas para clamar, por “*e-mail*”, pelo aroma “*McWorld*”.

NOTAS

¹ Para uma discussão completa, ver Harvey (1992).

² Cf. Leite (1994).

³ Para Armando Boito Jr. (1999, p. 45 *passim*), com o avanço do neoliberalismo, na América Latina, a “indústria perde importância no conjunto da economia e muda de perfil, perdendo em sofisticação e integração” já que passa a “especializar-se” no processamento de recursos naturais exportáveis, ou em bens de uso de baixo valor agregado.

⁴ Para uma discussão completa sobre a metamorfose teleológica do discurso da burguesia industrial, ver Rodrigues (1998).

⁵ CNI. *Competitividade industrial: uma visão estratégica para o Brasil*. Rio de Janeiro: CNI, 1988.

⁶ Idem, *ibidem*, p.11.

⁷ Cabe ressaltar que, a partir de 1996, o MEC instaurou o processo de avaliação dos cursos de graduação, cuja face mais visível, e criticável, era a do Exame Nacional de Cursos (*provão*). Além disso, naquele ano, o MCT passou a implementar o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRO-NEX), projetado ainda durante o governo Collor de Melo, hoje denominado Institutos do Milênio.

⁸ O governo Lula lançou o projeto Escola de Fábrica que “pretende possibilitar a inclusão social de jovens de baixa renda por meio da formação profissional em Unidades Formadoras no próprio ambiente de trabalho, aproximando o setor produtivo dos processos educativos e promovendo maior responsabilidade social das empresas” (Brasil, MEC, 2004).

⁹ Em 5 de novembro de 2002, Fernando Henrique Cardoso enviou para o Congresso Nacional o projeto de “Lei de Inovação”, que transforma profundamente a relação universidade-empresa. Em dezembro de 2004, Luis Inácio Lula da Silva sancionou a lei 10.973, que, grosso modo, incentiva “parcerias público-privadas” no campo do desenvolvimento científico e tecnológico.

¹⁰ Provavelmente, é nessa direção que caminha a proposta de criação, nas universidades, do Conselho Social de Desenvolvimento (ou Conselho Comunitário Social, na segunda versão) previsto no atual anteprojeto de lei da educação superior (Cf. Brasil, MEC, 2005).

¹¹ CNI, *idem*, p. 21.

¹² Pode-se facilmente verificar, pela observação de jornais de grande circulação, notadamente nos fins de semana, a farta e variada oferta de cursos pagos em universidades públicas, eufemisticamente chamadas de “atividades autofinanciadas”. Em que pese o grau de importância da privatização branca que está ocorrendo nas IES públicas, dada a natureza e o enfoque da pesquisa ora proposta, não abordaremos - neste artigo - diretamente o setor público da Educação superior brasileira.

¹³ Atualmente, cerca de 71% das matrículas em cursos de graduação são em IES privadas.

¹⁴ Vide as reações do Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação (FÓRUM, 2005).

¹⁵ Para uma análise completa sobre os novos mercados em tempos neoliberais, ver Boito Jr. (1999), particularmente, pp. 67 e 70. Resta saber se a dinâmica capitalista no Brasil permitirá, a médio e longo prazo, a acumulação de capitais no setor educacional, ou se este será sacrificado frente às demandas do capital financeiro, aliás, grande vitorioso da política econômica neoliberal.

¹⁶ Para uma análise específica sobre a reforma da

educação superior, ver Rodrigues (2005).

¹⁷ Cabe mencionar, a título de exemplo, a instalação de uma agência móvel de uma concessionária da Volkswagen em Niterói, num *campus* da Universidade Federal Fluminense, em 2002, para o lançamento do modelo Fox. Autorizada pela reitoria, a agência ocupou o *campus* durante cerca de 60 dias oferecendo *test drive* a eventuais interessados.

¹⁸ Por ‘*sites-âncoras*’ referimo-nos tanto aos chamados portais dos grandes provedores (UOL, IG, Globo etc.), quanto às páginas principais dos *sites* de empresas industriais, comerciais e de serviços.

¹⁹ Cabe sublinhar que atualmente as universidades públicas estão obrigadas pelo MEC a manterem um *site* padronizado. Recentemente, a CAPES submeteu aos Programas de Pós-Graduação um modelo de página a ser adotado sob a curiosa forma de “adesão induzida”.

²⁰ Referimo-nos ao termo consagrado por Umberto Eco (s/d.) para denominar um tipo de pensamento próximo à visão gramsciana de luta hegemônica. Nesse sentido, o pensamento “integrado” tenderia a absorver os elementos negativos do sistema visando transformá-los em uma positividade reformada. Em oposição ao tipo “integrado”, Eco denomina de “apocalíptico” o pensamento revolucionário.

²¹ Lévy (2003, pp. 367-384).

²² Castells (2003, pp. 255-287).

²³ De acordo com os autores citados, o caráter público, inclusivo, transparente e universal das novas mídias interativas e o crescimento das comunidades virtuais, conferem às tecnologias de informação e comunicação (TIC) o poder de renovarem profundamente as condições da vida pública no sentido de uma liberdade e de uma responsabilidade maior dos cidadãos. Para eles, esta seria, desde já, a possibilidade de existência de uma “outra comunicação”. Isto é, uma comunicação fundamentalmente democrática. Cf. Lévy (*idem*, p. 367) e também Castells (*idem*, especialmente pp. 276-280).

²⁴ A referência à lógica cultural do capitalismo tardio descrita e analisada por Jameson (1996) é aqui evidente. Em linhas gerais, trata-se do processo de consumo da própria produção de mercadoria (o conhecimento). Cf. Jameson (1996, p. 13-4).

²⁵ A contradição se torna mais evidente na medida em que se observa o caráter essencial do *telos* da transformação operada pelas TIC. Ou seja, seu objetivo é restabelecer [e reforçar] “o poder e a renda das classes proprietárias dos meios de produção”, assumindo, portanto, ideológica e estrategicamente a finalidade de ampliar a ilusão do espectro da democracia burguesa mediante falsas promessas de liberdade, transparência e inclusão social.

REFERÊNCIAS

- BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRASIL, MEC. *Projeto Escola de Fábrica*. Brasília, 2004. [Disponível em <<http://www.mec.gov.br/semtec/escola/projeto.pdf>>. Acesso em 10/05/2005].
- _____. *Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior*. Brasília, MEC, 2005. [Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/anteprojeto.pdf>>, acesso em 04/11/2005.]
- CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de. *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- Confederação Nacional da Indústria (CNI). *Competitividade industrial: uma visão estratégica para o Brasil*. Rio de Janeiro: CNI, 1988.
- DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. *Crítica Marxista*. Campinas/Rio de Janeiro: Cemarx/Editora Revan, n. 18, 2004.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, s/d.
- FÓRUM Nacional da Livre Iniciativa na Educação. *Considerações e recomendações sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei de reforma da educação superior*. Brasília, 2005. [Disponível em <http://www.funadesp.org.br/downloads/documnto_forum.pdf>. Acesso em 10/05/2005].
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyolla, 1992.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- LEITE, Márcia. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta, 1994.
- LÉVY, Pierre. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, Dênis de. *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- _____. Educação Superior e Conhecimento para a Competitividade: convergências entre as propostas da CNI e do governo Lula para a reforma universitária. In: ANPED. *40 anos da pós-graduação em educação no Brasil*. Anais da 28ª reunião anual da ANPED. Rio de Janeiro: ANPED, 2005. [Disponível em www.anped.org.br.]
- SILVA Jr., João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção*. São Paulo/Bragança Paulista: Cortêz/USF, 2001. 

A educação na contemporaneidade: mercantilização e privatização?

Olgáises Maués

Doutora em Educação, professora da Universidade Federal do Pará

A educação tem sido considerada pelos organismos internacionais uma ferramenta poderosa para diminuir a pobreza. O Banco Mundial tem demonstrado esse pensamento de forma inequívoca. As Conferências de Jomtiem (1990) e de Dakar (2000) deixaram clara essa intenção, na medida em que colocam que um grau maior de educação pode ajudar no alcance de algumas metas: erradicação da pobreza, já citada, redução da mortalidade infantil, combate a doenças, como a AIDS.

Na direção das prioridades contidas nos documentos dessas conferências, várias ações foram desenvolvidas. Mas é necessário examinar as intenções implícitas em tais recomendações, uma vez que partiram de organismos que historicamente têm explorado os países em desenvolvimento e os periféricos.

No mesmo período em que essas recomendações eram feitas, ocorria uma crise no Estado capitalista, o que foi considerado por alguns autores (BRESSER PEREIRA, 1997, CANABRAVA, 2002) uma crise fiscal motivada pelo ônus do estado benfeitor, que teve vida longa na Europa ao final da II Guerra Mundial.

A lógica empunhada é que a crise fiscal levou a uma reestruturação do Estado, passando este a exercer menos funções, delegando ao mercado as atribuições que antes lhe competia,

tais como a educação, saúde, habitação, transporte, seguridade social. É nessa compreensão de Estado neoliberal, necessário à globalização da economia e frente aos desafios de desregulamentação do comércio para ampliar o mercado, que a educação adquire um papel fundamental tanto para contribuir para o consenso, quanto para preparar a mão-de-obra para esse novo cenário de globalização, no qual as novas tecnologias ocupam um papel de destaque.

Para tanto foram necessárias que reformas estruturais ocorressem a fim de conformar o Estado à nova etapa do capital mundializado, permitindo assim uma adequação às exigências dos donos do poder, da ocidentalização do mundo, da hegemonia da “grande nação” americana, agora, após a Guerra Fria, reinando absoluta.

Marilena Chauí (1999) analisou de forma muito interessante a influência da reforma do Estado na educação.

Reforma tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é portador de racionalidade sociopolítica e agente principal do bem-estar da República. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado. Dessa maneira, a Reforma encolhe o espaço público democrático dos

direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica –, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados.

As reformas na educação que pontuaram e pontuam o mundo civilizado não poderiam fugir da intencionalidade do novo padrão tecnológico e de suas implicações. As reformas que estão sendo implementadas podem ser analisadas como arranjos que facilitam um reordenamento social e político a partir dos novos padrões de produção. Assim, as reformas podem ser vistas como modos de regulação, compreendidas no espírito da Escola Francesa de Regulação¹, que as entendem como “o conjunto de mecanismos e de instituições que permitem a acumulação capitalista de funcionar durante os períodos relativamente estáveis”. (AGLIETTA, 1997). Esse autor analisa a crise do paradigma existente (no caso, o fordismo) como uma crise do modo de regulação, de caráter estrutural, uma crise do regime de acumulação intensiva, que compromete a elevação das taxas de mais-valia absoluta e que para restabelecer esse padrão precisam ser introduzidas mudanças, que em geral ocorrem a partir de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação, que possam garantir a reprodução do capital.

As Conferências de Educação já mencionadas (Jomtiem e Dakar), além de outras ações como aquelas promovidas pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pela Organização das Nações Unidas (ONU) e suas congêneres - UNESCO, UNICEF, trouxeram a necessidade de colocar a educação a serviço do capital, na sua nova etapa de mundialização. Organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, passaram a

colocar a educação nas condicionalidades para os empréstimos e pacotes de ajuda para o desenvolvimento (assim considerado por eles). O discurso vigente era que se deveria diminuir a distância entre reforma econômica e reforma educativa, numa clara demonstração da intenção em colocar a educação a serviço dos interesses econômicos.

Essa é a ótica através da qual a educação é tratada: uma ferramenta fundamental para a nova etapa do capitalismo. Para a consecução dessa educação para o capital, a reforma do Estado prevê novos marcos regulatórios, incluindo a centralização das decisões (currículos, avaliação) e a descentralização das ações. As reformas na educação passam a ocorrer na lógica que norteou a reforma do Estado: concepção de uma gerência empresarial que leva à eficiência e a avaliação de resultados, sem considerar o processo.

As reformas na educação brasileira

As últimas décadas trouxeram inúmeras mudanças na educação brasileira. As políticas educacionais “inspiradas” pelo Banco Mundial deslançaram reformas em todos os níveis e modalidades de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sofreu uma profunda influência do documento “*Priorités et Stratégies pour l’Éducation: une étude de la Banque Mondiale*” (Banque Mondiale, 1995), assim como as medidas tomadas sobre a educação superior, foram determinadas pela posição do mesmo organismo internacional, por meio de vários documentos, dentre eles, “*La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*” (Banco Mundial, 1994).

Em relação à educação básica pode-se observar, seguindo os preceitos enunciados no documento *Priorités*, a relação direta entre educação, desenvolvimento e cres-

Organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, passaram a colocar a educação nas condicionalidades para os empréstimos e pacotes de ajuda para o desenvolvimento.

cimento econômico. São recomendadas seis medidas consideradas essenciais: 1) priorizar o ensino fundamental; 2) atentar para os resultados, dando pouca atenção ao processo; 3) centrar os gastos na educação fundamental, mais eficaz em termos de retorno; 4) dar ênfase à equidade, no lugar da igualdade; 5) estimular a participação das famílias; 6) promover a descentralização.

É dentro desses “preceitos” que são realizadas as reformas curriculares, definidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), criados os ciclos de ensino e que a preocupação com a formação do professor toma proporções de prioridade. A formação passa a ser fundamental, na medida em que os profissionais de ensino devem se adequar aos novos paradigmas educacionais. A implantação do novo receituário, que coloca a educação a serviço do novo estágio do capital, depende muito da ação pedagógica exercida por esse profissional, aquilo que Bourdieu (1970) chama de violência simbólica.

Essas reformas têm caráter internacional (MAUÉS, 2003), dando ênfase à prática em detrimento da teoria, colocando as competências (saber-fazer, aprender a aprender) como o “eixo nuclear” da formação, utilizando a educação a distância como ferramenta preferencial da formação inicial e fazendo a “universitarização” nos institutos superiores de educação e nos cursos normais superiores, isto é, em instituições que não têm, na sua gênese, o compromisso da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Na lógica da eficiência, de resultados e da implantação dos princípios da gerência empresarial nas escolas são criados programas como “dinheiro direto na escola”, “fundescola”, “plano de desenvolvimento da escola”, “projeto político-pedagógico”, eleição para diretoria e outras medidas tidas como democratizan-

tes. Essas ações, na realidade, encobrem a desresponsabilização do governo também com esse nível de ensino e reforçam a concepção de gestão educacional enquanto forma burocrática de controle das atividades que se passam no interior da escola.

Já o documento “*La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*” é a base para as medidas pontuais que foram tomadas ao longo dos anos 90, no governo Cardoso (1995-2002), e que estão sendo aprofundadas no governo atual. O documento aponta quatro estratégias de reforma: 1) fomentar maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento das instituições privadas; 2) criar incentivos para que as instituições públi-

cas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, com a participação dos estudantes no custeio e com a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados; 3) redefinir a função do governo no ensino superior; 4) adotar políticas que estejam destinadas a outorgar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade. (tradução minha).

A partir desses “preceitos” foram definidas algumas ações, tais como: escolha de dirigentes por um conselho superior composto por 70% de docentes, definição das Diretrizes Curriculares para todos os cursos², Avaliação por resultados, Avaliação Institucional - substituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), mudando o nome, mas permanecendo a mesma lógica produtivista e ranqueadora -, expansão absurda de instituições privadas³, contratação de professores temporários, na proporção em que diminuiu a abertura de vagas para concurso de professores efetivos; diminuição do tempo para cursos de mestrado, diferenciação das instituições (Decreto 3.860/01), constituindo-se em universidades, centros universitários e faculdades/institutos, com

As reformas têm caráter internacional, dando ênfase à prática em detrimento da teoria, colocando as competências (saber-fazer, aprender a aprender) como o “eixo nuclear” da formação.

abrangências e funções diferenciadas, proliferação de cursos de especialização pagos. Essas são algumas das medidas implementadas na educação superior, seguindo as orientações do Banco Mundial.

O financiamento sofreu um revés. Em relação ao ensino fundamental foi criado por emenda constitucional (EC 14/97) o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), lei 9.424/96, que não injetou recursos novos na educação, simplesmente alterou a forma de gerenciamento desses recursos, estipulando o custo/aluno, devendo o governo federal suplementar aqueles estados que não pudessem fazer face a esse teto, coisa que não ocorreu. O valor/aluno/ano, estipulado pelo próprio governo federal e que serviria de base para o salário dos professores, não foi cumprido por nenhum governo, de FHC a Lula da Silva (ARELARO, 2005). Atualmente, discute-se o FUNDEF. O Ministro da Educação encaminhou ao Congresso Nacional um Projeto de Emenda Constitucional (PEC 415/-2005), mas com as mesmas orientações do seu antecessor. Trata-se apenas de uma forma de gerir os recursos sem aumentá-los e mesmo assim excluindo uma parte da educação básica referente às creches.

No tocante à educação superior o financiamento diminuiu, na medida em que foi aprovada a Desvinculação da Receita da União (DRU)⁴, cujo prazo vencia em 2003, mas que foi prorrogada pelo governo, por meio de Emenda Constitucional (EC 42/2003), até 2007. A DRU é a desvinculação de órgão, fundo ou despesa de 20% da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União, já instituídos ou que vierem a ser criados, permitindo ao governo que gaste livremente esse recurso. Dessa forma, os 18% constitucionalmente definidos, como sendo de responsabilidade da União para com a educação, passam a representar 14,6%.

Um outro aspecto a destacar, em relação ao financiamento da educação superior, é o repasse de recursos públicos para a iniciativa pri-

vada. Isso tem se caracterizado tanto no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)⁵, cujo orçamento para 2004 foi de R\$ 872 milhões (ANUP, 2004) para atender 52 mil estudantes, quanto no ProUni⁶ (Programa Universidade para Todos) que, por meio de renúncia fiscal de alguns tributos⁷, o que corresponderia a cerca de R\$ 2,3 bilhões de reais, ofereceria bolsas de estudos para alunos carentes, tendo em 2004 atendido cerca de 112 mil estudantes. (MEC, 2005).

Davies (2005) faz uma análise dessas medidas e afirma que:

São muitas as debilidades do Prouni. A mais grave, sobretudo num governo que alegava defender a escola pública, é que representa a desresponsabilização do governo federal com a expansão do ensino superior público e o incentivo à iniciativa privada, que contou e conta ainda com muitos estímulos por parte do Poder dito Público. Outra é que parte do pressuposto de que o estudante carente pode ficar numa IES de pior qualidade, como é o caso das privadas de modo geral. Em outras palavras, o estudante pobre deve se contentar com uma IES pobre [...] (DAVIES, 2005, p. 93).

Essas medidas sinalizam na direção do fortalecimento das instituições privadas em detrimento das públicas. A desobrigação do Estado, em relação ao ensino superior vem se aprofundando no governo Lula da Silva, que fez uma opção preferencial pelo pagamento da dívida externa, por meio do superávit primário que já atinge 6,1% do PIB. Um exemplo claro disso é a diminuição dos recursos para esse nível de ensino, cujo orçamento da União para 2004 reduziu em 17% as verbas para o funcionamento dos cursos de graduação das universidades federais, em relação aos recursos investidos em 2003, que já não eram suficientes (ADUFRJ, 2004).

Segundo Assis (2005), a aprovação de um dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), que implementa o déficit nominal zero, implica em maior redução dos gastos públi-

cos não financeiros da União. Em 2006, o governo só poderá gastar em despesas correntes até 17% do PIB.

Quando se fala em reduzir gastos públicos não financeiros, estamos falando em cortar na saúde, na educação, no saneamento básico, na segurança, na defesa, na habitação, no controle da aftosa. O limite de 17% do PIB praticamente implica o congelamento de salários e de contratação de novos funcionários públicos em 2006. O setor público sofrerá uma nova rodada de sucateamento. Enquanto isso, a imprensa cooptada exulta com o superávit primário recorde de 6,1% do PIB: o resultado acumulado até setembro, de R\$ 86,5 bilhões, já supera a meta para o ano inteiro, de R\$ 82,7 bilhões. Isso é imposto arrancado da sociedade, inclusive dos pobres. Para quê? (ASSIS, 2005, p.1)

A reforma da educação superior, já na terceira versão, aprofunda as questões analisadas anteriormente, sobretudo a ênfase no setor privado. A reforma já está em curso por meio da Lei do SINAES (10.861/04), da Inovação Tecnológica (10.973/04), do ProUni (11.096/05). A lógica dessas reformas continua a mesma: a desresponsabilização do Estado com a educação.

Privatização e mercantilização da educação

O mundo globalizado-ocidental tem avançado no sentido de conseguir o controle absoluto do planeta, utilizando o mercado como o *locus* fundamental das decisões. A hegemonia do chamado Império se fortaleceu após a Guerra Fria, juntamente com a centralidade do capitalismo, tendo o neoliberalismo como doutrina econômica. Os Estados Unidos passaram a ser, de fato, o grande epicentro das decisões mundiais.

Alguns dados ajudam a compreender esse fato. Boron (2004) informa que os Estados Uni-

dos são responsáveis pela metade dos gastos mundiais em armamentos e mantêm bases e missões de treinamento militar em 121 países do planeta. Além disso, continua o autor, 48% das maiores empresas transnacionais têm sua base e estão radicadas naquele país. Das 50 maiores empresas do mundo, 35 são de origem norte-americana. Esse país é o centro do sistema financeiro, além de ser seu principal operador político no terreno internacional, o que é demonstrado pela força que o Banco Central americano e *Wall Street* exercem sobre os mercados financeiros internacionais e sobre as instituições financeiras - como o FMI, o BM e a OMC -, “na prática simples agências do governo estadunidense”.

Chomsky (2004) faz uma análise interessante sobre essa dominação norte-americana, o que ele denomina de “uma nova doutrina”. O autor enumera alguns fatos que estão mudando a face do mundo, como a importância do anúncio da Doutrina de Segurança Nacional de G.W. Bush, que se arvora “senhor” do mundo, decidindo que tem o direito soberano de usar a força militar, sempre que os EEUU se sentirem ameaçados. É a denominada “Guerra Preventiva”, em nome da qual o Iraque foi invadido. As famosas “armas de destruição em massa”, nunca encontradas, foram o pretexto para a invasão que na realidade representa a intenção explícita daquele país em dominar o petróleo do Oriente Médio, aumentando assim seu domínio sobre o mundo.

Essa hegemonia não está descolada da ampliação de mercados que tem na Organização Mundial do Comércio (OMC), por meio do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (AGCS ou GATS)⁸ um grande aliado. O GATS é um acordo global que permite às empresas transnacionais apoderarem-se dos serviços públicos de todo o mundo, desmantelando as

O mundo globalizado-ocidental tem avançado no sentido de conseguir o controle absoluto do planeta, utilizando o mercado como o *locus* fundamental das decisões.

barreiras estatais, regulamentando o comércio internacional das atividades não industriais e não agrícolas. Na medida em que a educação é transformada em serviço, não só qualquer país poderá desenvolver essa atividade no mundo afora, como a OMC poderá impor sanções àqueles países que não estiverem obedecendo a suas normas de liberalização. O acordo (GATS) traz explícito no artigo VI a permissão para que a OMC intervenha no interior de fronteiras nacionais, com o objetivo de eliminar qualquer obstáculo que possa afetar o comércio de serviços. O GATS é mais que um acordo comercial. É um instrumento jurídico que elimina os obstáculos ao comércio e aos investimentos e, ao mesmo tempo, encoraja os governos para que coloquem as normas nacionais sobre a via da privatização, da desregulamentação e da desresponsabilização dos serviços públicos.

A educação é um dos serviços⁹ que deverá ser centralizado pela OMC, isto é, que deverá obedecer às regras de livre comércio. Afinal, esse “serviço” é um imenso filão para o mercado, representando hoje cerca de dois trilhões de dólares. (ROSA, 2003)

Não é por acaso que a proposta de Reforma Universitária abre, pela primeira vez no Brasil, a possibilidade da entrada do capital estrangeiro no setor, na proporção de até 30%. Nessa mesma proposta para a educação superior, as entidades particulares poderão reconhecer os diplomas de cursos promovidos por instituições estrangeiras¹⁰, além da normalização da educação a distância.

Esse conjunto de fatos (GATS, dispositivos da Reforma Universitária, Educação a Distância) caracteriza, na minha avaliação, a necessidade do Brasil se adaptar às exigências do mercado, colocando a educação no formato apropriado para tal¹¹. Em outras palavras, é

Na medida em que a educação é transformada em serviço, não só qualquer país poderá desenvolver essa atividade no mundo afora, como a OMC poderá impor sanções àqueles países que não estiverem obedecendo a suas normas de liberalização.

uma maneira do imperialismo se reforçar via comércio internacional, e assim a educação passa a ser um serviço que se vende e compra.

A intencionalidade que está no centro desse acordo, transformando a educação em um mero serviço, tem levantado algumas questões em função das modificações que a oferta da educação vem sofrendo, levando os responsáveis a um processo de privatização e de mercantilização da educação. Primeiramente é necessário que se faça a diferença entre essas duas expressões.

Hirtt (2004) faz uma diferenciação dos termos de forma muito clara. Para o autor, a privatização corresponde à transferência dos

serviços públicos para o setor privado. A mercantilização seria a adaptação dos sistemas educacionais às exigências do mundo econômico, podendo tomar, pelo menos, três formas: 1) adaptação dos programas, das estruturas, das práticas pedagógicas e dos métodos de gestão do sistema de ensino às condições do mercado; 2) utilização do ensino com a finalidade de estimular certos mercados, em particular aqueles associados às tecnologias de informação e comunicação; 3) transformação do ensino em si em mercadoria, quer dizer a privatização, certo, mas também a comercialização das relações entre os usuários e as instituições educativas.

A privatização já foi abordada neste texto, pelo menos uma de suas faces, que é o estímulo do governo à iniciativa privada, por meio de repasse de recursos ou da renúncia fiscal. Contudo ela é mais ampla.

A Reforma do Estado brasileiro, proposta em 1995, formalizou a abertura da educação para o setor privado, na medida em que a coloca no setor denominado “serviços não-exclusivos”, caracterizados como “o setor onde o Estado atua simultaneamente com outras or-

ganizações públicas não-estatais e privadas. [...] os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde”. (Brasil, 1995). Com esse projeto começa um trabalho do governo para mudar o sentido do que até então se entendia como público.

Difundem-se novas categorias e definições como, por exemplo: público não-estatal, publicização e outros jargões que acabam confundindo os menos avisados das intenções reais por traz da conotação ideológica das palavras. Bourdieu (1996) já dizia que “as palavras não são neutras”, ao contrário, elas são carregadas de sentidos, de poder, “elas fazem crer, elas fazem agir”, elas exercem um poder simbólico sobre as pessoas, sobretudo, dependendo de quem é o porta-voz, em nome de quem ele fala.

Assim, a mudança no sentido do que é público veio com a definição do que seja o público não-estatal. Este ficou determinado que é constituído por organizações sem fins lucrativos e que estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público. Também a publicização, outra palavra introduzida com a Reforma do Estado, se constitui na “transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta”. (BRESSER PEREIRA, 1997).

A transferência de recursos públicos para o setor privado passa, na ótica do governo e dos empresários da educação, a ser justificada pelo fato da iniciativa privada estar ofertando um bem público – a educação. Tal fato é compreendido por setores da sociedade, dentre eles o movimento docente e outros movimentos sociais, como uma pura e simples privatização.

A mercantilização da educação está sendo feita tanto pelas instituições públicas, quanto pelas particulares. Se considerarmos a opi-

nião de Hirtt (2004) sobre o assunto, já expressa anteriormente neste ensaio, pode-se constatar que a reforma curricular nacional em todos os níveis, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (PCEM), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a avaliação estabelecida pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), o modelo posto para formação de professores para a educação infantil e séries iniciais, cujo núcleo duro é a pedagogia das competências, pode-se concluir que esses mecanismos regulatórios (currículo, avaliação, formação) estão servindo para a adaptação do ensino ao mercado.

Esposando a lógica de Hirtt, a opção pela educação a distância, ou pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs) abre um enorme mercado para a venda de equipamentos, possibilitando a comercialização de computadores, *softs*, *hards*, e tudo mais que vem nesse pacote, embora não se deva ignorar os avanços tecnológicos, até porque seria impossível querer fazê-lo, isso representaria uma exclusão digital. O que se está destacando, é para a forma e a prioridade que está sendo dada à utilização desses recursos via educação a distância, sem considerar, na maioria das vezes, a qualidade, importando a relação custo/benefício.

Um outro ponto que indica a mercantilização da educação, e que não necessariamente significa a privatização, é a venda de serviços nas instituições públicas, com o objetivo de complementar o orçamento, com os cursos pagos (especialização), os contratos com empresas privadas que financiam pesquisas dirigidas e a realização de cursos que aproximam a universidade pública de uma universidade

Bourdieu já dizia que “as palavras não são neutras”, ao contrário, elas são carregadas de sentidos, de poder, “elas fazem crer, elas fazem agir”, elas exercem um poder simbólico sobre as pessoas, sobretudo, dependendo de quem é o porta-voz, em nome de quem ele fala.

corporativa, entendida como “a proposta do setor empresarial para a adequação da educação formal às necessidades específicas das empresas”. (QUARTIERO; CERNI, 2005).

A nova etapa de acumulação do capital, tendo a globalização e o neoliberalismo como pano de fundo, e a financeirização ou a mundialização financeira como chama Chesnais (1996) representa a concretização da antiga tendência de internacionalização da economia. O mercado constituiu-se no ente maior, tem humor, fica nervoso e define eleições. As próprias questões políticas têm ficado em segundo plano em relação às questões econômicas. E para a formação, manutenção e expansão do mercado a educação tem servido como ferramenta privilegiada, contribuindo com pessoas e conhecimento para a alimentação de um mercado mundial e para a divisão internacional do trabalho.

Há saídas?

Existe hoje uma “nova pedagogia da hegemonia”, que tem como objetivo levar a “uma educação para o consenso sobre os sentidos de democracia, cidadania, ética e participação adequados aos interesses privados do grande capital nacional e internacional”. (NEVES, 2005). Mas a contradição está presente na sociedade e por isso existem movimentos que constroem a contra-hegemonia, numa ação difícil no momento atual, no qual a busca por saídas parece impossível ante o discurso neoliberal, que para garantir a sobrevivência do capitalismo diz que “não tem saída”. A própria tese do fim da história revela o caráter do capitalismo, que se coloca como o destino universal e permanente da humanidade. Como diz Anderson (2004), “Não há nada fora deste destino pleno”.

Para ele, essa certeza arrogante se constitui no chamado

Para a formação, manutenção e expansão do mercado a educação tem servido como ferramenta privilegiada, contribuindo com pessoas e conhecimento para a alimentação de um mercado mundial e para a divisão internacional do trabalho.

[...] núcleo do neoliberalismo como doutrina econômica ainda fortemente dominante nos governos em todo o mundo. Esta jactância fanfarrona de um capitalismo desregulado como o melhor de todos os mundos possíveis é uma novidade do sistema hegemônico atual. Nem mesmo nos tempos vitorianos se proclamava de maneira tão clamorosa as virtudes e necessidades do reino do capital. As raízes desta mudança histórica são claras: é um produto da vitória cabal do ocidente na Guerra Fria. Entenda-se bem, não simplesmente da derrota, mas do desaparecimento total de seu adversário soviético, e da conseqüente embriaguez das classes possuidoras, que agora não necessitavam mais de eufemismos ou rodeios para disfarçar a natureza de seu domínio. (ANDERSON, 2004, p. 38)

É nesse contexto que floresce a nova pedagogia da hegemonia, que, para Neves, busca organizar a escola de acordo com a visão de mundo da classe dominante e formar intelectuais orgânicos, segundo as mesmas idéias da classe dirigente. Para a autora, a pedagogia da hegemonia ou da conservação, pela forma como é divulgada e aplicada, dificulta bastante o aparecimento da pedagogia da contra-hegemonia, sobretudo após a Guerra Fria, fato que fortaleceu o império americano que passou a ter mais espaço para difundir e impor a sua ideologia.

O movimento de contradição está presente e é possível visualizar alternativas, apesar das dificuldades que se colocam em função de se estar vivendo:

[...] um capitalismo cada vez mais regressivo e reacionário nas áreas social, política, econômica e cultural, que criminaliza os movimentos sociais de protesto e militariza a política internacional a partir do primado absoluto da força. Diante de uma situação como esta, dizia-

mos só um diagnóstico preciso sobre a estrutura e o funcionamento do sistema imperialista internacional permitirá aos movimentos sociais, partidos, sindicatos e organizações populares de todo tipo que lutam por seu derrocamento encarar as jornadas de luta com alguma possibilidade de êxito. (BORON, 2004, p.152).

A educação tem buscado estratégias de resistência para enfrentar essa dominação econômica, política e social por meio de ações contra-hegemônicas, como o Fórum Mundial de Educação, que congrega educadores de todo o mundo e que tem sido um instrumento poderoso na defesa da educação, construindo uma plataforma mundial de educação, adotando princípios fundamentais, tais como os definidos na sua terceira edição (2004):

1. A educação é um direito humano prioritário e inalienável, por toda a vida.
2. Esse direito é essencial para o acesso aos demais direitos, para a construção de valores solidários, para a emancipação e o exercício da cidadania.
3. As políticas públicas devem assegurar a concretização desses direitos.
4. Os estados têm a obrigação de garantir de forma universal e gratuita, sem discriminação ou exclusão, o pleno direito a uma educação pública emancipatória, em todos os níveis e modalidades.

A contra-hegemonia também vem sendo exercida por outros movimentos sociais, como o MST, que defende uma educação emancipadora, tendo a clareza e a consciência que a luta pela terra é um direito que vem junto com outros direitos, como o direito à educação. A educação formal dos militantes desse movimento vem se fazendo de forma planejada e objetiva, buscando a libertação das mentes para a compreensão do sentido da luta

que empreendem na direção de uma sociedade socialista.

Alguns sindicatos têm exercido um papel contra-hegemônico fundamental, como é o caso do ANDES-SN, que em seu 50º Conselho Nacional das Associações de Docentes (CONAD), ocorrido em julho de 2005, reafirmou a defesa de uma educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, se posicionando contra o imperialismo norte-americano e defendendo a soberania nacional.

Mézáros (2005) acena com outras possibilidades “para além do capital”, já que os processos educacionais e sociais de reprodução estão ligados e, portanto, uma reformulação da educação só é possível juntamente com a transformação do quadro onde essa prática social ocorre, isto é, na sociedade. O autor salienta que o capital é irreformável, alertando para a inviabilidade de se dar uma “face humana” a esse modo de produção.

É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito. (MÉZÁROS, 2005, p.35)

Na perspectiva que Mézáros coloca “a educação para além do capital” fica evidente a necessidade de se alterar todo o sistema de educação que tem o papel de internalização. Ele alerta que é preciso romper com a lógica do capital na área da educação e criar uma ordem social qualitativamente diferente, e isso não se faz com reformismo, mas com a ruptura total do *status quo*.

A contra-hegemonia também vem sendo exercida por outros movimentos sociais, como o MST, que defende uma educação emancipadora, tendo a clareza e a consciência que a luta pela terra é um direito que vem junto com outros direitos, como o direito à educação.

A “educação para além do capital” representa a luta pela universalização da educação em todos os níveis, pela gratuidade com qualidade social, contra a mercantilização e a favor da vida digna de todos e todas.

Algumas considerações

A educação está sofrendo uma profunda mudança. De direito inalienável do ser humano transformou-se em serviço, no bojo de uma reforma do Estado que busca viabilizar resultados, por meio de uma gerência nos moldes empresarias. O Estado reformado, adaptado à globalização, coloca a educação como um serviço não exclusivamente estatal, abrindo mão de suas prerrogativas de responsável direto pela educação do povo.

Esse fato, junto com globalização neoliberal, reafirmou a lógica do capital na sua etapa transnacional, que tem no Estados Unidos o centro do Império capitalista. A educação passa a ser requisitada pelo capital para, numa “nova pedagogia da hegemonia”, fazer o papel ideológico de consentimento para o projeto de sociabilidade demandada pelo modelo em implantação.

Os organismos multilaterais, com as suas condicionalidades, têm exercido um papel fundamental na determinação das políticas educacionais e nas reformas da educação que estão sendo implementadas. Os receituários do Banco Mundial trazem o arcabouço ideológico no qual se assentam as mudanças em curso. A indicação da Organização Mundial do Comércio e do Acordo Geral de Comércio e Serviços de incluir a educação como um dos doze serviços componentes de seu portfólio tem levado os governos a mercantilizarem a educação e a reforçarem as instituições particulares por meio de financiamento com recursos públicos.

Todos esses fatos têm encontrado reação em grupos organizados que buscam, numa luta desigual, defender a educação da rapinagem que a cerca no atual estágio do capitalismo. A possibilidade de ir além do capital exige um trabalho contínuo e coordenado que envolva movimen-

tos sociais, sindicatos, partidos políticos e outros meios que permitam, numa ação unificada, buscar saídas para essa situação.

Termino com Mézáros:

De fato, da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão-de-guarda *ex-officio e autoritário* para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida. O fato de a educação formal não poder ter êxito na criação de uma conformidade universal não altera o fato de, no seu todo, ela estar orientada para aquele fim. Os professores e alunos que se rebelam contra tal desígnio fazem-no com a munição que adquiriram tanto dos seus companheiros rebeldes, dentro do domínio formal, quanto a partir da área mais ampla da experiência educacional ‘desde a juventude até a velhice’. (MÉZÁROS, 2005, p. 55)

A organização e a luta parecem ser as ferramentas mais propícias para se elaborar a pedagogia da contra-hegemonia e para se colocar a educação como instrumento de construção de uma sociedade “além do capital”, isto é, socialista.

NOTAS

¹ A Escola Francesa de Regulação tem como principais representantes Michel Aglietta, Robert Boyer, Alain Lipietz e Benjamin Coriat. Surge na década de 1970 com a tese de Aglietta sobre a regularidade e a acumulação em longos períodos, o que ele chama de modo de regulação.

² Até novembro de 2005, as Diretrizes para o Curso de Pedagogia não foram definidas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

³ Em 1995 havia 684 instituições privadas de educação superior (INEP, 2005), hoje existem 1762.

⁴ A DRU foi criada pela EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 27/2000 que acrescenta o art. 76 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo a desvinculação de arrecadação de impostos e contribuições sociais da União.

⁵ O FIES a partir de novembro de 2005 financia

50% do valor da mensalidade para alunos ditos carentes, com taxas fixas de 9% ao ano, devendo a amortização ocorrer após a formatura.

⁶ O ProUni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, a estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa. (MEC)

⁷ Para as IES com fins lucrativos a renúncia será sobre: Imposto de Renda da pessoa jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição do Programa de Integração Social (PIS). AS IES sem fins lucrativos terão isenção de todos os impostos.

⁸ Esse acordo também é encontrado com a sigla GATS (General Agreement on Trade in Services).

⁹ Os setores visados pela AGCS são serviços às empresas; serviços de comunicação; serviços de construção e de engenharia; serviços de distribuição; serviços educacionais; serviços concernente ao meio ambiente; serviços financeiros; serviços de turismo; serviços de lazer, cultura e esporte; serviços de transporte; serviços de saúde, incluindo os hospitais, cuidados odontológicos, cuidados para a infância, serviços para o idoso; serviços de educação básica e superior; serviços de atividade jurídica, assistência social, energia, serviços de água, imobiliário público, seguros, correios, transporte público, indústria editorial, telefonia e outros.

¹⁰ Até então essa era uma prerrogativa das instituições públicas.

¹¹ Os modos previstos para fornecimento de serviços, regulamentados pela OMC são quatro: serviços originados num país com destino a outro; serviços prestados num país a um consumidor de outro país; serviços fornecidos pela presença comercial de um país fornecedor noutro país e serviços fornecidos pela presença física de pessoas de um país noutro país.

REFERÊNCIAS

ADUFRJ. “Reforma” Universitária: contribuição para o debate. Boletim de outubro de 2004. Disponível em http://www.anpg.org.br/veja/adufrj_reformacecac_pag6a10.pdf. Acesso em abril 2005.

AGLIETTA, M. *Régulation et crises du capitalisme*. Paris: Editions Odile Jacob, 1997.

ANDERSON, P. O papel das idéias na construção de alternativas. In: BORON, A. A. (Org) *Nova Hegemonia Mundial*. Alternativas de mudança e movimentos sociais. São Paulo: CLACSO Livros, 2004.

ANUP URGENTE ANO 3, n. 56, Brasília 21 de junho de 2004. Disponível em <http://www.anup.com.br> Acesso em ago 2005.

ARELARO, L. R. G. Educação Básica no século XXI: tendências e perspectivas. *Impulso*. Revista de Ciências Sociais e Humanas, v. 16, maio-ago. 2005, p. 35-53.

ASSIS, C. Congresso aprova golpe contra o setor público. *Desemprego Zero*. Disponível em www.desempregozero.org.br Acesso em 5 nov 2005.

BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington. D.C. 1994.

BANQUE MONDIALE. *Priorités et stratégies pour l'éducation: une étude de la Banque Mondiale*. Washington, D.C.: Banque Mondiale, 1995.

BORON, A. A. Hegemonia e imperialismo no sistema internacional. In: BORON, A. A. (Org) *Nova Hegemonia Mundial*. Alternativas de mudança e movimentos sociais. São Paulo: CLACSO Livros, 2004.

BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire*. L'économie des échanges linguistiques. Paris: Editions Fayard, 1996.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *La Reproduction*. Éléments pour une théorie du système d'enseignement. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 14 de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208 e 212 da Constituição Federal, e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pec_fundeb01.pdf Acesso em fev.2000.

BRASIL. Decreto nº. 3.860 de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências. **Diário Oficial** da União, Brasília, 10.07.2001. (revogou os Decretos nº. 2.207, de 15.04.1997 e nº 2.306, de 19.08.1997, sobre matéria idêntica e afim).

BRASIL. Emenda Constitucional nº 42 de 19 de dezembro de 2003. Introduz alterações no dispositivo que trata da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, em benefício dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Disponível em

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4959>
Acesso em outubro 2005.

BRASIL. Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário oficial** de 15 de abril de 2004, p.3.

BRASIL. Lei nº. 9.424 de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em <http://www.mec.gov.br/sef/fundef/pdf/lei9424m.pdf>
Acesso em fev.2000.

BRASIL. MARE. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Disponível em <http://www.prodepa.psi.br/sqp/pdf/pdrae.pdf> Acesso em out 2003.

BRASIL. MEC. Informativo MEC, março/abril 2005, n. 4. Disponível em http://portal.mec.gov.br/acs/arquivos/pdf/public_informativo0304.pdf
Acesso em jun 2005.

BRASIL. Proposição PEC- 415 de 16 de junho de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes/chamadaExterna.html> Acesso em outubro de 2005.

BRASIL/PR . Lei 9394 de 20 /12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, nl. 248, 23/12/1996, pp. 27833-27841.

BRASIL. Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005: Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 14.1.2005
BRASIL, Lei 10.973 de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial** de 03.12.2004, Seção I, Pág. 2.

BRESSER PEREIRA, L. C. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Cadernos MARE* da Reforma do Estado, v. 1. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

CANABRAVA FILHO, P. *Revolução cultural*. América Latina pós-Consenso de Washington.

Disponível em <http://www.autor.org.br/jornal/artigos/consenso.htm> Acesso em agosto 2002.

CHAUI, M. A Universidade Operacional. Caderno Mais! *Folha de S. Paulo* de 9.05.1999. [23 de julho de 1999].

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMSKY, N. Os dilemas da dominação. In BORON, A. A. (Org) *Nova hegemonia mundial*. Alternativas de mudança e movimentos sociais. São Paulo: CLACSO Livros, 2004.

DAVIES, N. O financiamento da educação superior no governo Lula: uma loteria? *Universidade e Sociedade*. São Paulo, n. 35, pp. 83-95, fev. 2005.

FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO. *Construindo uma plataforma mundial de lutas*. Carta da terceira edição, 2004. Disponível em www.sinasefe.org.br Acesso em jan. 2005.

HIRTT, N. *Où en est-on avec la marchandisation de l'enseignement?* Tabçe Ronde D'autres Mondes. Disponível em www.ecoledemocratique.org/article.php. Acesso em jan 2005.

MAUÉS. O. Reformas Internacionais da Educação e Formação de Professores. *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, n. 118, março 2003, p. 89-117.

MÉSZÁROS, I. *A Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

NEVES, L.M.W. A Sociedade Civil como Espaço Estratégico de Difusão da Nova Pedagogia da Hegemonia. In NEVES, L.M.W. (Org) *A Nova Pedagogia da Hegemonia*. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

QUARTIERO, E. M.; CERNY, R. Z. Universidade Corporativa: uma nova face da relação entre mundo do trabalho e mundo da educação. In: QUARTIERO, E. M.; e BIANCHETTI, L. (Orgs) *Educação Corporativa*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ROSA, R.N. *A Educação: de serviço público à mercadoria transacional*. Disponível em <http://resistir.info>. 

Neruda 100 años

Oscar Aguilera

Escritor, professor, membro do Diretório da Sociedade de Escritores do Chile (SECH)

Este texto é uma transcrição das palavras do escritor chileno Oscar Aguilera, nas jornadas “Neruda 100 Años”, no auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, em 7 de julho de 2004.

Boas noites, amigas e amigos, companheiras e companheiros. Queria muito nesta oportunidade falar em português, mas sei que vocês compreenderão minhas palavras, porque estarão centradas em um homem que pertence a todos nós, os que amam a liberdade, a beleza, a paz, a democracia: Pablo Neruda.

Agradeço, em nome do Partido Comunista de Chile e do povo chileno, a oportunidade que vocês nos concederam para conversar sobre nosso companheiro. Agradecemos também esta comemoração do povo de Florianópolis no centenário de um homem que, entre milhares de versos, escreveu, “ganaremos nosotros los más sencillos”.

Seu registro de nascimento encontra-se na Oficina de Registro Civil da pequena cidade de Parral, no sul do Chile, Agosto de 1904. RICARDO ELIECER NEFTALI REYES BASOALTO, filho de José del Carmen Reyes Morales e de Rosa Neftalí Basoalto Opazo, nascido em 12 de julho de 1904.

Procurarei com os versos de meu livro “Las vidas del poeta. Cantata por la vida de Neruda” resumir a existência gigantesca de este Ricardo Eliecer Neftalí Reyes Basoalto que recordamos, nestes dias em diversas partes do mundo, como Pablo Neruda, poeta da humanidade.

“Para decir la vida de Neruda
retiro los libros de la lluvia
pongo capa y sombrero
a lo joven del siglo.
Paseo por Asia y el oriente
cual si anduviera por mi propia calle.
Conozco Buenos Aires
y regreso a mi España,
a mi guerra civil,
a mi guerra mundial,
a este poema absurdo
del planeta.
Recorro el Norte Grande
y junto con las piedras,
y junto a las estrellas
y junto a los mineros
elijo senador al poeta y sus manos...
Después sigo la ruta
de todos los destierros.
Viajo por todo el mundo
en nostalgias de cueca

y retorno a la patria,
al mar de todo Chile.
Para decir Neruda
repito poesía,
repito embajador,
repito Premio Nobel
y lluvia, siempre lluvia
o mar. Levanto el puño.
Continúo escribiendo
y dejo a las canções
explicar mi silencio.

“Passamos a vida aprendendo a viver, e quando aprendemos, morre-se”, disse Neruda a seu amigo, o escritor Francisco Coloane.

Las vidas del poeta
son las vidas
del hombre que vivió
lo suficiente
el combate moral,
la dividida
distancia entre lo frío
y lo caliente
Las vidas del poeta
son las vidas
multiplicadas,
rotas, perseguidas:
las vidas de los otros
que estuvieron
o las que apenas fueron
presentidas
Las vidas del poeta
fueron siempre
encuentros generosos
con el día
y nocturnos debates
con la noche
teniendo por lugar
la poesía
Las vidas del poeta son un lento
camino con los ojos muy abiertos,
con la limpia alegría
de los vivos
y la triste tristeza
de los muertos

Las vidas del poeta
no tuvieron
más límite
que un verso
entrecortado
Pero es curioso:
Luego de esa muerte
siguió viviendo siempre
en todos lados
Comencemos por sua infância na chuvosa
cidade de Temuco, no sul de Chile.
La infancia es un poema
en gotas de agua
e insectos luminosos
enseñando la redondez
del día y de la vida.
Un poeta se forma en la niñez,
soledad luminosa de la tarde
enseñando los nombres
posibles e imposibles
de la lluvia.

Seu primeiro artigo, publicado aos 13 anos no jornal “La mañana” de Temuco, dirigido por seu tio Orlando Masson, intitula-se “Entusiasmo y Perseverancia”.

Estas palavras marcarão a vida do poeta para sempre. Sua obra gigantesca o comprova. Desde aquela tenra idade foi um trabalhador da poesia entusiasta e perseverante.

Pouco mais tarde conhece a poetisa Gabriela Mistral, que exerce o cargo de Diretora do Liceo de Niñas de Temuco. Gabriela (Prêmio Nobel de 1945) já era uma jovem e prestigiosa escritora.

A época da adolescência está cheia de colaborações em publicações da província e de Santiago, já com o pseudônimo Pablo Neruda. Em setembro de 1971, os redatores do semanário francês L'Express, em uma grande entrevista, perguntaram ao poeta porque havia adotado este nome. A resposta foi: “Um dia que temia mais do que de costume que meu pai descobrisse a verdade - o que teria sido uma catástrofe - ocorreu percorrer as páginas de uma revista na qual havia um conto assinado: Jan Neruda. Precisamente em esse momento

eu tinha que enviar um dos meus poemas para um concurso. Tomei então Neruda como segundo nome e coloquei Pablo como o primeiro. Pensei que seria por alguns meses.”

Jan Neruda foi um grande escritor checo. Hoje, na cidade de Praga, existem duas ruas Neruda, uma por Jan e a outra por Pablo.

La juventud de todos los cuadernos
y la universidad de la pobreza
le dictan a un muchacho de Temuco
más de veinte poemas,
más crepúsculos, más amor
más ciudades nebulosas.
En la calle Maruri de Santiago
aprende, reaprende
el hambre, la sonrisa,
la soledad, la nube,
la lección de mañana,
la tinta verde, el vino,
el rostro de mujer
-pasajera en silencio-
y el peso de la noche
extrañamente lento.

O período de juventude, no Chile, de 1921 a 1927, abarca uma extensa produção literária que inclui as primeiras publicações de “Crepusculario” (1923) e “Veinte poemas de amor y una canción desesperada” (1924). Este livro de poemas de amor está traduzido em mais de uma centena de idiomas, em todo o planeta.

Em 1926, a Editorial Nascimento publica “Tentativa del Hombre Infinito”, a novela “El habitante y su Esperanza” e “Anillos”, escrito em conjunto com Tomás Lago.

Após um grande tempo de incerteza, período demasiado extenso de boemias poéticas quase desenfreadas, surge uma viagem fundamental. Neruda ingressa no serviço diplomático chileno em um dos últimos lugares: é nomeado cônsul honorário em Rangoon, Birmania.

Cruzar el mar encierra los peligros
de saber el azul y la distancia,
de mirar los colores de otra forma

y de hablar la inocencia en otro espejo.
En tanta Oceanía de los hombres
un joven cónsul habla con su sombra.

Em um período fundamentalmente existencial, sofredor, metafísico, Pablo Neruda começa a escrever a série “Residencias en la Tierra.”

Após voltar ao Chile em 1932, casado com a holandesa María Antonieta Aгенаar, é publicada a edição definitiva de “Veinte poemas de amor y una canción desesperada”. Em 28 de agosto de 1933 é nomeado cônsul em Buenos Aires. Em outubro, conhece García Lorca. Em 1934, viaja a Barcelona e em 1935 assume como cônsul chileno em Madrid.

Assim García Lorca apresenta Neruda na Universidad de Madrid em 1935:

“E digo que vos disponhais para ouvir a um autêntico poeta dos que têm seus sentidos amaestrados em um mundo que não é o nosso e que pouca gente percebe. Um poeta mais próximo da morte que da filosofia; mais próximo da dor que da inteligência; mais próximo do sangue que da tinta. Um poeta cheio de vozes misteriosas que afortunadamente ele mesmo não sabe decifrar; de um homem verdadeiro que já sabe que o junco e a andorinha são mais eternos que a mejilla dura da estátua”.

Em 1934, conhece Delia del Carril. Após algum tempo se separa de María Antonieta Aгенаar. Delia del Carril exerce uma enorme influência sobre as concepções do poeta. Nesse ano o conflito na Espanha faz os escritores tomarem partido. A “Tercera residencia en la Tierra” contém os poemas de “España en el Corazón”. Aí Neruda escreve, como outros poetas do mundo: “Generais traidores, olhai minha casa morta. Olhai España rota”. A partir de 1936, a poesia de Neruda começa a abarcar o universo da luta política.

Após a derrota dos republicanos na Espanha, em 1939, Neruda consegue depois de muitas gestões ante o governo chileno do presidente Pedro Aguirre Cerda, o traslado de três mil republicanos, vacinados em campos de concentração na França. Junto ao governo re-

publicano no exílio logra despachar um navio cargueiro chamado “Winnipeg”, que por fim aporta em Valparaíso, cumprindo sua missão humanitária. Entre esses três mil homens e mulheres vêm crianças. Um dos meninos do Winnipeg era José Balmes, hoje um dos maiores pintores do país, Premio Nacional de Arte.

Nos anos posteriores cumpre serviço diplomático no México. É agredido por um grupo nazista. Cartazes com seus poemas são colados em milhares de muros da Ciudad de México. Regressa ao Chile com Delia del Carril e em 1945 aceita ser candidato ao Senado por uma das zonas mais pobres do país: o Norte Grande.

La palabra sagrada “compañero”
aprendida en España
después de tanto horror
pudiera ser, tal vez,
el después de la vida.
El Frente Popular le nombra candidato
y las banderas rojas y las banderas blancas,
las banderas azules de estrellas y salitre
lo encuentran con los pobres
para ser Senador
del norte y del desierto,
de su gente que sabe
la lentitud del tiempo.

NERUDA SENADOR (1945)

Las piedras, los salares de Atacama
ven escribir su nombre en letras gruesas.
Mil discursos reparten la proclama:
“Trabajo, Escuela y Pan sobre la mesa”
Propagandista activo, infatigable
agitador imán de los aceros,
los curtidos pampinos inmutables
escuchan tus poemas en silencio
El salitre y el sol abren los versos,
la pampa escucha el grito repetido.
El triunfo organizado es el esfuerzo
por cumplir con el pacto prometido
Neruda Senador. La poesía
entró al glacial Congreso centenario.
Algunos senadores desconfían:
“su padre fue un obrero ferroviario...”

Neruda é eleito senador em abril de 1945 em uma das regiões mais pobres de Chile, Tarapacá y Antofagasta, a zona do deserto e dos estabelecimentos salitreiros. Formaliza seu ingresso no Partido Comunista do Chile em oito de julho de 1945, em um gigantesco ato público, junto a um grupo de destacados intelectuais e artistas. Durante três anos, intervém no senado “para servir ao despojado”, como assina-la seu amigo e principal biógrafo, Volodia Teitelboim. “Eleva sua voz examinando e pronunciando-se sobre as questões fundamentais de uma época que acaba de sair do grande extermínio da Segunda Guerra Mundial.”

1948

Pero nunca se sabe ciertamente
qué hace cordero al lobo
o al lobo un corderillo.
Desde el palacio mismo se dictan los decretos
“Queda fuera de la ley el Partido Comunista”
“Prohibido pensar de tal o cual manera”
Una cárcel de cristal tiembla por la patria
Una cárcel de cristal tiembla por la patria.
Se inaugura por primera vez
en la Historia General de Chile
el Campo de Prisioneros de Pisagua
y aquel que esté libre de las garras
aprenderá a ser clandestino
o a cruzar las paredes del exilio.

O senador Neruda entra na clandestinidade. Aí começa a criação do “Canto General”. Ao ser concluído o texto de aproximadamente quatrocentas páginas é impresso secretamente e distribuído no Chile.

O sueco Arthur Lunkdvist no artigo “Neruda”, publicado no Boletín de la Universidad de Chile de junho de 1964, resenha assim a etapa do Canto General: “durante os anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, Neruda considerou seriamente sua missão como poeta e assumiu a mudança. Em vez de ser o poeta da morte, da melancolia e da derrota, chegou a ser o poeta da luta, do trabalho, da alegria e da esperança. Já tinha em suas mãos os meios de expressão, necessitou apenas dar-lhes

outra direção, outra meta. Sua primeira poesia é semeada em terra escura onde a morte espera, mas somente como uma etapa de transformação, um caminho para a ressurreição. Sua poesia subsequente cresceu, ondulante, cresceu triunfalmente e colheu de uma riqueza imprevista.

Chile, o país de origem, ainda é o centro do grande poema do continente americano que é o “Canto General”. O drama social chileno ocupa o maior espaço, está olhado mais de perto que o dos outros países. A natureza se apresenta como raiz e a chave desta épica elementar.”

Na década de 50, Neruda se une a sua terceira esposa, Matilde Urrutia, que o acompanhará até seus últimos dias. Ela inspira livros, como “Los versos del capitán” e “Cien sonetos de amor”.

Toda navegación tiene regreso
Siempre vuelve a un lugar el que ha partido
y aquel que viaja colecciona sus recuerdos
con seriedad de niño enamorado
Todo coleccionista compra, cambia, roba.
Cómprame una ilusión este momento,
cámbienme una cereza colorada
junto a dos estampillas de correos
por tres almendras y un barco de papel
Róbenme esta canción de saludar al capitán
del amor,
Pablo Neruda,
coleccionando sueños y oleajes.

Em 1969, forma-se uma coalizão de partidos de esquerda, a Unidad Popular. Cada coletividade proclama um pré-candidato. O Partido Comunista de Chile propõe Neruda e o Partido Socialista, Salvador Allende. Após uma intensa campanha política em todo país ele declina sua candidatura em favor da candidatura de Salvador Allende. Em quatro de setembro de 1970, Allende obtém a primeira maioria em uma eleição que é observada pelo mundo inteiro por suas repercussões: a via eleitoral ao socialismo.

Quando o Presidente Allende assume, Neruda é nomeado embaixador na França, cargo diplomático de enorme transcendência política e econômica para o Chile.

Yo me quedo callado
Es mejor que hablen los periódicos
y las radioemisoras
y la televisión.
Que hable todo el planeta
que hable el pueblo de Chile
diciendo su alegría
(primavera floreada, año setenta y uno).

PREMIO NOBEL (OCTUBRE 1971)

Una paloma blanca
trajo la noticia
Dos ruiseñores piensan
que se hizo justicia
Tres gallos de penacho
rojo como el fuego
en plena tarde cantan
incendiando el cielo
Cuatro caballos verdes
por Madrid galopan
En Estocolmo el hielo
se cambió de ropa
¿Y cuál es el suceso
que está tan preso?!
Cinco elefantes gordos
serios y africanos
nombran al continente
sudamericano
Casi son seis las letras
que escribió una mano
Y siete codornices
de alitas agudas
sobrevolando el sur
nos dicen: “¡Es Neruda!”
París... En la embajada
un telegrama llama
y se equilibra y brinca
por sobre una cama
Por ocho cisnes blancos
libres y rotundos
se da por enterado
casi todo el mundo
Un rey que es de verdad
como en los mismos cuentos
anuncia en la mañana
silabeando lento:

PREMIO NOBEL DE LITERATURA 1971:
PABLO NERUDA...”

Son nueve los volcanes
y montes chilenos
que empiezan a aplaudir
sonoros como truenos
Zorzales, picaflores
libran su alboroto
y los trabajadores
están orgullosos
El Presidente Allende
desde la Moneda
felicita a su amigo
embajador poeta
Por diez momentos,
horas, días, largos mes es,
la Patria entera ríe,
escribe, sueña y crece
Pablo Neruda, simple nieto
de la altura
sonríe al Nobel Premio
de Literatura
y en plena ceremonia
de formal prestancia
recuerda un parecido
premio de la infancia...

DECLARAÇÃO DA REAL
ACADEMIA SUECA
EM OUTUBRO DE 1971

Aos treze anos de idade publicou seu primeiro poema, aos vinte já era um poeta conhecido. Aos quarenta e cinco anos, depois de uma produção contínua, só havia escrito uma pequena parte de sua coleção, que alcançou em 1962 duas mil páginas. Dois anos mais tarde, quando comemorou 60 anos, publicou cinco novos volumes de poemas, sob o título de “Memorial de Isla Negra”.

Posteriormente, vieram à luz muitas obras novas, entre elas obras-primas como “La Barcarola”. Ante tal vagas poéticas uma curta apresentação seria insuficiente.

Que neste mundo sem fim tratemos de apresentar um poema ou uma coleção seria ridículo. Isto seria como tratar de diminuir uma

embarcação de cinquenta mil toneladas com uma colher. Não podemos sintetizar a obra de Pablo Neruda, isto nem ele mesmo conseguiu.

Em 1972, por motivos de saúde, com um câncer avançado, Neruda regressa ao Chile. Realiza-se, para ele, uma gigantesca homenagem no Estadio Nacional. Na segunda fila das autoridades, saúda e faz reverências um militar cinzento de óculos escuros: o então comandante da guarnição de Santiago, Augusto Pinochet.

1973

Como si fuera poco haber andado tanto
sigues andando luego de abandonar la vida.
Como si fuera poco conocer la alegría
te mueres de tristeza con la patria en tinieblas
un septiembre violado.
Pido un monumento para Pablo Neruda
hecho con gotas de agua y con violetas
Con piedras del sur y el norte
y la espuma blanca de una ola de Isla Negra.
Pido se me entreguen las cenizas
de sus libros quemados esa fecha.
Pido que otra escuela y otra tarde
lleven siempre los nombres del poeta.

O golpe militar de 11 de setembro de 1973, a morte de seu querido amigo e companheiro de lutas, Salvador Allende, no palácio de La Moneda, o horror dos primeiros dias da ditadura apressam também a morte de Pablo Neruda, que faleceu em 23 de setembro. Seu funeral provoca a primeira manifestação antiditatorial.

Un día y en un mes
en que jamás llegó la primavera
Un día y en un mes
en que quedó más sola
la solitaria estrella
en la bandera
Un día y en un mes
de un año
que no tiene calendario
Un domingo sin sol
la muerte le obligó
a tomar un descanso necesario

No reposes en paz
 hasta el minuto
 luminoso y total
 de la victoria
 Tu muerte es sólo
 un verso diminuto
 Vivirás junto a Chile
 y a su gloria
 Ganaremos nosotros
 los más sencillos,
 los que fuimos madera,
 hambre o martillo
 Ganaremos nosotros,
 José y María,
 Pedro, Eduardo y Miguel,
 Laura y Elías
 Ganaremos nosotros,
 los humillados,
 los negados tres veces,
 los olvidados
 Ganaremos nosotros,
 trabajadores,

estudiantes, mujeres,
 los pobladores
 Ganaremos nosotros,
 Pablo Neruda,
 tu vida con nosotros
 no estará muda
 Ganaremos nosotros,
 los más sencillos
 Ganaremos nosotros:
 te lo decimos.

Queria, concluir este encontro com palavras do próprio Neruda:

“Fui o mais abandonado dos poetas e minha poesia foi regional, dolorosa e chuvosa. Mas tive sempre confiança no homem. Não perdi jamais a esperança. Por isso talvez tenha chegado até aqui com minha poesia, e também com minha bandeira.” **US**



Duas armadilhas que ameaçam a esquerda brasileira

Valerio Arcary

Historiador, professor do CEFET, autor de *As Esquinas perigosas da História*

“O direito à revolução é o único ‘direito histórico’ real, o único sobre o qual repousam todos os Estados modernos sem exceção”¹

Friedrich Engels

O marxismo interpreta os debates de tática política caracterizando, em última análise, cada posição em função da intensidade das pressões de classe. Há mais de cem anos que a esquerda socialista conhece as conseqüências devastadoras da força de cooptação dos regimes democrático-liberais. Primeiro a social-democracia, depois o eurocomunismo, depois os sandinistas e petistas. Estas pressões nocivas se manifestam agora no Brasil, não só na esquerda do PT - que foi o porta-voz da estratégia da “democratização da democracia” nos últimos dez anos - mas dentro até da oposição de esquerda que já rompeu com o governo Lula.

Diante da atual crise política, assistimos ao confronto de dois blocos burgueses. Não são socialmente homogêneos, mas ambos são, politicamente, burgueses, pela suas alianças políticas e pelos seus programas. Um articulado em torno do Governo Lula/Palocci - PT e PC do B à frente, aliados a Meirelles, Furlan, e os partidos mercenários da base parlamentar, tendo como satélites a CUT e a UNE - e outro encabeçado pela oposição parlamentar, dirigida pelo PSDB e

PFL, com seus aliados, o PPS de Roberto Freire, o PDT de Jefferson Perez, a Força Sindical, e até o PV de Gabeira. A pressão do regime democrático - portanto, do eleitoralismo - tem sido tão grande que, diante da crise política aberta com as denúncias de Jefferson, estamos vendo as forças que foram majoritárias na esquerda se dividirem praticando o seguidismo aos dois blocos. A maioria da esquerda se alinhou como um vagãozinho atrás da locomotiva do Governo Lula, como ficou claro nas eleições internas do PT. A esquerda do PT, devastada pelos mais de trinta meses do Governo Lula, tem demonstrado pouca capacidade de construir uma intervenção expressando a independência de classe dos trabalhadores. São duas, todavia, as armadilhas que ameaçam a esquerda brasileira: abdicar diante do governo Lula ou ceder à oposição burguesa.

No PT, do Campo Majoritário até a Articulação de Esquerda e DS, passando pelo Movimento PT, todos saíram na defesa do Governo. Defesas contundentes, críticas, condicionais, mas, finalmente, defesa. Não estão dispostos a mobilizar para que a investigação

possa ir até o fim, porque temem, com razão, que se revele até que ponto Lula estava envolvido na “conjuração financeira” organizada por Delúbio. A argumentação dos líderes do PT e do PC do B de que a burguesia se expressaria, justo no Brasil em que a organicidade de todos os partidos é molecular, somente pelo PSDB e PFL não é séria. Ninguém ignora que a classe dominante brasileira não se expressa somente através destes partidos. A democracia liberal é, entre outras razões, um conforto para os capitalistas porque lhes permite, também, uma expressão plural através de diferentes órgãos de imprensa e de variadas organizações patronais. A burguesia brasileira conviveu -

A democracia liberal é, entre outras razões, um conforto para os capitalistas porque lhes permite, também, uma expressão plural através de diferentes órgãos de imprensa e de variadas organizações patronais.

alegremente - com o Governo Lula nesses mais de três anos. E defende uma solução negociada - a pizza do acordão que poupe Lula e Palocci - preocupada com a possibilidade de que a crise contamine a economia, ou seja, que o mal-estar difuso e o desprestígio crescente tanto do governo quanto do Congresso não transborde em ações de massas.

O PC do B aderiu a uma estratégia “autista” e abraçou a fantasia do golpe. A construção imaginária de uma conspi-

ração não resistiu à visita de John Snow, representante de Bush que esteve no Brasil, e repetiu que o Governo Lula é uma maravilha. Seria muito estranha uma cabala burguesa no Brasil para derrubar um suposto governo popular, contrariando o Governo Bush. Basta comparar a posição de Washington diante de Chávez, para concluir que a posição do imperialismo americano não é pela derrubada de Lula.

O grande desafio da esquerda socialista é a construção de um terceiro campo, de oposição de esquerda. Um campo independente contra o governo Lula - porque manteve a política do governo FHC contra os interesses da maioria do povo e, ao mesmo tempo, inimigo irrecon-

ciliável da oposição burguesa. Enquanto governo e oposição de direita se engalfinham no Congresso, este terceiro campo tem a vocação de acumular forças nas ruas. Até agora, porém, todas as manifestações de rua, tanto a favor, quanto contra o governo foram ações de vanguarda, ou seja, passeatas que mobilizaram alguns milhares. Mas, comparativamente, as ações de apoio ao Governo foram um fiasco. Pressionados pela convocação do Conlutas de uma marcha para 17 de agosto de 2005, as direções da CUT e da UNE chamaram o dia 16 em Brasília, com a óbvia intenção de medir forças, e não juntaram mais do que cinco mil. Habitados a mentir e manipular, impunemente, não tiveram pudores e anunciaram dezenas de milhares. No dia seguinte, a Conlutas, com o apoio do PSTU, PCB e P-SOL reuniu um pouco mais do que o dobro, e com uma força e moral, incomparavelmente, superior. Algumas semanas depois foi a vez da Força Sindical - com o apoio de toda a oposição burguesa - ir as ruas, agora em São Paulo. Não foram além de alguns poucos milhares, e ainda passaram a vergonha de ser denunciados pelos próprios trabalhadores presentes, que confessaram aos jornalistas que tinham sido levados das fábricas pelos próprios patrões.

Que a Força Sindical e os partidos burgueses tenham sofrido um insucesso na tentativa de manifestação de rua não parece uma grande surpresa. Os seguidos malogros do PT e seus aliados em realizar ações de apoio a Lula, contudo, não é um aspecto menor da crise política, e merece ser destacado. O PT manteve durante os últimos vinte anos um, digamos, “monopólio das ruas” no Brasil. Depois das Diretas, em 1984, as maiores ações de rua foram comandadas ou influenciadas, incontestavelmente, pelo partido de Lula. Claro que a UNE esteve à frente das primeiras manifestações do Fora Collor. Mas, sendo rigorosos, só o MST conseguiu romper o cerco, em 1997, realizando uma ação de vanguarda muito significativa - umas 50 mil pessoas - em apoio à marcha nacional sobre Brasília, no primeiro aniversário

do massacre de Eldorado dos Carajás. A crise do Governo Lula e do PT são agora tão graves que, até mesmo em São Bernardo, a manifestação de apoio a Lula abortou. Ninguém ignora que são profissionais na organização de eventos e puseram o aparelho na rua. Distribuíram centenas de milhares de panfletos, divulgaram no *Tribuna Metalúrgica* - jornal diário dos metalúrgicos -, colocaram carros de som passando vários dias seguidos, enfim, apostaram em uma demonstração de toda a região do ABC, um grande ato de desagravo e, jogando em casa, colheram um fracasso monumental: não eram mais do que mil pessoas.

Um dos elementos chaves da conjuntura que vivemos, portanto, é que bases sociais de sustentação ao Governo Lula, mesmo nos “bastiões” mais tradicionais, não param de diminuir. Nas grandes fábricas, nas refinarias, nas universidades, entre a juventude e os professores, enfim, nos setores em que a esquerda conquistou maior influência nos últimos 25 anos, o PT está desmoronando. O PT tende a manter, porém, influência em segmentos das camadas médias acomodadas, e entre as massas mais miseráveis beneficiadas pelo programa Bolsa Família. O comparecimento de quase 300 mil nas eleições internas (de setembro de 2005) não contraria esta análise: predominou o voto de cabresto e a manipulação do aparelho. No calor da maior crise de sua história não houve qualquer debate, qualquer esforço - ao que parece, infelizmente, nem mesmo das correntes de esquerda - de construir um evento com um mínimo de dignidade, para quem se reivindica da causa da igualdade e liberdade humana.

Entre os que se opuseram ao curso do que foi o Governo Lula/Palocci, surgiram propostas como a antecipação de eleições, Assembleia Constituinte e a perspectiva de *impeachment*. Tentaremos demonstrar que esta polêmica tática tem implicações estratégicas.

Democratizar a democracia?

Os defensores da estratégia da “democratização da democracia”, título de um livro de re-

ferência organizado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, esgrimem três argumentos principais. Diante da crise política brasileira de 2005, que colocou em cheque o governo Lula e o próprio Congresso Nacional, dividem-se várias propostas táticas com um denominador comum: a procura de uma saída nos limites do regime democrático. Afirmam, alguns, que não restaria aos socialistas alternativa melhor diante da necessidade da investigação até o fim, que considerar o *impeachment* pelo Congresso. Outros não admitem a legitimidade do Congresso para julgar Lula, mas sugerem a proposta de eleições antecipadas ou, pior ainda, de Assembleia Constituinte. Elas corresponderiam à atual relação social e política de forças, já que não se abriu ainda no Brasil, ao contrário de outros países da América do Sul, uma situação revolucionária. Seria necessária, nessas circunstâncias, uma palavra de ordem plausível, viável, compreensível, ou seja, democrática. Democrática, mas, acrescentam, radical.

É verdade que não se abriu uma situação revolucionária no Brasil, mas a bandeira de eleições antecipadas não irá encurtar o caminho. Não é verdade que os socialistas têm que levantar sempre uma palavra de ordem de poder positiva em seu programa de agitação política - poucas idéias para muitos - que corresponda à consciência média dos trabalhadores. Na verdade, fora de uma situação revolucionária, as palavras de ordem sobre a questão do poder são, invariavelmente, negativas, ou seja, variações de: Contra, Nenhuma ilusão, Basta, Abaixo. A arte da palavra de ordem - e a sorte da campanha - dependem do grau de exasperação das massas, e do maior ou menor tino dos marxistas. Pode-se pedir a queda de uma parte do governo burguês de plantão, ou todo o governo. Pode-se considerar que a palavra de ordem contra o governo deva

Nas grandes fábricas, nas refinarias, nas universidades, entre a juventude e os professores, enfim, nos setores em que a esquerda conquistou maior influência nos últimos 25 anos, o PT está desmoronando.

ser mais cuidadosa - Nenhuma confiança ou Chega - ou mais incisiva - Fora - porém, sempre pela negativa. Finalmente, estas palavras de ordem podem ser para a agitação, para ampliar uma opinião que já existe entre os trabalhadores, mas ainda não é majoritária, ou para a ação, quando está aberta a possibilidade de derrubá-lo. Mas, não houve experiência revolucionária que não confirmasse que o processo de mobilização de massas se inicia pela recusa da ordem política de dominação.

A alternativa de poder pela positiva, quando em situações não revolucionárias, é sempre propagandística - muitas idéias para poucos - ou seja, uma explicação longa da necessidade

A revolução não vem com um manual de uso, com tudo previsto e explicado. O papel de todas as palavras de ordem, à exceção das diretamente anticapitalistas como expropriação, é condicionado pelas circunstâncias concretas.

dos trabalhadores construir através de seus instrumentos e organismos de luta, uma saída anticapitalista. Por isso defendemos um Governo socialista dos trabalhadores, e confessamos que é ultra-propagandística. Só alguém que chegou ontem de Marte ignora que não há hoje no Brasil organismos dos trabalhadores que possam dar materialidade à fórmula, porque os instrumentos de luta, CUT e UNE, foram destruídos pelo PT e pelo PC do B, que os amordaçaram, burocratizaram e estatizaram. É verdade que toda a

esquerda russa, inclusive os bolcheviques, defendia depois de fevereiro de 1917 a bandeira de Constituinte, porque, afinal, as massas tinham deposto uma tirania secular, mas não foi a bandeira de eleições que foi levantada para desmascarar a impotência de Kerensky. Todos sabemos que foi Pão, Paz e Terra, todo o poder aos soviets. Não há nem segredo, nem atalho: só em situações revolucionárias é que as palavras de ordem de poder que chamam as organizações dos trabalhadores a assumirem o governo podem ser abraçadas pelas massas. Aliás, esta é uma das características-chaves de uma situação revolucionária.

É possível usar a bandeira de eleições antecipadas contra o regime democrático?

O segundo argumento apresentado para justificar a estratégia democratista tem sido a defesa incondicional da palavra de ordem de eleições antecipadas como bandeira democrática que adquire, ou pode adquirir, um caráter transicional. O equívoco desta formulação é o incondicional. É muito diferente agitar Constituinte contra uma ditadura, e levantar eleições antecipadas em um país que tem calendário eleitoral regular há vinte anos. Na luta contra um regime tirânico a bandeira de eleições pode adquirir um conteúdo revolucionário. Não há “abre-te sésamo” em política marxista. Seria muito mais simples se existissem fórmulas mágicas e universais, mas não há. A revolução não vem com um manual de uso, com tudo previsto e explicado. O papel de todas as palavras de ordem, à exceção das diretamente anticapitalistas como expropriação, é condicionado pelas circunstâncias concretas. A burguesia prevê, manipula, age, se antecipa, elabora plano A e plano B. A tradição marxista-revolucionária sempre defendeu a atualidade das reivindicações democráticas - em especial nos países periféricos onde a revolução por fazer será a simultaneidade de várias revoluções - mas nunca confundiu reivindicações democráticas com a defesa da reforma do regime democrático.

Os defensores da bandeira das eleições antecipadas ou da Assembléia Constituinte, no entanto, não aceitam os limites impostos pela relação de forças que, já sabemos e estamos todos de acordo, não é revolucionária. Acusam de ultimatismo aqueles que não estão de acordo com a bandeira de eleições, seja para o parlamento, ou para uma Constituinte. Argumentam que a tradição socialista legitima o uso de palavras de ordem democráticas contra os limites do regime democrático. É verdade que a tradição socialista recomenda o uso de palavras de ordem democráticas, mas para denunciar o regime, não para reformá-lo. Ou então se pensa que o presidencialismo brasileiro não pode absorver as eleições antecipadas. Desde quan-

do a exigência de eleições antecipadas - seja lá para o que for - poderia pôr em cheque o regime democrático? Por que precisaríamos acenar com eleições antecipadas como saída para a crise, se essa bandeira não surgiu em nenhum setor organizado das classes trabalhadoras, e não há razão alguma para crer que o resultado eleitoral pudesse ser favorável? Ou será que alguém acredita que as dimensões ainda pequenas dos atos que vieram ocorrendo até agora se explicam porque não foram convocados pedindo eleições já? Quando e em que país aconteceu alguma experiência revolucionária a partir da exigência de eleições antecipadas? Nem a revolução mexicana que começou em 1910 contra o direito de reeleição de Porfírio Díaz - que estava no poder desde 1876 - levantou a exigência de eleições.

O argumento a favor das eleições antecipadas não desmoronou ainda, somente porque nenhum setor burguês defende seriamente o impedimento de Lula - à exceção de César Maia, mas de forma exploratória e francamente minoritária - como ficou claro depois da reunião dos partidos no final de agosto/2005 que fechou o acordo em torno do primeiro relatório da CPI e da lista dos 18 deputados que foi encaminhada para o Conselho de Ética. O perigo da bandeira de eleições antecipadas é que ao apresentar uma saída democrática - uma saída sem uma delimitação de classe - apresenta um programa que permite uma frente comum entre a oposição de esquerda e a oposição de direita. Queremos lutar contra a corrupção, entre outras razões, porque se não valorizarmos a luta contra a corrupção, a oposição burguesa não vacilará em tomar essa bandeira e disputar as nossas bases sociais.

Lutamos contra o governo Lula - agente escondido até o momento atrás do PT - mas que foi quem instrumentalizou a compra dos partidos mercenários. Uma política marxista, porém, não pode aceitar uma frente com a oposição burguesa contra o governo Lula. Qualquer unidade na ação com PSDB, PFL, PPS, PV, PDT e seus aliados como a Força Sindical seria

um gravíssimo erro. Este critério não precisa ser uma lei universal, e não é. Fizemos unidade na ação com setores burgueses nas Diretas, e defendemos eleições imediatas para a presidência, porque havia uma ditadura no país. Quando do Fora Collor defendemos eleições gerais. Fizemos unidade na ação contra Collor - Quércia subiu no palanque - porque a perspectiva aberta pelo processo de luta que culminou com o Lula-lá em 1989 estava aberta. A questão de quem dirige a mobilização não é secundária, é essencial. Quércia não dirigia o Fora Collor. Ao contrário das Diretas, a direção escapou de mãos burguesas. A UNE encabeçou até o final de agosto de 1992 e, depois, em setembro, quando as mobilizações de rua deram um salto de qualidade e deixaram de ser somente estudantis, Lula e o PT se readequaram e dirigiram. A política unânime da burguesia, depois que ficou insustentável manter Collor, era a posse de Itamar, e o PT capitulou. No entanto, nesta crise, a esquerda socialista não deve se aliar a nenhum dos dois campos em disputa. Combatemos os dois, porque nem queremos a recuperação do governo, nem queremos que seja derrubado pela oposição burguesa.

Os socialistas reconhecem que no Brasil há uma revolução democrática por fazer, porque há tarefas democráticas pendentes. Distingue, todavia, aquelas palavras de ordem democráticas que podem ameaçar o regime democrático daquelas que podem ajudar a fortalecê-lo. É sabido que a luta por uma segunda independência pode assumir um caráter transicional, ou seja anticapitalista, assim como a luta pela reforma agrária. Pode, mas não há garantias fora do processo real de mobilização do proletariado e seus aliados sociais. Até estas palavras de ordem estarão condicionadas à dinâmica de classe do processo de luta. O conteúdo social

Queremos lutar contra a corrupção, entre outras razões, porque se não valorizarmos a luta contra a corrupção, a oposição burguesa não vacilará em tomar essa bandeira e disputar as nossas bases sociais.

anticapitalista dependerá da entrada em cena do movimento dos trabalhadores de forma independente. Senão, nem isso.

Aceitamos, portanto, que existem reivindicações democráticas progressivas. Mas, de novo, eleições antecipadas? O que há de revolucionário em defender eleições no Brasil, em 2005, vinte anos depois do fim da ditadura? Já temos eleições de dois em dois anos e, se há algo progressivo na atual crise, é justamente a conclusão que, mesmo parcialmente, alguns milhões estão se retirando da crise, e se perguntando se é possível mudar o Brasil com um voto na urna. Durante 25 anos os setores organizados esperaram o Lula. Depois de mais de 30 meses de governo, a paciência começa a se esgotar. Milhões já perceberam que este governo é reacionário, e se perguntam se, neste regime - com a necessidade de campanhas eleitorais milionárias, alianças no congresso - não seria inevitável o que aconteceu. Por que o papel da oposição de esquerda deveria ser o de diminuir estas conclusões, e propor como

No Brasil, aprendemos nos últimos 20 anos que os anos ímpares, em que não há eleições, são os anos em que os governos, nas diferentes esferas - municipal, estadual e federal - fazem os ataques mais duros, para poder flexibilizar nos anos pares.

saída, novas eleições?

Em um regime democrático-liberal – presidencialista ou parlamentar, ou os híbridos que combinam elementos de ambos – o instrumento de antecipação eleitoral tem sido um clássico recurso de estabilização de crises com a promessa da alternância através do voto, destinado à preservação das instituições, e aprisionando o mal-estar social nos limites do regime. Não surpreende, portanto, que alguns na oposição burguesa, como o líder do PSDB, tenham aproveitado a crise para defender o parlamentarismo. A proposta de Constituinte é ainda mais aventureira, porque transfere para o futuro Congresso poderes para revisar a Constituição em vigor por maioria simples. Alguns acre-

ditam que o chamado à Constituinte, pelos poderes acrescidos desta Assembléia em relação ao Congresso Nacional, poderia despertar um entusiasmo revolucionário entre as massas. Mas, quais são as mínimas garantias de que a composição desta Constituinte não seria igual ou ainda pior que o atual Congresso? Por que deveríamos diminuir o risco de uma revisão constitucional reacionária? Esta não tem sido a orientação estratégica fundamental da burguesia nos últimos quinze anos, inconformada com os poucos direitos impostos pela pressão de massas nos anos 80?

Não é difícil demonstrar que a bandeira de eleições antecipadas não está entre as palavras de ordem democráticas que debilitam o regime democrático no Brasil, mas o fortalecem. Não faz sentido atribuir à antecipação de eleições uma qualidade transicional, se não é preciso refletir muito para concluir que, se viesse a ocorrer, não há milagre capaz de impedir a reeleição da maioria dos atuais deputados, se é que a composição do Congresso não seria ainda pior. Ou alguém se ilude sobre a possibilidade de Roberto Jefferson ser eleito deputado, e com uma votação ainda maior? As eleições são o mecanismo que absorve - dentro das fronteiras da democracia - a ruptura política com o governo de plantão. Por que lutar agora, se poderemos votar daqui a alguns meses? Qual o sentido de mobilizações para derrubar o governo, revolucionariamente, se podemos corrigir o presidencialismo, e adotar o excelente recurso plástico do parlamentarismo e convocar eleições? “Que o povo decida, mas através do voto, dentro da lei e da ordem, reelegendo amanhã os seus carrascos de ontem.” Evidentemente, o capital prefere que os calendários eleitorais não sejam alterados e mantenham um curso previsível. Não gostam de improvisações. Eleições têm os seus inconvenientes, porque as pressões populistas - a camuflagem demagógica necessária à hipnose eleitoral - exigem mais gastos. No Brasil, aprendemos nos últimos 20 anos que os anos ímpares, em que não há eleições, são os anos em que os gover-

nos, nas diferentes esferas - municipal, estadual e federal - fazem os ataques mais duros, para poder flexibilizar nos anos pares. Não deve escapar à análise marxista, portanto, que uma mudança no calendário com antecipação das eleições só poderá acontecer sob a pressão de uma crise séria, ou seja, uma concessão burguesa à preservação das ilusões populares na eficácia da democracia. Mas, isso não significa que seja a nossa política. Porque mesmo sob improvisação, a antecipação das eleições é uma saída que permite a recuperação do regime democrático.

O *impeachment* de Lula pela oposição burguesa seria uma saída reacionária

O terceiro argumento é o que afirma que a antecipação das eleições permite uma frente com mais aliados, maior possibilidade de mobilização porque apresenta depois do Fora, uma saída para o *day after*, e não conseguiremos grandes mobilizações contra o Governo Lula e o Congresso sem apresentar uma saída que desperte a esperança de milhões. Na verdade, em primeiro lugar, não está demonstrado que a dificuldade de superar, até o momento, as mobilizações de vanguarda, repousa na ausência de uma alternativa de poder. Na verdade, vêm acontecendo grandes mobilizações de massas estudantis, e há mais de um ano. Salvador, Fortaleza, Florianópolis, Vitória, e mais recentemente a USP em São Paulo. Tudo indica que há uma vanguarda social na linha de frente da luta que, não por acaso, são os jovens que não mantêm relações de confiança tão sólidas com o PT e Lula. Qual é o problema em admitir que a realidade que nos cerca sugere que a ruptura dos setores de massas organizados com Lula ainda é incompleta?

A política marxista é dialética e não absolutiza as formas fora dos contextos e dos conflitos. Há mobilizações de massas que são progressivas e outras que são reacionárias. Para os socialistas a interpretação do que pode ser progressivo está condicionado por um critério de classe: o que ajuda a avançar a organização e favorece o combate dos trabalhadores e seus

aliados. Existem reivindicações democráticas que podem ser progressivas em um contexto e regressivas em outro.

O direito ao *habeas corpus* é progressivo, quando o reivindicamos para retirar um líder dos sem-terra da cadeia, mas é reacionário quando é esgrimido para poupar Paulo Maluf da prisão. A luta contra o sigilo bancário dos deputados é legítima, mas é reacionária quando é usada para investigar a transferência de verbas das cooperativas da Reforma Agrária para financiar as ocupações de latifúndios. A luta contra os paraísos fiscais é progressiva, mas os tribunais especiais para presidentes, governadores e deputados são reacionários.

Por essa razão não é correto, nas atuais circunstâncias, sem que tenham acontecido mobilizações de massas significativas, levantar a bandeira do *impeachment*. O *impeachment* é a proposta da derrubada de Lula em um julgamento feito pelo Congresso Nacional, ou seja, a derrubada de Lula pelo PSDB e pelo PFL. Na atual conjuntura, essa bandeira seria uma capitulação da oposição de esquerda à oposição de direita. A queda do governo Lula seria progressiva, sem dúvida, desde que acontecesse tendo como sujeito social os trabalhadores e a juventude. Poderia ser progressivo um impedimento de Lula somente se fosse imposto ao Congresso pela mobilização de massas, como em 1992, mas somente nessas condições, ou seja, se a força social capaz de impor o impedimento fossem os trabalhadores. Se Lula viesse a ser derrubado pela oposição de direita – hipótese ainda longínqua, mas não descartável – estaríamos diante de uma evolução desfavorável da situação política.

Em resumo, os socialistas só defenderam, historicamente, o regime democrático em uma circunstância excepcional: quando a democracia está ameaçada pelo perigo imediato de um golpe de Estado que vise impor um regime ditatorial.

NOTA

¹ ENGELS, Friedrich. Introdução a Luta de classes na França. In: MARX e ENGELS. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, v.1, p.108. 

O zapatismo, a esperança equilibrista e os novos movimentos sociais*

Ana Magda Carvalho

Professora visitante da Universidade Estadual de Feira de Santana

Introdução

Quem assistiu ao filme “A nuvem”, do argentino Fernando Solanas (2000), certamente saiu do cinema com a impressão de que, na era do neoliberalismo, vivemos sob uma chuva ácida e eterna, sob um céu eternamente cinza. O filme fala dos nossos atuais tempos neoliberais. Nas cidades, nas ruas, seres-fantasmas andam para trás, anônimos e solitários. O exercício da esperança ficou para trás também, e do alto, um dito de ordem que diz: “não há alternativas”. Se esses fantasmas querem ter alguma espécie de sobrevivência, algum prazer banal, fugaz ou efêmero, eles precisam esquecer que são fantasmas e que por isso não conseguem lutar por outras formas de existir, sem senhores e escravos, com dignidade. Mas o filme de Solanas não compartilha do cinismo e do ceticismo contemporâneos. Para além da eterna chuva cinza e dos passos dados para trás, ele nos sugere que a senha para dissipar as carregadas nuvens destes tempos neoliberais são a solidariedade, o movimento, o estar-junto nas lutas e contendas do existir coletivo, na história e no cotidiano, contra todas as formas de opressão.

Afinado com o filme de Solanas e, como este, antes de ser uma apologia da desesperança, do desespero e do *let it be*, do “*deixa rolar*,

deixa sangrar”, o presente ensaio tem por objetivo mostrar que o gênero humano tem sido capaz de lutar pela sua emancipação, em várias frentes de batalha, que algo está acontecendo sob a aparente apatia política da “nova ordem mundial”, que algo se move nos seus canais subterrâneos e entre seus exércitos de “*barões famintos, napoleões retintos e pigmeus do boulevard...*”¹. Centelhas de esperança que rompem a estagnação da história e mostram que a ordem social é uma obra inacabada, um eterno devir que precisa se impor sobre as manifestações de desordem que oferecem ao mundo projetos e práticas revolucionárias. Neste sentido, o texto parte de experiências históricas, concretas e discretas (no sentido de localizadas espacial e temporalmente) que encarnam esses movimentos de resistência e rebeldia, como o movimento zapatista e indígena-camponês de Chiapas, no México, onde se realizou a combinação explosiva da miséria e sua consciência, através da formação de um exército popular de índios e camponeses. Sua declaração de guerra ao Estado mexicano foi a temperatura mais alta e a ponta de uma cadeia de lutas engendradas desde muito tempo pelos povos indígenas e camponeses no México, crescendo politicamente com o esforço de articulação e mobilização entre esses subtraídos e olvidados da

história. O cenário que culminou no levante de janeiro de 1994 foi, simbólica e concretamente, a bandeira mexicana, a pátria e a nação mexicanas. Marco referencial de lutas e movimentos sociais contemporâneos, o *Ya Basta!* enunciado com o estampido das balas acordou o México do seu sono profundo, trazendo, paradoxalmente pela morte e sacrifício da vida, a esperança de mudar radicalmente as coisas, como nas esquecidas décadas anteriores, quando pensava-se que fazer a revolução significava “alçar em armas”. Esse estampido, enfim, despertou sonhos de revolução em indígenas, camponeses, mexicanos e concidadãos em Chiapas, no México, e no mundo.

Assim, o movimento zapatista e indígena-camponês de Chiapas, no México, desde o seu levante armado, em 1º de janeiro de 1994, até os dias atuais, tem sido uma referência e alternativa de resistência ao neoliberalismo, na medida em que procura se posicionar em rede e no centro da sociedade mundial, buscando articular um projeto revolucionário de libertação não só das forças singulares e particulares da sociedade (as classes, os grupos étnicos, as minorias...), mas também evocando a libertação geral da humanidade. Este seria, nos parece, um elemento novo presente nos novos movimentos sociais – a busca de um sentido de universalização e solidariedade entre as lutas coletivas, e de modesta e ambiciosa tentativa de reinvenção das utopias libertárias, onde as demandas são particulares e universais, onde o conceito do político exige uma reformulação séria e uma urgente necessidade de re colocação no mundo, na sociedade civil, capaz de traduzir os novos significados da “democracia, da liberdade, e da justiça”, como reivindica o brado zapatista.

A tentativa de libertação do México pelas armas através da sublevação do exército zapatista e indígena-camponês de Chiapas teve co-

mo contexto o cenário apático, sombrio e de retrocessos sociopolíticos dos anos 90, quando os regimes comunistas de Estado – gerados, em um primeiro momento, pelo alento, sonho e ideologia que alimentaram durante muito tempo, desde a revolução de outubro de 1917, a fome maior de libertação da humanidade – caíram como um castelo de cartas, viraram cinzas nos escombros do Muro de Berlim. Depois, portanto, dos ventos e barulhos pós-modernos, tornou-se então antiquado e deslegante definir esquerda e direita, já que a história teria suplantado a polaridade que definia o que era esquerda ou direita – comunismo ou capitalismo –, depois que o politicamente correto e a militância tornaram-se

A enorme visibilidade do zapatismo talvez resulte em parte da sua capacidade de preencher o vazio das utopias deixado pelas lutas emancipatórias e revolucionárias de que fomos capazes de encampar em outros tempos.

rótulo de políticos profissionais e acadêmicos engessados. Neste sentido, a enorme visibilidade do zapatismo talvez resulte em parte da sua capacidade de preencher o vazio das utopias deixado pelas lutas emancipatórias e revolucionárias de que fomos capazes de encampar em outros tempos. Trata-se de uma contundente reelaboração da esperança, fustigada incessantemente pela realidade que não aceitamos, pelo presente que não queremos viver, pelo futuro que não queremos temer. É um desafio especialmente difícil, pois vivemos num contexto onde as condições

históricas nunca estiveram tão desforaváveis aos projetos de vida e movimentos sociais que ainda se permitem a algum rasgo revolucionário, radical, portanto, de afetar e mudar as coisas pela raiz, como diria o velho Karl Marx. Mas também, ou talvez mesmo em função desta dificuldade de enxergar a “paisagem na neblina”², apesar da chuva, persiste a vontade de libertação, traduzida nas lutas locais e universais dos novos movimentos sociais, no mundo, e na América Latina. O desafio maior destes movimentos – acentuadamente situados fora da esfera político-partidária – talvez seja este, o

de *reelaborar* (e não requestrar) a *esperança*, de reacender as luzes (talvez as mesmas do Iluminismo, mas combinada com novas...) nas trevas do capitalismo ou sistema-mundo, enquanto conjunto de práticas e valores, enquanto condições materiais e simbólicas de existência detratadas e predatórias.

O objetivo deste ensaio será analisar o papel do movimento zapatista no contexto das novas lutas de resistência ao neoliberalismo, buscando observar a relação entre as demandas específicas, particulares e as de caráter universal, presentes naquele movimento social e no conjunto dos novos movimentos sociais, que lutam por demandas particulares e, ao fim, contra o neoliberalismo. Para tanto, não poderemos nos furtar à análise do lugar da diversidade – seu discurso, sua realidade – nas sociedades contemporâneas, seus usos e abusos, seus desafios e limitações. É um debate necessário. Sabemos, por exemplo, que o conflito Israel-Palestina é uma guerra de fundo étnico que envolve nação, Estado, território, cultura, credo e sangue, tanto quanto envolveu a guerra étnica nos Bálcãs, o etnocídio dos povos indígenas das Américas e a exploração, partição e colonização do continente africano, dentre outras. São a manifestação de que as fronteiras étnicas existem e não são mera perfumaria. A etnicidade, seu estudo, sua realidade, recolocou e impulsionou o debate sobre a questão da diversidade, também cortejada pelo discurso pós-moderno, fragmentador, obscurantista e niilista, que apreende as culturas e as sociedades com conteúdos particulares irredutíveis, despedaçando qualquer possibilidade de uma unidade em torno da condição humana. Em movimento contrário e aparentemente contraditório, o discurso pós-moderno exalta a “nova ordem mundial”, por supostamente fragmentada e desordenada, ao mesmo tempo em que fornece a justificativa moral, política,

estética e cultural para assim seguirmos adiante e aderirmos cegamente a esta nova velha ordem/estado de coisas.

Para além da ideologia da fragmentação e da esquizofrenia do mundo, paradigma (?!) pós-moderno que alimenta as formas seculares de dominação, a diversidade é um desafio constante das civilizações e um estorvo aos projetos de controle e hegemonias globais. É preciso recolocar a questão da etnicidade sob outros parâmetros, não como uma categoria que tem ameaçado abolir as classes e a luta de classes das Ciências Sociais, e do mundo; não se trata também de um resíduo arcaico ou pré-moderno, ou de nacionalismo atávico ou fascista. A etnicidade diz respeito aos fenômenos das relações de entendimento/conflito entre os grupos humanos, e repousa na contradição fundante entre a unidade e a diversidade, entre o particular e o universal, e não na mera diferença que separa e isola. O exemplo zapatista mostra, de maneira incomum, que o étnico não é algo que está descolado de sistemas mais amplos, e o seu projeto de resistência ao neoliberalismo busca dar conta, justamente, dessa tensão entre as realidades locais e as supra-locais, e que portanto, aspira a uma universalidade com a afirmação de sua particularidade, aspira a um

Para além da ideologia da fragmentação e da esquizofrenia do mundo, a diversidade é um desafio constante das civilizações e um estorvo aos projetos de controle e hegemonias globais.

“...*mundo donde quepan muchos mundos*”.³

Neste sentido, o zapatismo instiga desafios práticos e teóricos das mais variadas ordens. É um fenômeno que é melhor compreendido se estudado em suas múltiplas dimensões, conteúdos, contradições, em graus diferenciados de análise, em escala reduzida e ampliada, entre o particular e geral. Muitos estudos sobre o movimento zapatista se colocam em uma ou outra extremidade, como algumas análises sociológicas e históricas que acantonam o étnico, local, a comunidade e suas relações cotidianas, e buscam entender o zapatismo como desiderato do neoliberalismo enquanto sistema-

mundo, enquanto que algumas análises antropológicas não conseguem superar o nível etnográfico local, do indígena, do diferente, do particular. Ambas as posições são insuficientes para entendermos esses índios, camponeses e mexicanos das selvas chiapanecas que lutam e lutaram por muitas coisas e causas. Porque seus sonhos são, em parte, os sonhos da humanidade.

A rebeldia zapatista

Segundo Luiz Hernandez Navarro, em *Chiapas, la lucha india*, o surgimento do movimento zapatista irrompeu e desautorizou o discurso do “fim da história”, e do esmaecimento das utopias que alimentam os “sonhos de liberação dos povos”. E não é outra coisa senão a utopia o que inspira o sonho zapatista: “...reivindicar o utopismo mesmo e deixá-lo livre para que ande pelo mundo uma vez mais sem sentir-se envergonhado, e sem acusações de má fé”.⁴ Reinvenção da utopia, reinvenção da esperança, não como a fé em um paraíso que não existe, mas na digna vida concreta e possível.

Não contaremos aqui a(s) história(s) do movimento zapatista. Há uma produção em larga escala de estudos nessa linha, exaustivas narrativas históricas e análises sob os mais diversos prismas. Sem contar com a produção bibliográfica, sob as formas tradicionais de livros e artigos impressos. Só o acervo internautico disponível sobre o assunto parece interminável. Ainda que nos reportemos aqui e alhures à narrativa histórica, serão passagens iluminadas num amplo repertório de eventos que poderíamos destacar para compreender, estrutural e historicamente, o movimento zapatista. Daí a eleição de dois destes eventos como marcos referenciais, quais sejam, o levante armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no dia 1º de janeiro de 1994 e a sua apresentação ao povo mexicano perante o

Congresso da União, no dia 28 de março de 2001, durante a campanha para a aprovação pelo Congresso da União da Lei de Direitos e Cultura Indígena. Nossa hipótese é de que esses dois acontecimentos cumprem um ciclo de amadurecimento das lutas do EZLN, as quais estão a exigir um novo sentido para superar o impasse gerado pelos recentes retrocessos, como o fim da ditadura do Partido Revolucionário Institucional seguido do continuísmo de Vicent Fox, eleito em 2000, e os desenganos da Lei Indígena que foi efetivamente aprovada pelo Congresso da União, em março de 2001, quando chega ao “zócalo” do México a Caravana da Dignidade, formada por representantes de indígenas (e zapatistas) de todo o México.

São muitas as causas e os antecedentes da rebelião zapatista, são muitos os recortes cronológicos possíveis. Pablo Gonzalez Casanova, em “Causas de la rebelión

en Chiapas” aponta alguns desses “possíveis”: a herança rebelde dos maias, a crise da fazenda tradicional, a ação pastoral tributária da Teologia da Libertação, os legados dos estudantes de 1968, a “politização” dos povos indígenas, a violência institucionalizada no estado de Chiapas, e a usurpação de terras indígenas na Selva Lacandona no início dos anos 1970 - fato este que desencadeou uma nova etapa de mobilizações, envolvendo os “...los cientos de líderes indígenas del Exodo, los ocho mil ‘catequistas’, los ex lideres del 68, los de las guerrillas del Norte y del Pacífico...”⁵. Este mesmo autor caracteriza o levante armado do EZLN como a “primeira revolução do século XXI”: “Nosotros no somos guerrilleros, somos revolucionarios”, lia-se numa parede de San Cristóbal de Las Casas⁶.

Outros analistas do movimento, como o já mencionado Luiz Hernandez Navarro, levam em conta a história da reconstrução dos movimentos indígenas e camponeses durante a dé-

O surgimento do movimento zapatista irrompeu e desautorizou o discurso do “fim da história”, e do esmaecimento das utopias que alimentam os “sonhos de liberação dos povos”.

cada de 1970. Para este autor, o zapatismo pode ser compreendido como o resultado do surgimento e redimensionamento de grande quantidade de organizações indígenas e a “...*conversão de organizações camponesas em organizações de corte abertamente etnopolítico*”⁷. Assim, Navarro discute a gestação do movimento zapatista e do levante de janeiro de 1994 a partir da relação histórica entre organizações indígenas e camponesas:

“...os membros destas organizações, ainda que se identificassem como camponeses pobres, sem terra, eram indígenas. Não importa que em sua particular nomenclatura, alguns reafirmariam suas origens étnicas (...). A luta zapatista precipitou um processo de recomposição das identidades muito significativo”⁸.

Navarro pontua como importante marco histórico a realização do primeiro Congresso Nacional Indígena em 1974, em São Cristóbal de las Casas, no estado de Chiapas, com o apoio do bispo da diocese local, Samuel Ruiz. As organizações indígenas se multiplicaram assim como as camponesas, muitas vezes lutando por causas em comum – a terra, por exemplo – e criando canais de diálogo e troca de experiências – em verdade, desde muito, índios e camponeses sempre se confundiram na história do México. No entanto, é somente no final da década de 1980 que o movimento indígena-camponês começa a formar o perfil de luta conjunta que hoje tem.⁹

Entre 1989 e 1992, um fato que impulsionou estes movimentos foi a série de encontros e reuniões em torno da campanha 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular nas Américas¹⁰. É neste mesmo ano que as bases do EZLN são consultadas para decidir ou não pelo *Ya Basta!*, sendo ali plantadas as sementes

da vindoura sublevação popular em Chiapas. Os meios de expressar este *Ya Basta!* foram doravante debatidos. A Marcha pela Paz e os Direitos Humanos dos Povos Indígenas até à Cidade do México mostrou a força relativa dos novos movimentos indígenas e populares. Relativa, pois apontou as limitações da “via legal” e política ou pacífica para a resolução dos problemas dos indígenas, dos camponeses, da nação mexicana. Assim, as comunidades estavam divididas quanto ao teor da insurgência. Parcelas significativas da Diocese liderada pelo bispo Samuel Ruiz não respaldavam o uso das armas. No entanto, “...apesar da grande influência da Igreja nas comunidades, a eleição da confrontação armada seguiu adiante.”¹¹

Um outro fator importante de gestação da rebelião chiapaneca destacada pelos analistas é o perfil e a formação das novas lideranças indígenas, as quais tiveram um histórico de escolarização mínima, mas que optaram em regressar ao contexto camponês e trabalhar em suas comunidades de origem. Essas lideranças estariam vinculadas a “*diversos circuitos indígenas internacionais, com os quais trocam experiências e reflexões*”, buscando formar seus próprios quadros intelectuais.¹² Navarro afirma que esta “intelectualidade indígena” tem produzido significativa reflexão teórica em torno de conceitos como *auto-determinação, autonomia e etnodesenvolvimento*, combinando diferentes matizes teóricos, experiência política, tradições, ensinamentos e cosmologias indígenas

e outras referências, como as três Declarações de Barbados, o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, dentre outras¹³.

As organizações indígenas se multiplicaram assim como as camponesas, muitas vezes lutando por causas em comum – a terra, por exemplo – e criando canais de diálogo e troca de experiências – em verdade, desde muito, índios e camponeses sempre se confundiram na história do México.

O levante armado de 1º de janeiro significou um *parteaguas* na história, tanto do movimento indígena no México, quanto da própria México e da relação entre ambos. Ironia da história, eram predominantemente indígenas que pegavam em armas para reclamar a emancipação da nação mexicana¹⁴. Ao final, por trás dos *pasamontañas*, estava o indígena, o camponês, o mexicano, o ex-guerrilheiro de 1968, e eram todos soldados lutando por uma “pátria livre”. Independentemente de serem índios, camponeses ou guerrilheiros zapatistas, há que se tomar em conta que uma guerra teve início em janeiro de 1994. Como coloca Rubén Jiménez Ricárdez,

“...em Chiapas se luta com armas na mão e isso significa fogo, destruição, dor e sofrimento.(...). A polêmica nacional – sobre o reparto da riqueza, a marginalização e a miséria, o problema indígena, as formas de governar e a democracia, e enfim, sobre nosso destino nacional – recebe um forte impulso e adquire um caráter de urgência. Porque a consciência coletiva dos mexicanos tem sido ferida e comovida pela situação-limite que implica enfrentar os fatos decisivos da vida e da morte.”¹⁵

O movimento zapatista pode ser analisado, a partir do levante armado de janeiro de 94, em termos de um gradual e linear afastamento ou aproximação de uma agenda étnico-indígena. Assim, quando ocorre o levante de janeiro de 1994, naquele momento não se tratava de um movimento claramente orientado para fins étno-políticos, mas que visava a emancipação geral do povo mexicano. Tanto é assim que na 1ª Declaração da Selva Lacandona, ali o sujeito coletivo é o povo mexicano representado por um “exército de liberação nacional”. Muito embora o efetivo maior de suas tropas fosse indígena, naquela declaração não havia o sujeito histórico indígena, não havia uma só palavra ou sentença afirmando ser

aquela uma luta propriamente indígena com objetivos particulares voltados para a emancipação dos povos indígenas no México. Ao contrário, era um clamor, um *canto geral* de libertação nacional:

“Povo do México: nós, homens e mulheres íntegros e livres, estamos conscientes de que a guerra que declaramos é uma medida extrema, porém justa. Há muitos anos os ditadores estão aplicando uma guerra genocida não declarada contra nossos povos. Por isso, pedimos sua participação decidida, apoiando este plano do povo mexicano que luta por trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. Declaramos a intenção de não deixarmos de lutar até conseguirmos o cumprimento destas demandas básicas, formando um governo livre e democrático em nosso país.”¹⁶

Desde 1/1/1994, foram 12 dias de enfrentamentos entre o EZLN e o Exército Federal Mexicano. Insurgentes e Governo sentam-se à “mesa do diálogo”, e os zapatistas - forçados a perceber que a revolução pelas armas não tinha se processado, porquanto sem o esperado apoio popular - silenciaram seus fuzis, deixando à sociedade civil o desafio de propor uma saída “política” para o conflito, ainda que homens e mulheres, velhos e crianças, índios, camponeses e zapatistas continuassem sendo hostilizados, agredidos e cercados pelas forças de segurança nacional e pelos paramilitares ou “guardias blancas”, forçando a contínua subida às montanhas. Fazia parte da estratégia de contra-insurgência do Governo a aparente disposição para o diálogo, os trâmites políticos “legais”, a militarização, o belicismo e a violência, eficaz combinação que culminou na preparação do massacre de Acteal, em dezembro de 1997, quando foram assassinados 45 indígenas, sob os auspícios do Governo Zedillo.¹⁷ Mesmo assim, o

O levante armado de 1º de janeiro de 1994 significou um *parteaguas* na história, tanto do movimento indígena no México, quanto da própria México.

EZLN, ainda que militarmente ativo, manteve sua posição de não reagir à intimidação das comunidades chiapanecas pela violência. Sua rebeldia seguiu sendo a ocupação e manutenção, no estado de Chiapas, de 34 municipalidades indígenas rebeldes e autônomas, as quais são até hoje referência e embrião de experiências auto-gestionárias e baseadas nos princípios de auto-determinação dos povos indígenas e das nações, contidos nos pactos internacionais já aludidos. Isto não quer dizer que, estando temporariamente suspensa a tentativa de emancipação da nação mexicana pelas armas, e iniciados os diálogos em torno dos Acordos de San Andrés, o EZLN tenha passado a lutar somente pelas demandas indígenas.

Desde o fim dos doze dias de enfrentamentos em janeiro de 1994, o EZLN passou a convocar sistematicamente a sociedade civil para tomar as rédeas da luta e promover novas formas de organização que pudessem fazer oposição ao Estado e às classes dirigentes representadas pela PRI (Partido Revolucionário Institucional): Convenção Nacional Democrática¹⁸, Movimento Nacional de Libertação, Frente Zapatista de Libertação Nacional, estas foram sucessivas tentativas de articulação do movimento indígena-camponês de Chiapas e de todo o México com um projeto de transformação geral das relações de poder na sociedade mexicana. E é através da análise do conteúdo dos comunicados e declarações produzidas no âmbito destas organizações, que se pode observar um maior ou menor afastamento entre as demandas particulares (indígenas) e gerais (da nação mexicana) reclamadas pelo EZLN. Mesmo sem uma sistemática averiguação, a partir de tais documentos, dessas relações entre as demandas e lutas, é possível afirmar que o étnico-indígena e o nacional sempre estiveram entrelaçados e presentes no horizonte zapatista. Firmados os Acordos de San Andrés, em fevereiro de 1996, a luta passou a girar em torno

É possível afirmar que o étnico-indígena e o nacional sempre estiveram entrelaçados e presentes no horizonte zapatista.

da exigência do seu cumprimento, isto é, de sua transformação em legislação pelo Congresso da União:

“Pelo compromisso assumido desde o primeiro dia do nosso levante, hoje voltamos a colocar em primeiro lugar, acima do nosso sofrimento, acima de nossos problemas, acima das dificuldades, a exigência de que sejam reconhecidos os direitos dos indígenas através de uma mudança na Constituição Política dos Estados Mexicanos que garanta a todos eles o respeito e a possibilidade de lutar pelo que lhes pertence: a terra, o teto, o trabalho, o pão, o remédio, a educação, a democracia, a justiça, a liberdade, a independência nacional e a paz digna.”¹⁹

Uma hipótese plausível, destarte, é a de que a campanha pelo cumprimento dos acordos de San Andrés e sua transformação em lei encerrou o movimento zapatista num impasse político de difícil resolução, pois a Lei de Direitos e Cultura Indígena efetivamente aprovada pelo Congresso da União passou longe de contemplar as demandas mínimas do movimento zapatista e indígena do México, reivindicadas pela via “pacífica”. Assim, em comunicado veiculado na rede em 29 de abril de 2001, o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena-Comandância Geral (CCRI-CG) do EZLN, através do Subcomandante Marcos, avalia os resultados da reforma constitucional aprovada pelo Congresso da União:

“Primer - La reforma constitucional aprobada en el congreso de la unión no responde en absoluto a las demandas de los pueblos indios de México, del congreso nacional indígena, del ezln, ni de la sociedad civil nacional e internacional que se movilizó en fechas recientes.

Segundo - Dicha reforma traiciona los acuerdos de san andrés en lo general y, en lo particular, la llamada “iniciativa de ley de la cocopa” en los puntos sustanciales: autonomía y libre determinación, los pueblos indios como sujetos de derecho público, tierras y territo-

rios, uso y disfrute de los recursos naturales, elección de autoridades municipales y derecho de asociación regional, entre otros”.²⁰

Depois disso, e mesmo antes disso, com a vitória conservadora de Vicent Fox como Presidente e o fim brando da ditadura do Partido Revolucionário Institucional, o movimento zapatista, de uma certa forma, estagnou com a falta de novas perspectivas de luta. É bem verdade que existem ainda células de rebeldia operantes, como os aludidos 34 municípios autônomos no estado de Chiapas; é bem verdade também que os indígenas e camponeses continuam vivos e em resistência, e que o movimento zapatista ainda continua a ser uma importante referência de luta contra o neoliberalismo, mas a saída política que o EZLN foi forçado a adotar, de tentar mudar a realidade através do diálogo e do discurso racional, em que se deve crer em palavras, leis e boas intenções professadas mas quase nunca cumpridas, forçosamente o levou de volta ao mesmo lugar de onde partira, como se depreende do comunicado acima citado, levando-se em conta, evidentemente, todas as aquisições e conquistas que logrou o movimento, como o próprio fortalecimento do movimento indígena nacional e da sociedade civil mexicana, e mais extensamente, do chamado zapatismo civil, posto que o zapatismo nunca abandonou sua perspectiva universalista. Ao contrário, o zapatismo civil tornou-se, em escala mundial, o símbolo de uma nova ideologia, visão de mundo e utopia, cujas sementes foram lançadas durante a realização, em 1996, nas selvas chiapanecas, do *I Encontro Internacional da Humanidade e contra o Neoliberalismo*, colocando a questão da emancipação geral e específica da humanidade:

“O zapatismo armado que nasce em 1994 começa a converter-se em algo novo no momento em que o zapatismo civil encontra, no México e no resto do mundo, gente que pensa como nós, que luta pelo

mesmo [fim], mas que não está armada nem tem um *pasamontañas*, mas que é igual a nós e de uma ou outra forma consideramos que partilhamos o que significa estar por trás do *pasamontañas*.”²¹

O neoliberalismo como sistema econômico, político e cultural

O neoliberalismo pode ser entendido como um fenômeno histórico das sociedades modernas que abrange pelo menos três níveis de análise: o econômico, o político e o cultural. Trata-se, ainda, de uma nova investida dos velhos sistemas coloniais com novas armas, cujo projeto de hegemonia planetária tem provocado uma resposta de confronto por parte dos movimentos sociais, marcando assim uma linha de continuidade com os processos de descolonização, que ocorreram ao longo do século XX, em todo o mundo.

“Trata-se de um processo econômico com apoio político, militar e cultural. Trata-se de uma nova etapa de acumulação do capital na sua fase neoliberal, que começou na metade dos anos de 1970, o que se chama de *consensus de Washington*. Tomamos a palavra globalização num sentido muito minucioso, sabendo evidentemente que é uma realidade histórica e antiga, mas que tem tomado características específicas nos últimos 30 anos”.²²

O neoliberalismo significa capitalismo de fronteiras avançadas, significa maior pobreza, maior embrutecimento da vida. O mundo é governado por meia dúzia de “grandes”, os países mais ricos, os empresários e seus potentados, engenheiros, tecnocratas, intelectuais de gabinetes, “cabeças pensantes” e políticos profissionais. Neste cenário, o capital - e seu sistema/mercado de valores - é o sangue que circula nas veias abertas da humanidade, onde a moeda norte-americana tem passaporte livre em qualquer lugar. Durante o I Encontro da

O zapatismo civil tornou-se, em escala mundial, o símbolo de uma nova ideologia, visão de mundo e utopia.

Humanidade e contra o Neoliberalismo, debateu-se incessantemente sobre os significados, as causas e as conseqüências deste sistema-mundo “*de que todos padecemos*”.

“O neoliberalismo constitui uma ofensa global contra a vida e o humano de alcance planetário: empobrecimento, desemprego, desmantelamento dos direitos sociais, privatização de bens e serviços públicos, destruição ecológica, desarticulação de organizações sociais, autoritarismo, arregimentação ideológica, atomização social e subsunção de todo ser humano à lógica do dinheiro e do mercado, formam parte dessa ofensiva a que, em distintos ritmos e sob formas diversas, todos padecemos.”²³

A fase “avançada” do capitalismo, chamada de neoliberalismo, tem ameaçado a humanidade com a destruição, tanto molecular, no sentido de imediato, local, cotidiano e imediato, quanto a longo prazo, no sentido de comprometer a vida no seu sentido mais amplo, natureza e cultura. A um só tempo, as práticas predatórias do neoliberalismo destróem o ambiente e os recursos disponíveis para as diversas formas de existência, dentre as quais a humana é apenas uma pequena parte. Nestes tempos sombrios e de nuvens carregadas, produzimos venenos para as lavouras, enlatados, plásticos, cancerígenos e depressão, bombas químicas e biológicas e outros lixos tóxicos não recicláveis. Somos produtos e processos de um gênero particular de civilização, a civilização ocidental e moderna, que não consegue reciclar seu próprio lixo, não consegue aplacar a fome (material e espiritual) da humanidade. A cultura tecnológica da modernidade oferece a morte e a destruição, a partir da criação de mecanismos globais de destruição bélica da vida, como a bomba atômica e toda uma lista sinistra de armas químicas e biológicas.

Neste sentido, o neoliberalismo não é apenas uma nova fase da economia capitalista mundial. É a instituição total da modernidade, que dita não apenas as leis do mercado, mas também conteúdos políticos, ideológicos, esté-

ticos, morais e culturais. E assim sendo, se traduz em práticas, comportamentos, valores éticos e estéticos, tanto no âmbito do público quanto do privado. Sob a máscara da desordem e da fragmentação, a ordem (em seus sustentáculos básicos) persiste e perdura, a despeito da ideologia pós-moderna que faz o elogio do “homem precário” e dos destinos coletivos sem alternativas de libertação.

Novas esperanças e lutas

Cada vez mais e intensamente tem-se propagado a idéia de que para combater o neoliberalismo e a globalização, é necessário articular formas locais e universais de resistência e luta. Sinal dos novos tempos são, por exemplo, os inúmeros protestos, manifestações e encontros internacionais que são realizados, com crescente freqüência, envolvendo redes de organizações sociais das mais variadas naturezas e procedências, como o I e II Encontro Sur-Norte “*Los pueblos de América construyendo alternativas ante el neoliberalismo*”, realizados respectivamente em Washington (1999) e em São Cristóbal de Las Casas, estado de Chiapas, México, em 2000.²⁴

Alguns intelectuais marxistas se posicionam sobre esta questão das alternativas, da *esperança*. Em entrevista para o *Cadernos do CEAS*, o professor de Sociologia da Universidade do Estado de Nova York, James Petras, autor de 24 livros sobre a América Latina e Estados Unidos, comentando a globalização e o neoliberalismo nestes contextos, afirma que uma alternativa para essa “estrada perdida” em que nos encontramos está na (re)articulação entre os partidos políticos e os movimentos sociais, sem o apoio “assistencialista” das organizações não-governamentais (ONGs):

E qual é a alternativa? Eu acho que é um grande debate e uma grande luta para renovar os laços entre partidos políticos e organizações políticas com os movimentos sociais. E não é simples, porque existe um desencanto e a institucionalização do pensamento que devemos tomar um caminho em direção às

ONG's. Porém, se o caminho da renovação política e social não funciona, não devemos idealizar o movimento pelo movimento, porque isto só nos leva a lutas setoriais²⁵.

Certamente, o movimento zapatista é apenas um dentre outras “bolsas de resistência” ao neoliberalismo, como define o Sub-Comandante Marcos, em um dos seus textos mais ricos, *As 7 peças do quebra-cabeças mundial*. Sobre estas “bolsas de resistências”, ele diz:

La aparente infalibilidad de la globalización choca con la terca desobediencia de la realidad. Al mismo tiempo que el neoliberalismo lleva adelante su guerra mundial, en todo el planeta se van formando grupos de inconformes, núcleos de rebeldes. El imperio de las bolsas financieras enfrenta la rebeldía de las bolsas de resistencia.

Sí, bolsas. De todos los tamaños, de diferentes colores, de las formas más variadas. Su única semejanza es su resistirse al “nuevo orden mundial” y al crimen contra la humanidad que conlleva la guerra neoliberal.

Al tratar de imponer su modelo económico, político, social y cultural, el neoliberalismo pretende subyugar a millones de seres, y deshacerse de todos aquellos que no tienen lugar en su nuevo reparto del mundo. Pero resulta que estos “prescindibles” se rebelan y resisten contra el poder que quiere eliminarlos. Mujeres, niños, ancianos, jóvenes, indígenas, ecologistas, homosexuales, lesbianas, seropositivos, trabajadores y todos aquellos y aquellas que no sólo “sobran”, sino que también “molestan” al orden y el progreso mundiales, se rebelan, se organizan y luchan. Sabiéndose iguales y diferentes, los excluidos de la “modernidad” empiezan a tejer las resistencias en contra del proceso de destrucción/desplamamiento y reconstrucción/reordenamiento que lleva adelante, como guerra mundial, el neoliberalismo.

Vale lembrar também que diversas outras organizações de resistência civil ao neoliberalismo têm partido de países do chamado Pri-

meiro Mundo, como os movimentos anti-capitalistas europeus tributários de idéias anarquistas, mas sem um projeto revolucionário sólido, partindo mais de experiências cotidianas de grandes protestos ou pequenas ações anti-capitalistas, como o “*Buy nothing's day*” ou o “*dia de não comprar nada*”.

Outro importante núcleo de debate em torno das possíveis alternativas ao neoliberalismo - e de reinvenção das utopias libertárias - têm sido os Fóruns Sociais Mundiais:

O Fórum Social Mundial de Porto Alegre significou uma mudança fundamental de ordem cultural: do “não há alternativas” ao “existe uma outra maneira de pensar a economia, a política, a cultura”. Isso é um salto qualitativo de grande importância.

Deste ponto de vista parece importante pensar em 3 níveis de alternativas. Em primeiro lugar, consiste em reconstruir as *utopias*, não no sentido de coisas impossíveis, mas sim como objetivos mobilizadores. Trata-se de saber qual sociedade queremos, qual trabalho, qual educação, qual agricultura, qual comunicação, qual ética. As utopias não caem do céu. Não podem ser senão o resultado de um trabalho de conjunto com o aporte de todos no mundo inteiro.²⁶

Palavras finais

Diante do exposto, resulta que a esperança equilibrada “corre ao fio da navalha”, resiste, persiste como uma dívida ainda não quitada, da humanidade para com ela mesma. Somos tributários do desencanto para com o “modesto objetivo de mudar o mundo”, mas seremos nós mesmos responsáveis por um possível transcendentes, ou seja, pela construção de novos sentidos para a existência no “mundo da vida”, no sentido de refazer, incessantemente, como no mito de Sísifo, a trajetória da esperança. Basta abrir os olhos e observar que ao nosso redor “a terra se move”, a terra, os indivíduos e as coletividades com sede e fome de libertação.

NOTAS

* Este artigo é uma versão aprimorada de um *paper* apresentado como trabalho final da disciplina “Novos Movimentos Indígenas e Camponeses na América Latina”, ministrada pelo Prof. Antônio da Silva Câmara no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Antropologia, da Universidade Federal da Bahia, em 2001. Ao Prof. Câmara agradeço o caloroso estímulo para prosseguir no fazer ciência e, ao mesmo tempo, perseguir o (trans)encantamento, o sonho e a esperança.

- 1 Da canção “Vai passar”, de Chico Buarque de Holanda.
- 2 Título do filme do diretor grego Theo Angelopoulos.
- 3 Esta é uma insígnia zapatista encontrada em muitos comunicados e declarações do Exército Zapatista de Libertação Nacional e que condensa toda uma visão de mundo humanista e universalista do movimento. Sintetiza ainda a relação entre unidade e diversidade, entre o universal e o particular.
- 4 NAVARRO, L. H. 1998. *Chiapas – La nueva lucha india*. Madrid: Ediciones Talasa.
- 5 CASANOVA, P. G. “Causas de la rebelión en Chiapas” In Site EZLN: www.ezln.org.
- 6 CASANOVA, P. G., Op. Cit.
- 7 NAVARRO, L. H. Op. Cit., p. 11.
- 8 NAVARRO, L. H. Ib., p. 12.
- 9 Estas idéias estão implícitas nos trabalhos de NAVARRO (Op. cit) e de CONDEARENA, L. 1997. *Chiapas – El despertar de la esperanza*. Gakoa Liburuak.
- 10 Estes e outros marcos estão contidos nos documentos do próprio Congresso Nacional Indígena, veiculados pela Internet: “Ao final da década de 70 e princípios dos anos 80, começaram os preparativos de reuniões a nível nacional e internacional sobre o significado do 5º Centenário da viagem de Colombo. Se organizou a Campanha Continental 500 anos de Resistência, e no México o conselho mexicano 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular abarcou muitas organizações indígenas, camponesas, operárias, populares, sindicatos, acadêmicos e estudantes entre muitos outros, em torno do rechaço à cultura do medo e do engano do neoliberalismo”. In “El movimiento nacional indígena”, site do Congresso Nacional Indígena (www.ezln.org/cni).
- 11 CONDEARENA, L. Op. cit, p. 80.
- 12 NAVARRO, L. H. (Op. cit) e PETRAS, J. 2000. *La izquierda contraataca – conflicto de clases en América Latina en la era del neoliberalismo*. Madrid: Akal Ediciones.
- 13 A consciência dos direitos dos povos indígenas a partir desses aportes jurídicos está expressa nos documentos e manifestos do Congresso Nacional Indígena, como no “Manifesto Indígena del Primeiro de Maio”, onde são avaliados como desastrosos os resultados da aprovação da Lei Indígena pelo Congresso da União em março de 2001. (cf. site www.ezln.org/cni).

- 14 Essa hipótese, no caso do movimento indígena brasileiro, seria pouco plausível, dadas as distâncias históricas e estruturais que separam os movimentos indígenas dos camponeses.
- 15 RICARDEZ, R. J. “La Guerra de enero” In site do EZLN (www.ezln.org/revistachiapas/ch2jimenez.html).
- 16 I Declaração da Selva Lacandona, janeiro de 1994. In site oficial do EZLN: www.ezln.org.
- 17 “Para ter tempo de preparar estes esquadrões de morte, o Governo Federal mexicano desenhou uma estratégia paralela de diálogo simulado, que consistia em levar adiante uma negociação sem nenhuma intenção de cumprir o que vinha sendo acordado e aumentando a presença militar nas zonas zapatistas. O governo do Estado de Chiapas ficou encarregado de garantir a impunidade dos grupos paramilitares e de facilitar suas operações nas principais áreas rebeldes: Norte, Selva e Altos de Chiapas” (“Denúncia do massacre de Acteal” In site EZLN-BR www.chiapas.hpg.com.br).
- 18 “Convocamos a realização de uma Convenção Democrática Nacional, soberana e revolucionária, da qual saiam as propostas de um governo de transição e uma nova lei nacional, uma nova constituição que garanta o cumprimento legal da vontade popular. (...) O Exército Zapatista de Libertação Nacional reconhecerá a Convenção Nacional Democrática como autêntico representante dos interesses do povo mexicano em sua transição para a democracia. O EZLN está presente em todo o território nacional e já tem condições de apresentar-se ao povo do México como exército capaz de garantir o cumprimento da vontade popular.”
- 19 V Declaração da Selva Lacandona, janeiro de 1998. In site EZLN-BR: www.chiapas.hpg.com.br.
- 20 Site oficial do EZLN (op. cit.)
- 21 “Unas palabras sobre nuestro pensamiento”, Subcomandante Marcos In EZLN. 1998. *Crónicas intergalácticas – Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo*, Chiapas, México, 1996. Planeta Tierra, Montañas del Sureste Mexicano (3ª Ed.), p. 69.
- 22 “O estado atual da globalização”. François Houtart (do Centro Tricontinental e Fórum Mundial de Alternativas). Site do Portal Popular (www.projetoadia.com.br).
- 23 In *Crónicas Intergalácticas (op. cit)*.
- 24 Participaram destes encontros, organizações sociais precedentes de diversos países das Américas, inclusive do Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Informações colhidas no site do COMPA – *Convergência dos Movimentos dos Povos das Américas*.
- 25 PETRAS, J. (1995). “A propósito de globalização e neoliberalismo”. Entrevista ao *Cadernos do CEAS*, nº. 158, julho/agosto.
- 26 “O estado atual da globalização”. François Houtart (Centro Tricontinental - Fórum Mundial de Alternati-

vas). Site do Portal Popular (www.projetoadia.com.br). Para se ter idéia da amplitude destes movimentos locais e internacionais de luta contra o neoliberalismo, basta acessar este e outros sítios da chamada mídia independente, que trazem as agendas de luta anti-globalização/anti-neoliberalismo, e apresentam uma infinidade de análises, debates e posições políticas as mais variadas em torno das muitas formas possíveis de luta.

REFERÊNCIAS

AFINAL, O QUE ESSES ANTICAPITALISTAS QUEREM?. 2000. *Financial Crimes - Reclaim The Streets*, Londres.

CÂMARA, A. 2001. “Novos movimentos indígenas e camponeses na América Latina: as faces distintas das lutas do EZLN e do movimento indígena no Equador”. Comunicação apresentada ao X Congresso de Sociologia da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

_____. 2001. “Análise das contradições nos Acor-dos de San Andrés em Chiapas”. Toulouse-França, mms.

_____. 2000. “A luta emancipadora dos movimen-tos camponeses EZLN e MST”. Comunicação apresen-tada ao Congresso Internacional de Americanistas. Polônia, mms.

_____. 2000. “A crítica intelectual ao movimento indígena-camponês de Chiapas”. Texto para o II Con-gresso Virtual de Antropologia e Arqueologia, mms.

_____. 1999. “Movimento zapatista – A constru-ção de um novo discurso emancipatório”. Comunicação apresentada ao Congresso de Sociólogo, mms..

_____. 1996. “O Pós-modernismo e o liberalismo tardio: novo projeto de uma velha ideologia”. In *TEXTOS/APUB – Associação dos Professores Universitários da Bahia*. Salvador.

CASANOVA, P. G. “Causas de la rebelión en Chiapas” Site EZLN: www.ezln.org.

CCRI-CG-EZLN. 1994. I Declaração da Selva Lacando-na. Site EZLN-BR: www.chiapas.hpg.com.br.

_____. 1994. II Declaração da Selva Lacando-na. Ib.

_____. 1995. III Declaração da Selva Lacandona. Ib.

_____. 1996. IV Declaração da Selva Lacando-

na. Ib.

_____. 1998. V Declaração da Selva Lacando-na. Ib.

_____. 1997. Denúncia do massacre de Acteal. Ib.

_____. 1999. V Aniversário do Levante Zapa-tista. Ib.

_____. 2001. Comunicado sobre a “La reforma constitucional sobre derechos y cultura indígenas”. Site EZLN: www.ezln.org.

CONDEARENA, L. 1997. *Chiapas – El despertar de la esperanza*. Gakoa Liburuak.

DA RESISTÊNCIA À REVOLUÇÃO: substituindo o capitalismo por redes de espaços livres, autônomos e au-to-suficientes. Uma perspectiva da Europa Ocidental (Vários autores). 2001. Título original: *Restructuring and Resistance in Western Europe, Diverse Voices of Struggle*.

DECOUFLÉ, A. 1970. *Sociologia das Revoluções*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

EZLN. 1998. *Crónicas intergalácticas – Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neolibe-ralismo*, Chiapas, México, Planeta Tierra, Montañas del Sureste Mexicano.

LÖVY, M. 2000. “Barbárie e Modernidade no Século XX” In Site do Portal Popular. (www.projetoadia.com.br).

MARCOS, S. 2000 - “Las 7 piezas soltas del rompeca-bezas mundial”. Site EZLN: www.ezln.org.

_____. 2000. “OXIMORON! – A direita intelc-tual e o fascismo liberal” Site EZLN-BR: www.chiapas.hpg.com.br.

_____. 1996. Mensaje del EZLN en la ceremonia de inauguración de la reunión preparatoria americana del Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. La Realidad Americana, México. Site EZLN: www.ezln.org.

NAVARRO, L. H. 1998. *Chiapas – La nueva lucha india*. Madrid: Ediciones Talasa.

PETRAS, J. 2000. *La izquierda contraataca – conflicto de clases en América Latina en la era del neoliberalismo*. Madrid: Akal Ediciones.

_____. 1995. “A propósito de globalização e neoli-beralismo”. 